

**BALANÇO**  
**2024**

**PERSPECTIVAS**  
**2025**



**CNA**  
**SENAR**  
**ICNA**

A decorative grid of various agricultural icons in white outlines on a light gray background. The icons include tulips, lemons, apples, leaves, carrots, oranges, grapes, and various patterns like concentric circles and wavy lines.

# BALANÇO 2024

---

## PERSPECTIVAS 2025



**CNA  
SENAR  
ICNA**

# Números do Agro

Indicador	2023 R\$ trilhões	2024 R\$ trilhões	Variação (%)	Participação Brasil (%)	Projeção de Variação 2025
PIB do Agronegócio <sup>1</sup>	2,67	2,72	2%	23,2	5%
VBP <sup>2</sup>	1,336	1,339	0,3%	-	7,4%

<sup>1</sup> Engloba todo o agronegócio, dentro e fora da porteira. Além disso, considera conjuntamente as evoluções de volume (quantidade produzida) e de preços reais (descontada a inflação);

<sup>2</sup> Engloba a evolução de volume (quantidade produzida) dentro da porteira.

Indicador	População ocupada 2023 (milhões)	População Ocupada 2024 (milhões)	Participação Brasil (%)
Empregos no Agro	28,0	28,6	27%

Indicador	Exportações 2023 (JAN-NOV)	Exportações 2024 (JAN-NOV)	Variação (%)	Saldo 2024 (JAN-NOV)	Projeção 2025	Participação Brasil (%)
Balança Comercial	US\$ 153,1 bi	US\$ 152,6 bi	-0,28%	US\$ 134,8 bi	+4,1%	49%

Principais destinos das exportações	2023 (JAN-NOV) US\$ bilhões	2024 (JAN-NOV) US\$ bilhões	Variação
China	55,9 bi	47,3 bi	-15,3%
União Europeia	19,9 bi	21,7 bi	+8,8%
Estados Unidos	8,9 bi	10,9 bi	+23,0%
Indonésia	3,4 bi	4,0 bi	+16,6%
Vietnã	3,1 bi	3,5 bi	+12,3%

Safra de Grãos	Produção 2022/2023 Milhões de toneladas	Produção 2023/2024 Milhões de toneladas	Variação
Soja	155,7	147,72	-4,70%
Milho	131,89	115,70	-12,28%
Trigo	8,10	8,11	0,13%
Arroz	10,03	10,59	5,52%
Feijão	3,04	3,24	6,82%
Grãos	320,91	297,88	-7,1%

Pecuária	Produção 2023	Produção 2024	Variação
Carne bovina (milhões de ton.)*	10,82	11,53	6,6%
Carne de frango (milhões de ton.)	15,47	15,55	0,5%
Carne suína (milhões de ton.)*	5,31	5,35	0,7%
Leite (bilhões de litros)	35,37	35,79	1,2%

\* Tonelada equivalente de carcaça.

Balanço  
2024  
Perspectivas  
2025

---

01.  
BALANÇO  
2024



---

<b>Economia</b>	<b>. 6</b>
<b>Política Agrícola</b>	<b>. 9</b>
<b>Infraestrutura e Logística</b>	<b>. 11</b>
<b>Relações Internacionais</b>	<b>. 14</b>
<b>Sustentabilidade</b>	<b>. 19</b>
<b>Produção Animal</b>	<b>. 23</b>
<b>Produção Agrícola</b>	<b>. 29</b>
<b>Senar em Números</b>	<b>. 33</b>





# Economia

## **Alta nos preços ocorrida nos últimos meses reverte a tendência de queda do PIB do agronegócio, que pode encerrar o ano em crescimento**

Em 2024, o Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio pode apresentar aumento de até 2,0% (para R\$ 2,72 trilhões), revertendo a tendência de retração do indicador. A melhora nos preços de alguns produtos agropecuários, sobretudo da cadeia da bovinocultura de corte deve reverter a tendência de queda que era observado até alguns meses atrás. Até setembro, o comportamento desfavorável dos preços foi o principal responsável pela retração observada no primeiro semestre de 2024. Em termos de volume, o setor deve apresentar crescimento frente a 2023 - mesmo com a quebra de safra -, impulsionado pela expansão na pecuária dentro da porteira e na agroindústria.

O Valor Bruto da Produção (VBP) está estimado em R\$ 1,34 trilhão em 2024, o que representa um pequeno aumento de 0,3% em relação a 2023. O ramo agrícola é quem puxa o resultado no ano, com redução projetada de 2,5%, totalizando R\$ 886,55 bilhões, devido à menor safra de grãos e à queda nos preços das commodities. Em contrapartida, o ramo pecuário deve crescer 6,2%, atingindo R\$ 453,3 bilhões, impulsionado pelo aumento na produção de carne bovina, ainda que os preços da bovinocultura de corte registrem queda no ano.

Já o PIB brasileiro deve registrar alta de 3,39% em relação a 2023. O resultado é sustentado, principalmente, pelo avanço na demanda interna, puxado pelo consumo das famílias, pela expansão nas concessões de crédito e pelos estímulos adotados pelo governo federal, sobretudo no início do ano, como o pagamento de precatórios, que injetou mais de R\$ 30 bilhões na economia.

O mercado de trabalho registrou bons resultados em 2024. A taxa média de desocupação deve atingir 6,0% da força de trabalho. O emprego formal registra, segundo o CAGED/MTE, criação líquida de 2,1 milhões vagas de janeiro a outubro, ante 1,78 milhão no mesmo período de 2024. No agronegócio, o mercado de trabalho deve crescer 2%, alcançando um recorde de 28,6 milhões de trabalhadores (quase 27% do total do emprego no país), com destaque para a geração de vagas na agroindústria e nos agrosserviços.

O crescimento da atividade econômica, associado a uma série de políticas que aumentaram a carga tributária, impulsionou a arrecadação tributária (R\$ 2,10 trilhões no acumulado até outubro, um crescimento de 9,69% em relação ao mesmo período de 2023), mas mesmo assim o quadro fiscal deteriorou-se devido ao crescimento das despesas do governo federal. A expectativa é que o governo encerre o ano com um déficit primário (gastos maiores que as receitas) de 0,5% do PIB e, dessa forma, não atinja a meta fiscal de 0,0% do PIB ou mesmo fique abaixo do limite de -0,25% (ou déficit de R\$ 28,8 bilhões) definido para 2024. Ressalte-se que as metas de resultado primário para os próximos anos foram reduzidas em abril deste ano e que algumas despesas públicas foram excetuadas para fins de cumprimento, como é o caso do auxílio ao Rio Grande do Sul e do combate às queimadas.

As incertezas em relação às contas públicas acabaram provocando maior desvalorização do real frente ao dólar (que deve encerrar o ano em US\$ 5,95), o que tem contribuído para o avanço da inflação no ano. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deve encerrar 2024 em 4,84%, acima do teto da meta de 4,5% definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Dois grupos têm contribuído mais intensamente para o crescimento da inflação no ano: preços administrados (em particular energia elétrica e combustíveis) e preços de alimentos, que aceleraram devido à queda na produção agrícola, afetada pelas adversidades climáticas. Cabe lembrar que, em 2023, o comportamento dos preços de alimentos foi determinante para a convergência da inflação à meta.

O crescimento da atividade econômica visto ao longo do ano, mesmo por medidas que impulsionaram artificialmente o resultado, o aquecimento do mercado de trabalho, o aumento nas expectativas de inflação futura, o quadro fiscal desafiador, a apreciação do dólar e as incertezas sobre os rumos da política monetária nos Estados Unidos levaram o Comitê de Política Monetária do Banco Central a retomar o ciclo de alta na taxa Selic, que deve alcançar 12,00% ao final do ano de 2024.

O crescimento da taxa básica de juros da economia eleva o custo da dívida pública e reforça os desafios fiscais, colocando o país em um ciclo vicioso. Isso porque a incapacidade de o governo honrar com o pagamento das despesas com juros e a consequente necessidade de novas emissões de títulos para financiar o déficit do governo refletir-se-á em aumento da Dívida Bruta/PIB, estimada em 78,3% em 2024, acréscimo de 3,6 pontos percentuais em relação a 2023. Na falta de medidas estruturantes que consigam conter o crescimento das despesas, o mercado projeta um aumento do endividamento público até 2033, quando a relação Dívida Pública/PIB alcançaria 94,6%.



PIB Brasil  
3,39%



Inflação  
4,84%



Taxa Selic  
12,00%



Câmbio  
R\$/US\$ 5,95



VBP Total  
0,3%



VBP Agrícola  
2,5%



VBP Pecuária  
6,2%



PIB Agronegócio  
-1,0 e 2,0

**PIB DO AGRONEGÓCIO DEVE APRESENTAR ALTA** em razão dos aumentos nos preços nos últimos meses de 2024, sobretudo na pecuária bovina.

**TAXA DE DESOCUPAÇÃO DEVE ALCANÇAR 6,0% DA FORÇA DE TRABALHO**, menor patamar registrado desde o início da série histórica da PNADC.

**INFLAÇÃO AVANÇA, COM PRESSÃO DO GRUPO ADMINISTRADOS E ALIMENTOS**, e IPCA deve encerrar o ano acima do teto da meta, de 4,50%.

**CICLO DE APERTO MONETÁRIO DEVE LEVAR A TAXA SELIC A 12,00% A.A.**, pressionando o custo de equalização do crédito rural e elevando as taxas de juros com recursos livres.

**INDICADORES FISCAIS SE DETERIORAM**, com déficit primário acima do limite máximo definido para 2024 e crescimento das despesas com juros da dívida pública.

# Política Agrícola

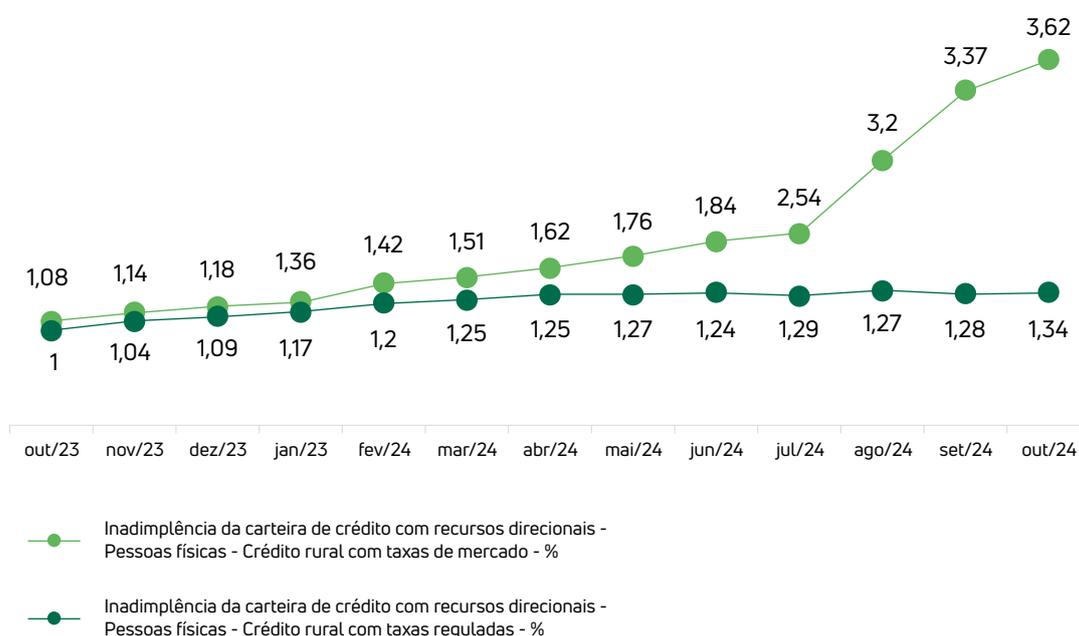
## Gestão de riscos e acesso ao crédito foram testados pelas dificuldades climáticas e financeiras em 2024

Sofrendo os reflexos dos problemas climáticos e mercadológicos do ano anterior, 2024 foi marcado por grandes desafios aos produtores brasileiros. A falta de ação governamental para o enfrentamento dos obstáculos que ocorreram no período citado ocasionou dificuldades financeiras ao setor.

No final de 2023 e início de 2024, a agropecuária brasileira enfrentou severas adversidades climáticas, com excesso de chuvas em algumas regiões e falta em outras. Esse cenário provocou problemas de produção na safra e aumento de custos de produção, afetando diretamente a capacidade dos produtores em honrar seus compromissos financeiros.

A situação foi agravada pela falta de ferramentas de gestão de riscos adequadas, que enfraquecidas, deixaram muitos produtores desprotegidos frente às incertezas do mercado. Sem o suporte necessário, a pressão financeira aumentou, gerando dificuldades no acesso ao crédito oficial e elevando consideravelmente a inadimplência no setor (Figura 1).

**Figura 1.** Inadimplência das carteiras de crédito rural com taxas de mercado e reguladas (pessoas físicas)



Fonte: Banco Central (2024).

Embora o Seguro Rural e outras ferramentas de gestão de riscos não tenham alcançado as expectativas, e muitos produtores tenham enfrentado dificuldades para liquidar suas operações, as opções de financiamento pelo mercado de capitais permaneceram aquecidas. As Cédulas de Produto Rural (CPR) apresentaram crescimento expressivo no período observado (Tabela 1).

**Tabela 1:** Aplicação dos títulos privados do agro

Ferramenta	R\$ milhões		Variação (%)
	Outubro de 2023	Outubro de 2024	
CPRs (estoque)	288,84	446,30	55
CRA (Estoque)	120,87	144,40	19
Fiagros (Estoque)	18,20	41,30	127
LCA (Estoque)	441,29	504,34	14
CDCA (Estoque)	31,20	38,55	24

Fonte: B3, CERC, CRDC, CVM, Anbima e MAPA (2024).

\* Emissões registradas na B3 (volume negociado por ativo).

As ferramentas do mercado de capitais demonstraram grande potencial no financiamento do agronegócio, especialmente em períodos marcados por dificuldades financeiras e climáticas. A capacidade dessas fontes de captar recursos, mesmo em tais cenários, evidenciou sua viabilidade e eficiência, principalmente quando o Plano Safra não foi suficiente para atender a todas as necessidades do setor.

**Tabela 2:** Aplicação dos recursos do Plano Agrícola e Pecuário (dados parciais de julho a novembro)

Programa	2023/2024	2024/2025	Var (%)
Custeio	130,41	109,29	- 16
Investimento	52,85	41,48	- 21,5
Comercialização	27,10	15,75	- 42
Industrialização	20,78	10,35	- 50
<b>Total</b>	<b>231,14</b>	<b>176,87</b>	<b>- 23,5</b>

Fonte: Banco Central (2024).

A diversificação das fontes de financiamento, com destaque para instrumentos como os Fiagros e as CPRs, fortaleceu a resiliência do agronegócio, permitindo que os produtores mantivessem suas operações e seus investimentos, mesmo diante de crises econômicas e eventos climáticos adversos.

Contudo, é importante que o setor continue fortalecendo suas ferramentas de proteção a riscos, essenciais para aumentar a confiança dos investidores do mercado de capitais e demonstrando a resiliência e previsibilidade do setor diante de desafios. Essa solidez não apenas atrai capital privado, mas também contribui para ampliar o acesso a financiamentos do Plano Safra, por exemplo, promovendo um crescimento sustentável e competitivo do agronegócio brasileiro.



# Infraestrutura e Logística

## **Novo estudo sobre a Ferrogrão expõe elevados custos sociais, ambientais e econômicos de mantê-la engavetada!**

O anúncio do Plano Nacional de escoamento de Grãos 2023/2024 pelo Ministério dos Transportes (MT) e pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPA), com investimento de R\$ 4,7 bilhões, marcou o início das ações de melhoria da infraestrutura logística destinada ao setor agropecuário. Desse montante, R\$ 2,6 bilhões foram direcionados ao Arco Norte, com obras como a restauração da BR-158/PA e a recuperação da BR-242/BA. Já o Arco Sul/Sudeste recebeu R\$ 2,1 bilhões, para duplicações nas BRs 470/SC, 280/SC e 116/RS, entre outras intervenções.

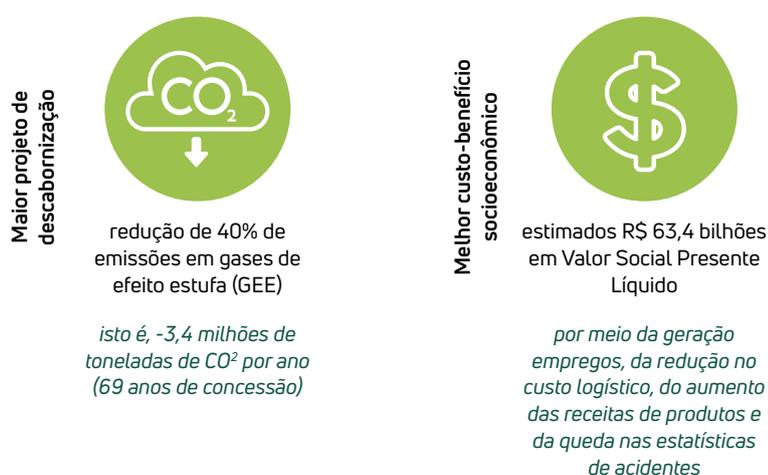
Ainda no início do ano, o governo anunciou a realização de 13 leilões de concessão de rodovias. Contudo, até novembro, apenas quatro foram concretizados, e dos nove restantes, somente cinco têm término previsto para dezembro. O primeiro certame, realizado em abril, envolveu os 232,1 km da rodovia BR-040/MG (trecho Belo Horizonte a Juiz de Fora), com investimento de R\$ 8,7 bilhões. Outro destaque é o leilão da BR-232/MG ou Rota do Zebu, com 438,9 km. Trata-se de importante corredor logístico agropecuário, em que estão previstos recursos de R\$ 8,5 bilhões. Nessas concessões, as melhorias programadas compreendem a elevação dos níveis de serviço e da capacidade operacional de estrada.

Em relação ao Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), aguardava-se, em agosto deste ano, o balanço do primeiro ano do programa, já que essa era a prática comum das edições anteriores. Porém, foi disponibilizado apenas resumo no portal oficial, destacando que os investimentos aumentaram o índice de rodovias federais em bom estado de manutenção de 50% para 74%, no comparativo com 2023. A falta de informações detalhadas sobre o andamento das obras compromete a transparência e o acompanhamento por parte de interessados, como usuários de transporte.

No setor ferroviário, os esforços concentraram-se no avanço dos projetos estratégicos. Na Ferrovia de Integração Centro-Oeste (FICO), que conectará Mara Rosa-GO a Água Boa-MT em trecho de 383 km, a execução alcançou 30% até o início de novembro, segundo a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Já na Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), o trecho 2, que ligará Barreiras-BA a Caetité-BA, registra 66% de conclusão. Quanto à Ferrogrão (EF-170), os estudos técnicos atualizados foram submetidos ao Supremo Tribunal Federal (STF), mas a decisão que autorizaria o andamento do projeto segue sendo aguardada, perpetuando o impasse sobre sua implementação.

A Advocacia-Geral da União (AGU) elencou os principais pontos de atualização e aprimoramento do estudo para a implantação da Ferrogrão. O projeto foi destacado como importante iniciativa para descarbonizar o setor de transportes, com grande potencial de redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE). Além disso, sua implementação responderá por benefícios sociais expressivos, aumentando a eficiência logística e reduzindo desperdícios econômicos significativos na ordem de R\$ 7,9 bilhões por ano. A AGU ressaltou o compromisso socioambiental da ferrovia, que não atravessará terras indígenas e terá impacto ambiental controlado. Por fim, foram apontadas contrapartidas ambientais de R\$ 715,0 milhões ou 3,5% do total dos investimentos previstos, reforçando a responsabilidade do projeto com a sustentabilidade (Figura 1).

**Figura 1.** Benefícios da implantação da Ferrogrão *versus* a duplicação da BR-163



**Fonte:** Adaptado da Nota 01546/2024/AGU.

Quando se trata de avanços no setor de transporte brasileiro, convêm salientar as ações promovidas no modo hidroviário. Pleito antigo dos usuários de transporte de cargas – inclusive produtores de commodities –, foi criada a Secretaria Nacional de Hidrovias e Navegação, no âmbito do Ministério de Portos e Aeroportos (MPA). A finalidade é ampliar infraestrutura e promover logística aquaviária do país.

No setor portuário, foi lançado o Programa Navegue Simples, com o objetivo de desburocratizar, simplificar e aperfeiçoar as outorgas portuárias em todas as modalidades. Entre as metas, busca-se tramitação mais eficiente e transparente dos processos de autorização, com a redução dos prazos atualmente observados, de em média três anos, para até seis meses. As atividades serão desenvolvidas em seis grupos de trabalho, com a participação do governo, de prestadores de serviços e de usuários.

Prorrogado **REGIME TRIBUTÁRIO PARA INCENTIVO À MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESTRUTURA PORTUÁRIA – REPORTO**, até dezembro de 2028.

Criadas as **“DEBÊNTURES DE INFRAESTRUTURA”** como fonte de investimentos para projetos de duplicação de rodovias, implantação de ferrovias e melhoria da malha rural.

Mantida a **PROIBIÇÃO DE COBRANÇA DA TAXA PORTUÁRIA DO SERVIÇO DE SEGREGAÇÃO E ENTREGA (SEE)**, também conhecida como THC2, pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Lançado o **PROGRAMA DE OTIMIZAÇÃO DE CONTRATOS DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA**, com investimentos de R\$ 110 bilhões.

Retomadas as obras de implantação da **FERROVIA TRANSNORDESTINA** entre Salgueiro-PE e Suape-PE. O trecho de Eliseu Martins-PI e Pecém-CE avança, com 63% de conclusão.

Realizada a **DRAGAGEM DO RIO MADEIRA** com a finalidade garantir a navegabilidade das embarcações durante a seca.

Morosidade do processo de licenciamento ambiental para a realização do **DERROCAMENTO DO PEDRAL DO LOURENÇO-PA** prejudica o transporte de cargas no rio Tocantins.

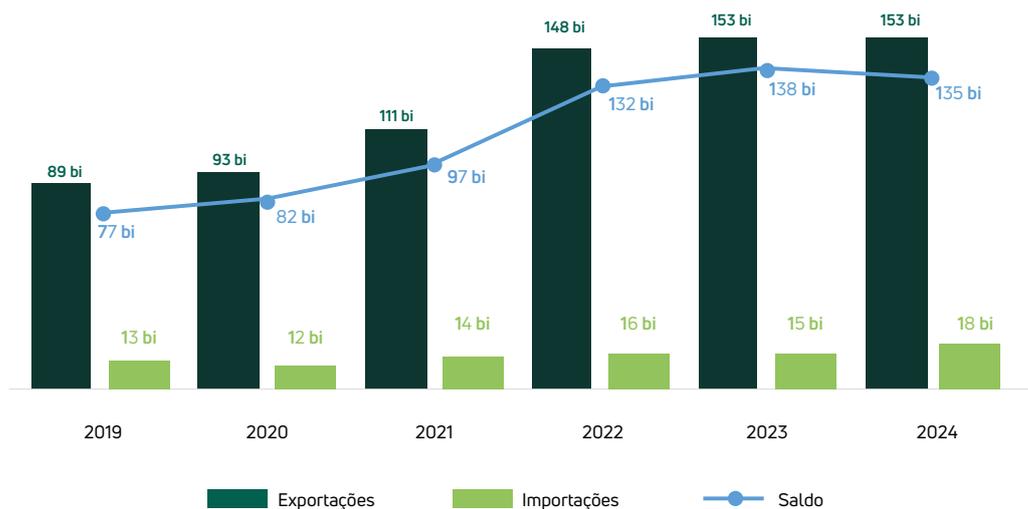
# Relações Internacionais

## Exportações estáveis e novos capítulos na geopolítica global

O ano de 2024 foi marcado pelo reforço de padrões recentes na geopolítica mundial, como o acirramento de conflitos geopolíticos, a crescente exigência por padrões ambientais e a intensificação da polarização econômica global.

No Brasil, o comércio de produtos do agronegócio ficou marcado por uma grande estabilidade, em valor e volume, se comparado com o ano de 2023. Até novembro foram exportados US\$ 152,6 bilhões em bens derivados do setor, variação negativa de apenas 0,3% em relação ao mesmo período de 2023. É esperado que esse montante alcance cerca de US\$ 166 bilhões até o fim deste ano. A participação do agronegócio na pauta das exportações também esteve em patamares parecidos com os de 2023, figurando em 49%.

**Gráfico 1.** Balança comercial do agronegócio brasileiro (jan-nov)

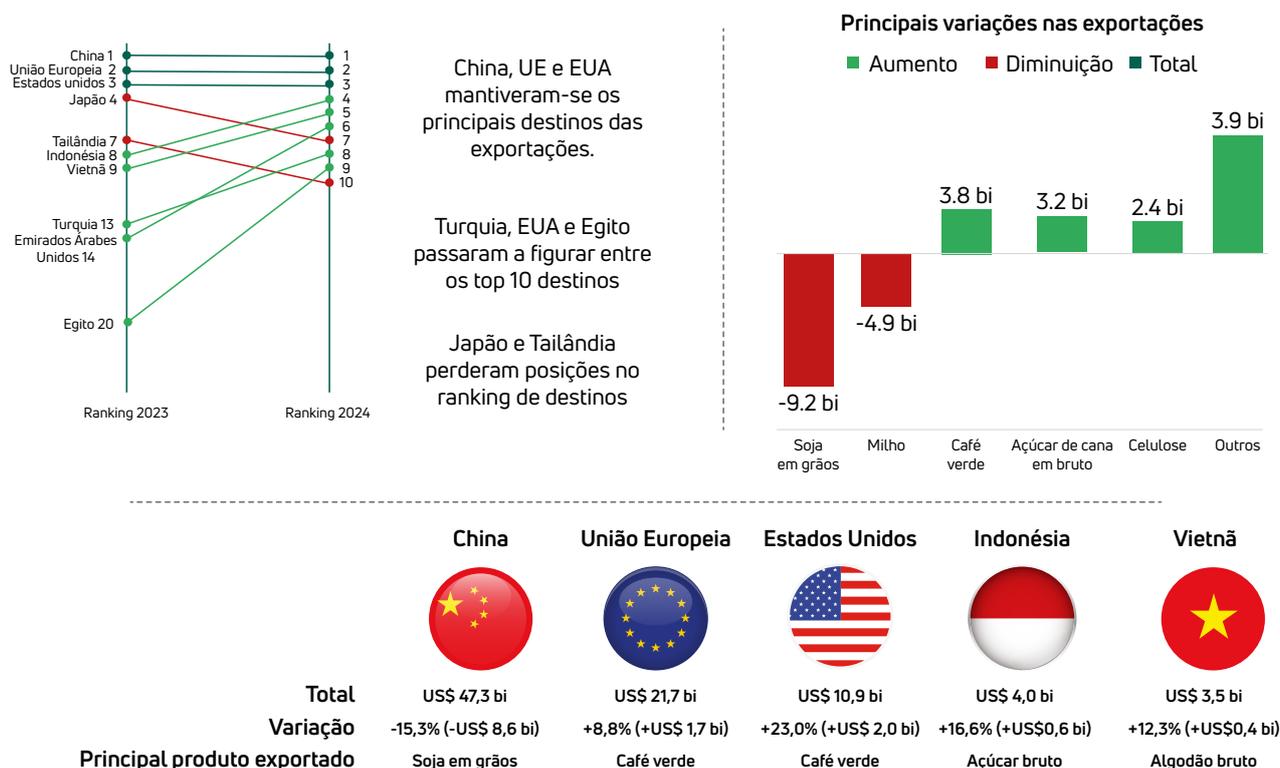


Fonte: ComexStat, MDIC.

Apesar do grande equilíbrio no valor agregado com relação ao ano anterior, os fluxos comerciais do Brasil com seus principais parceiros variaram de maneira expressiva. Até o mês de novembro, registrou-se queda de US\$ 8,6 bilhões nas vendas brasileiras à China, reflexo do menor crescimento econômico e da ampliação das políticas de autossuficiência na produção de grãos no gigante asiático.

O contrapeso às quedas nas vendas à China se deu pelo aumento nas vendas para vários outros parceiros comerciais, como os Estados Unidos, com incremento de US\$ 2 bilhões, e mercados do Oriente Médio e do norte da África, como Egito e Emirados Árabes, com incrementos de US\$ 1,4 bilhão e US\$ 1,2 bilhão, respectivamente.

**Gráfico 2.** Panorama geral das exportações do agronegócio brasileiro (jan-nov)



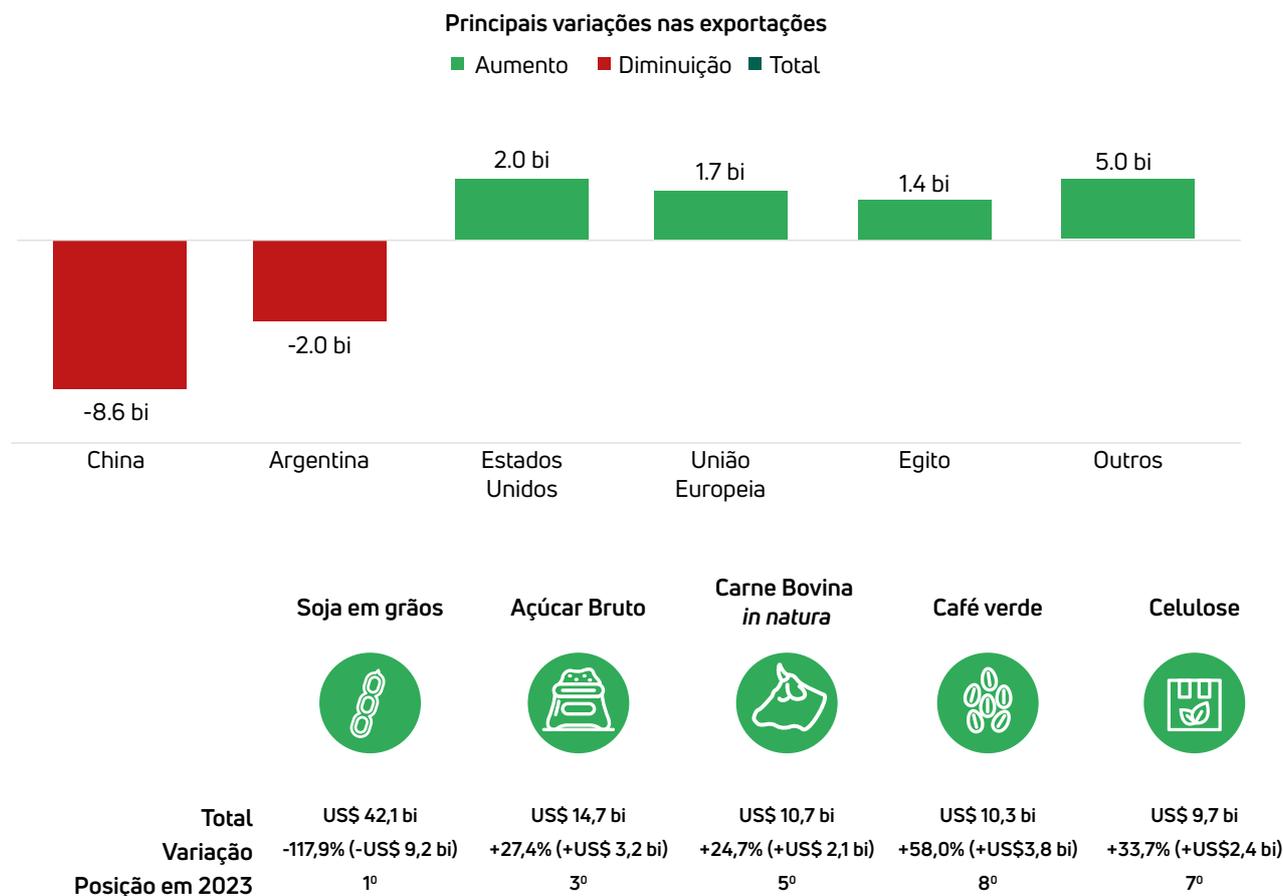
Fonte: ComexStat, MDIC.

Com relação aos produtos exportados, também foram observados movimentos mistos em relação aos montantes comercializados. Enquanto a soja em grãos e o milho registraram quedas de US\$ 9,2 bilhões e US\$ 4,9 bilhões, respectivamente, o açúcar de cana e o café verde galgaram incrementos de US\$ 3,2 bilhões e 3,8 bilhões, também respectivamente.

No caso da soja, boa parte da queda se deu na Argentina, movimento já esperado frente a um atípico 2023, quando o país vizinho teve problemas na produção e precisou recorrer às importações da oleaginosa para manter as indústrias de óleo e farelo abastecidas. A queda das importações no país em 2024 foi de 3,8 milhões de toneladas, retornando aos patamares típicos de anos anteriores. Para o milho, a queda nas vendas para a China foi o principal fator determinante. Os chineses compraram menos 12 milhões de toneladas do cereal brasileiro.

Já o açúcar foi beneficiado pelas recentes restrições à exportação na Índia e pelo menor volume produzido na Tailândia, exportadores importantes sobretudo para os mercados asiáticos, como a Indonésia, onde as vendas brasileiras cresceram 113,6%.

**Gráfico 3.** Panorama das exportações brasileiras por produto (jan-nov)



Fonte: ComexStat, MDIC.

Até novembro de 2024, foram anunciadas cerca de 280 novas aberturas de mercados, iniciativa de extrema importância para garantir a diversificação e expansão da pauta exportadora do agronegócio brasileiro. Os destaques ficam com as recentes aberturas para o mercado chinês às uvas frescas na China, após quatro anos de negociação, para os sete mercados abertos aos DDG (Dried Distillers Grains) e para os quinze novos mercados abertos para produtos cárneos.

O ano também foi marcado pela celebração dos 50 anos das relações diplomáticas Brasil-China, o que possibilitou uma série de avanços em temas comerciais e geopolíticos entre os dois países. Foram realizadas aberturas de mercado, acordos de cooperação técnico-científica, acordos de compras de produtos e outras iniciativas pontuais.

O Brasil assinou, ainda, um tratado no qual se compromete a manter sinergias com o One Belt, One Road (novo BRI) que, muito embora não signifique uma adesão à iniciativa, simboliza uma aproximação econômica entre os países, sobretudo na área de investimentos.

Nos Estados Unidos, as eleições presidenciais que terminaram com a vitória dos republicanos e de Donald Trump têm provocado movimentações no cenário geopolítico. As promessas em campanha do presidente eleito visam a uma política comercial mais restritiva, priorizando a economia doméstica e fazendo uso de tarifas comerciais, sobretudo contra a China.

Na América Latina, houve uma série de rearranjos nos governos. O primeiro deles refere-se à Argentina, com o presidente Javier Milei exercendo seu primeiro ano de mandato. Enquanto isso, México e Uruguai elegeram presidentes com maior propensão para o apoio ao multilateralismo e à cooperação regional. A crescente influência da China como parceiro comercial e investidor na região é notável, particularmente em infraestrutura e agronegócio, enquanto os Estados Unidos buscam manter sua tradicional influência econômica e política.

No Oriente Médio, as exportações brasileiras deram um salto significativo, com destaque para o comércio com países da Liga Árabe. No primeiro semestre, os embarques para a região aumentaram 25,8%. Além disso, o Brasil consolidou sua posição no mercado halal, essencial para atender às exigências culturais e religiosas dos consumidores árabes.

Entretanto, a instabilidade geopolítica na região elevou os prêmios de seguro e os custos logísticos, agravados pelo redirecionamento de rotas marítimas devido ao “risco de guerra”. Esses fatores encareceram os produtos e impactaram cadeias globais de suprimentos, especialmente em setores como alimentos perecíveis, energia e tecnologia.

Esse movimento dos navios para rotas alternativas também reduz a capacidade total de transporte, agravando problemas de oferta em cadeias de suprimentos globais. Setores como tecnologia, combustíveis, energia e bens de consumo, especialmente alimentos perecíveis, são particularmente afetados. Isso contribuiu para a elevação nos preços dos alimentos ao redor do mundo.

Na Europa, as principais pautas relativas ao setor agropecuário giraram em torno da entrada em operação da EUDR. O tema dominou a pauta na relação entre Brasil e União Europeia em 2024, tendo sido realizadas diversas manifestações de autoridades nacionais, entidades do setor privado e grupos de interesse alertando sobre os impactos da medida no comércio com o bloco, o aumento de custos e a potencial exclusão de produtores rurais das cadeias de fornecedores. Por fim, a Comissão Europeia fez uma proposta de adiamento para janeiro de 2026, já debatido no parlamento, mas que permanece pendente de uma decisão final dos organismos europeus para efetiva entrada em vigor.

Ao longo do ano, os negociadores dos países do Mercosul e do bloco europeu realizaram rodadas de negociação para conclusão do Acordo Comercial Mercosul x União Europeia, que culminaram na assinatura do texto durante a Cúpula do Mercosul no dia 06 de dezembro, no Uruguai.

- 1. Conflitos geopolíticos e padrões ambientais:** 2024 foi marcado pelo acirramento de conflitos geopolíticos e a crescente exigência por padrões ambientais.
- 2. Estabilidade no agronegócio brasileiro:** Exportações de produtos do agronegócio brasileiro mantiveram-se estáveis em valor e volume comparado a 2023.
- 3. Queda nas exportações para a China:** Houve redução de US\$ 6,2 bilhões nas vendas para a China devido ao menor crescimento econômico e a políticas de autossuficiência.
- 4. Aumento nas exportações para outros mercados:** Houve incrementos nas vendas para os EUA, o Egito e os Emirados Árabes, compensando a queda nas exportações para a China.
- 5. Variações nos produtos exportados:** Ocorreram quedas nas exportações de soja e milho, enquanto o açúcar de cana e o café verde registraram aumentos significativos.
- 6. Celebração dos 50 anos de relações Brasil-China:** Houve avanços em temas comerciais e geopolíticos, incluindo acordos de cooperação e abertura de mercados.
- 7. Aproximação com a iniciativa One Belt, One Road:** Brasil assinou tratado para manter sinergias com a iniciativa chinesa, simbolizando uma aproximação econômica.
- 8. Eleições nos EUA e vitória de Trump:** Há promessas de uma política comercial mais restritiva, priorizando a economia doméstica e o uso de tarifas contra a China.
- 9. Rearranjos governamentais na América Latina:** Ocorreram mudanças políticas na Argentina, no México e no Uruguai.
- 10. Aumento das exportações para o Oriente Médio:** Houve crescimento significativo nas exportações para países da Liga Árabe e consolidação no mercado halal.



# Sustentabilidade

## Incêndios e inércia na análise do CAR são os destaques ambientais em 2024

Em um ano de recordes de incêndios, enchentes no sul do Brasil e problemas comerciais referentes a questões ambientais, as discussões foram marcadas pela intensificação de restrições ambientais aplicadas via aumento de medidas de comando e controle.

A falta de planejamento, por parte do Estado, no combate preventivo aos incêndios florestais resultou em mais de 4,7 milhões de hectares em área queimada e em perdas da ordem de mais de R\$ 23 bilhões, além dos imensuráveis danos para a biodiversidade. Apesar do prévio conhecimento de que haveria condições climáticas propícias à ocorrência de incêndios florestais<sup>1</sup> em 2024, o governo federal optou por economicidade de esforços, inclusive no orçamento.

Os recursos previstos nas ações orçamentárias para proteção e recuperação da biodiversidade e combate ao desmatamento e incêndios eram de R\$ 987 milhões de reais, mas até o dia 26 de agosto haviam sido pagos pouco mais de R\$ 345 milhões de reais, representando aproximadamente 35% do total. Já para a fiscalização ambiental e prevenção e combate a incêndios florestais, a dotação autorizada foi de R\$ 156,2 milhões de reais, tendo sido pagos, até 26 de agosto, R\$ 63,2 milhões de reais, representando apenas 40% do total da ação orçamentária.

Em que pese a aplicação emergencial e suplementação orçamentária posterior ao período crítico para incidência de fogo, essa negligência resultou em um aumento de área queimada de 70% referente a 2023, ou seja, a maior nos últimos 14 anos.

Essa tendência também se estendeu às resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e às Instruções Normativas do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), as quais burocratizaram ainda mais as medidas para desembargos de área, bem como para autorização de supressão de vegetação e uso do solo. Um exemplo é a Instrução Normativa Ibama 8, de 2024, que exige a análise do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o cumprimento da reposição florestal, inviabilizando a regularização ambiental exatamente pela não análise dos cadastros pelo Poder Público. No CONAMA, a proposta de resolução da supressão de vegetação nativa impõe ao produtor levantamento entomológico da área, transferência das abelhas nativas para outro local e monitoramento posterior, desconsiderando que o próprio Código Florestal destina até

<sup>1</sup> Boletim Mensal nº 3 – Painel El-Niño – 2023-2024.

80% da propriedade na promoção da conservação da biodiversidade, abrigo e proteção da fauna e da flora. Trata-se de mais uma tentativa de impedimento administrativo do desenvolvimento econômico.

Enquanto isso, o cumprimento do Código Florestal e a análise do Cadastrado Ambiental Rural permanece na inércia e as demais soluções estruturantes ficam à margem e distantes da atuação dos estados. Apesar de exigí-los como instrumento indispensável à regularização ambiental, apenas 1,8% dos cadastros encontram-se com a análise completa, impactando diretamente na não regularização ambiental.

Da mesma forma, os conflitos fundiários continuaram a se intensificar no Brasil em 2024. No ano, foram detectadas 45 invasões até novembro, de acordo com levantamento feito pela CNA, com 15 invasões sendo por questões indígenas. Isso representa 33% do total das invasões, com os focos mais graves nos estados de Mato Grosso do Sul e Paraná.

**AUSÊNCIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E DE ATUAÇÃO PREVENTIVA PELO GOVERNO EXPÕE PRODUTORES A PREJUÍZOS BILIONÁRIOS COM INCÊNDIOS em 2024.**

**O CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR) NÃO AVANÇOU E POSSUI APENAS 1,8% DE CADASTROS ANALISADOS.**

**OS EMBARGOS AMBIENTAIS IMPUSERAM RESTRIÇÕES COMERCIAIS, DE CRÉDITO E DE ORDEM ADMINISTRATIVAS ÀS PROPRIEDADES RURAIS** por meio: 1) do Decreto nº 12.189/2024, que amplia o alcance dos embargos; 2) da Instrução Normativa nº 8/2024 do IBAMA, que exige o CAR analisado para o desembargo de áreas; e 3) a Resolução CMN nº 5081/2023, que restringe o crédito às propriedades embargadas.

Por outro lado, o setor agropecuário encontrou no Congresso Nacional o ambiente de equilíbrio racional do debate em prol das medidas estruturantes de endereçamento dos temas ambientais e fundiários de maior relevância, tais como:

**A APROVAÇÃO DA LEI DO MERCADO DE CARBONO**, garantindo a não taxação do setor agropecuário, com o potencial do uso das florestas nativas, inclusive Áreas de Proteção Permanente e Reserva Legal.

**OS PRODUTORES DA REGIÃO AMAZÔNICA TERÃO A OPORTUNIDADE DE OBTER O TÍTULO DEFINITIVO DE SUA PROPRIEDADE.** A derrubada dos vetos da Lei nº 14.757/23, que trata da extinção de cláusulas resolutivas e da ratificação de títulos fundiários antigos expedidos pela União caminhou para essa solução.

**A DECLARAÇÃO DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL (DITR) FOI SIMPLIFICADA PARA O PRODUTOR RURAL**, com a permissão de apresentação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), após a aprovação da Lei nº 14.932/2024.

No Supremo Tribunal Federal (STF) os debates giraram em torno da constitucionalidade do Código Florestal, no qual o tribunal definiu o conceito de “bioma” como o adequado para efetiva compensação ambiental de áreas relativas à Reserva Legal da propriedade, rejeitando o critério de “identidade ecológica”. Como resultado, viabilizou-se o mecanismo de compensação de passivos ambientais definido no Código Florestal.

Em relação ao marco temporal na demarcação de terras indígenas, os esforços foram direcionados à Comissão Especial de Conciliação implementada pela Suprema Corte. O debate foi em torno da constitucionalidade da Lei nº 14.701/2023, que estabelece o marco temporal para a demarcação de terras indígenas como sendo outubro de 1988. As reuniões buscaram uma conciliação entre a referida lei e a decisão do STF sobre o tema. A atuação da CNA está focada na defesa do marco temporal (outubro de 1988) e a indenização justa e prévia pelo título de propriedade ou a posse de boa fé dos produtores presentes em áreas a serem demarcadas.

**O STF RECONHECEU A UTILIZAÇÃO DO TERMO “BIOMA” PARA COMPENSAÇÃO DE RESERVA LEGAL e abandonou o critério da “identidade ecológica”, retomando a aplicação das compensações ambientais.**

**Consolidação do texto da Lei nº 14.757/2023, com a derrubada dos vetos, PERMITINDO A CONFIRMAÇÃO DOS TÍTULOS DE TERRA E SEGURANÇA JURÍDICA NA DESAPROPRIAÇÃO DO IMÓVEL RURAL PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA.**

Em âmbito internacional, os acordos do clima e de biodiversidade trouxeram intensas discussões sobre metas a serem aplicadas em âmbito doméstico. No Acordo do Clima, o Brasil apresentou Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs, na sigla em inglês) ambiciosas para o ano de 2035, comprometendo-se a uma redução de emissão de gases de efeito estufa (GEE) entre 59% e 67%, relativo às emissões do país em 2005. Tais metas, além de ousadas, não contaram com a ampla discussão e contribuição dos setores da economia responsáveis pelo cumprimento das obrigações depositadas, podendo resultar em não atingimento do objetivo associado a impactos para o crescimento econômico do país.

Na 29ª Conferência das Partes sobre Mudanças do Clima, COP29, a frustração está associada à indefinição de operacionalização da Nova Meta Quantificada de Financiamento, definindo um montante de cerca de US\$ 1,3 Trilhão por ano, sem definir fontes pagadoras, período de aplicação e critérios de acesso, postergando a definição das regras de aplicação para a COP30 de Belém.

Quanto à União Europeia, as pressões internacionais dos produtores europeus em relação à nova lei antidesmatamento culminaram com o adiamento da entrada em vigor da norma, que oferece drásticas restrições ao comércio de importantes produtos da agropecuária brasileira, como carne bovina e couro, óleo de soja, cacau, borracha, café, óleo de palma e madeira.

**BRASIL APRESENTA AS NOVAS METAS DE REDUÇÃO DE EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA NO ACORDO DE PARIS**, assumindo a redução de emissões entre 59% e 67% referente ao ano de 2005.

**A COP29 NÃO ALCANÇOU A AMBIÇÃO ESPERADA PARA O FINANCIAMENTO CLIMÁTICO**, aumentando a pressão sobre a COP30 no Brasil.

**A ENTRADA EM VIGOR DA LEI ANTIDESMATAMENTO DA UNIÃO EUROPEIA FOI PRORROGADA** por mais um ano.



# Produção Animal

## **Apesar de reação no segundo semestre, preço do boi gordo fecha em queda na comparação anual**

Em 2024, até o terceiro trimestre, os abates de bovinos cresceram 19,1% no Brasil, na comparação com o mesmo período do ano passado, de acordo com os últimos dados divulgados da Pesquisa Trimestral de Abates, do IBGE.

A maior disponibilidade de animais fez o preço do boi gordo recuar de janeiro a agosto, quando o mercado iniciou um movimento de alta, em resposta à boa demanda por carne bovina no mercado interno e para exportação, somada à redução da oferta de boiadas terminadas na lacuna entre o primeiro e o segundo giros do confinamento.

Com relação às exportações brasileiras, o volume embarcado de carne bovina aumentou 30,4% no acumulado até novembro de 2024, no comparativo com o mesmo período do ano anterior. Mesmo diante do crescimento em volume, o preço médio da carne exportada recuou 4,4% este ano, devido à maior oferta mundial.

A China segue como principal importadora da carne bovina brasileira, mas reduziu sua participação de 60% da receita com as exportações, em 2023, para 51%, em 2024. Por outro lado, os Estados Unidos, segundo maior cliente, saíram de 4,9% no ano passado para 7,9% este ano. Os Emirados Árabes também ampliaram a sua participação para 5,4% até novembro de 2024, frente aos 3,5% em 2023.

Com relação ao consumo doméstico, a maior disponibilidade de carne bovina no país, devido ao aumento dos abates, fez o preço recuar no mercado interno, melhorando a competitividade e a procura pelo produto. Para um comparativo, o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) da carne bovina recuou 3,6% até agosto de 2024, no acumulado de 12 meses, reagindo a partir de então, acompanhando a alta do boi gordo.

Quanto aos preços, apesar do mercado físico ter concretizado negócios acima de R\$ 350,00/@ no último trimestre em São Paulo, na média de janeiro a novembro de 2024, o boi gordo ficou cotado em R\$ 250,73/@ no estado, uma queda de 1,9% na comparação com igual período de 2023.

A menor atratividade da produção de bezerras (cria) resultou em aumento no **DESCARTE DE FÊMEAS**, colaborando com a maior oferta de animais para abate este ano. O abate de fêmeas cresceu 23,2% em 2024, representando 44,0% dos abates totais de bovinos até o terceiro trimestre, segundo o IBGE.

**CNA ENTRA COM PROCESSO NA UNIÃO EUROPEIA PARA FAZER VALER A LIBERDADE ECONÔMICA**, após manifestações do Carrefour sobre carne brasileira.

**CHINA SEGUE COMO PRINCIPAL DESTINO DA CARNE BOVINA BRASILEIRA**, responsável por quase 50% do volume exportado até outubro.

### **Demanda aquecida lastreou preços do leite ao produtor, mas impactos climáticos limitaram o desempenho da produção**

Os menores níveis de desemprego aqueceram a demanda e contribuíram para o escoamento da produção de leite em 2024. A alimentação concentrada exerceu menor pressão sobre os custos de produção, mas as enchentes no Rio Grande do Sul, a seca prolongada, especialmente no Sudeste e Centro-Oeste, e a ocorrência de incêndios limitaram o incremento em produtividade.

A produção brasileira praticamente permaneceu estável (1,1%) na comparação anual, atingindo 18,3 bilhões de litros de leite captados nos primeiros nove meses de 2024 e em patamares similares aos de 2019. Nesse contexto, a CNA projeta que a captação formal deverá encerrar 2024 em 24,8 bilhões de litros, ao passo que a produção total deverá atingir 35,79 bilhões.

Quanto às importações, o Brasil internalizou volume recorde de janeiro a novembro, 2,1 bilhões de litros de leite, um aumento de 6,6% ante o ano anterior. Países do Mercosul seguiram como principais fornecedores, respondendo por 96% do volume. Já as exportações, apesar do melhor desempenho em 2024 e da alta de 28,7%, os 79 milhões de litros ainda se apresentam incipientes diante das importações.

Em relação aos preços, houve leve recuperação nos valores ao produtor, que subiram 2,8% em 2024 (janeiro a outubro), ante o mesmo período de 2023. Já os preços aos consumidores subiram em maior proporção, com o IPCA do leite e derivados tendo alta de 11,6% até outubro, puxados principalmente pela inflação de 24% no leite longa vida.

Com preços mais atrativos para o milho e o farelo de soja, os desembolsos do pecuarista foram favorecidos, contribuindo com a recomposição de parte das margens da produção pecuária, comprometidas nos últimos anos.

### **Consumo e exportação sustentam preço dos suínos**

Até o terceiro trimestre de 2024, houve crescimento de 1,2% nos abates de suínos no Brasil frente ao ano passado (IBGE). Foi o menor incremento em relação as demais proteínas (bovinos e aves).

A demanda foi sustentada pelo consumo doméstico, que se mostrou firme ao longo do ano, e pelas exportações brasileiras, que cresceram 9,5% até novembro, em volume (Secex), aumentando a concorrência entre as indústrias pelo suíno terminado e contribuindo com as altas nos preços ao produtor.

De acordo com dados do Cepea, no mercado independente em Minas Gerais, a referência para o produtor de suínos subiu 8,5% na média de 2024, frente a 2023, indicando uma leve recuperação da crise dos últimos anos.

**NAS INDÚSTRIAS, O PREÇO DA CARNE SUÍNA SUBIU 10,1%** na média de 2024, até novembro, em relação à igual período de 2023.

**FILIPINAS RECONHECEM EQUIVALÊNCIA DE SISTEMAS DE INSPEÇÃO SANITÁRIA PARA EXPORTAÇÕES DAS CARNES BRASILEIRAS** e, até novembro, passam a ser o principal destino da carne suína exportada pelo Brasil em 2024, com 19% da receita total, à frente de China (17%) e Japão (11%).

### **Carne de frango apresenta boa demanda em relação às demais proteínas**

A boa competitividade da carne de frango frente às demais proteínas resultou em boa demanda doméstica. O cenário foi positivo também para as exportações, com aumento de 3,9% nos embarques brasileiros de carne de frango este ano, até novembro, no comparativo anual (Secex). É o que tem sustentado os preços diante do tímido incremento de 1,6% nos abates até o terceiro trimestre (IBGE).

Nas indústrias, a cotação do frango resfriado subiu 10,0% em São Paulo, na média de 2024 até novembro, em relação ao ano anterior, segundo dados do Cepea. Para o produtor, a alta foi de 6,1% no mesmo período (Jox).

No mercado de ovos, o aumento da produção de 8,9% até o terceiro trimestre de 2024 (IBGE), com demanda tímida, pressionou os preços ao longo de 2024.

Em Minas Gerais, o **PREÇO DA CAIXA COM 30 DÚZIAS DE OVOS CAIU 21,5% em 2024**, frente a 2023 (Cepea).

As **EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE OVOS RECUARAM 14,2% ESTE ANO**, até novembro, na comparação anual, colaborando com a pressão de baixa sobre as cotações do produto no mercado interno.

### Aumento da disponibilidade deflaciona preços da tilápia no mercado interno

A produção nacional de peixes está estimada em 695 mil toneladas em 2024, um crescimento de 6% em relação à 2023. As projeções foram feitas com base nos dados da Pesquisa Pecuária Municipal do IBGE, considerando a média de crescimento dos últimos anos e ponderando com as expectativas do setor.

A tilápia é o carro-chefe no país, respondendo por 69% da produção da aquicultura, o equivalente a 480 mil toneladas este ano, com crescimento projetado de 8% na comparação anual. A segunda espécie em volume é o tambaqui, com estimativa de 118 mil toneladas produzidas em 2024, segundo as estimativas do setor.

Para a tilápia, apesar do bom desempenho das exportações brasileiras (+123%), a maior disponibilidade do produto no mercado interno fez o preço cair 6,5% este ano em relação ao ano passado (Cepea).

Proteínas	Produção 2024 (milhões de t)		Exportações* (milhões de t)	
Carne bovina <sup>3</sup>	11,53	6,6%	2,34	30,4%
Carne suína <sup>3</sup>	5,35	0,7%	1,09	9,5%
Carne de frango	15,55	0,5%	4,53	3,9%
Leite e derivados <sup>1</sup>	35,79	1,2%	0,079	28,7%
Piscicultura (total)	0,70	6,0%	0,0098	117,0%
Tilápia	0,48	8,0%	0,0096	123,0%
Ovos <sup>2</sup>	140,73	3,5%	0,04	-14,2%

Fonte: CONAB, IBGE, USDA, SECEX e Projeções CNA.

<sup>1</sup> Bilhões de litros (projeção CNA).

<sup>2</sup> Mil caixas de 30 dúzias.

<sup>3</sup> Tonelada equivalente carcaça

\* Exportações entre janeiro e novembro de 2024 em relação ao mesmo período de 2023.

### Redução dos preços de milho e soja melhoram relação de troca da produção animal

Os gastos com alimentação representam uma parcela significativa do Custo Operacional Efetivo (COE) na pecuária. Na bovinocultura de corte, no sistema de cria, por exemplo, esse item corresponde a cerca de 30% do COE, enquanto na suinocultura independente, a alimentação pode superar 70% do COE.

Ao longo de 2024, os preços dos insumos utilizados na alimentação animal registraram queda em relação ao mesmo período de 2023. Esse movimento foi impulsionado pela redução nos preços do milho e da soja, principais componentes das rações. Em contrapartida, os custos com suplementos minerais, vacinas e medicamentos veterinários apresentaram aumentos em 2024, frente a 2023, conforme a tabela a seguir em contraponto aos grãos.

### Variação dos preços (jan-out 24 x jan-out 23)

Categoria do insumo	Insumo	Preço (%)	
Alimentação animal	Ração - Lactação (bovinos)		-8,5%
	Ração - Engorda (bovinos)		-8,7%
	Sal proteinado		1,5%
	Milho grão		-8,0%
	Farelo de soja		-11,0%
Saúde animal	Ivermectina - 1%		8,0%
	Vacina clostridiose		7,4%
	Antimastítico - Vaca lactação		18,5%
	Antitóxico		32,6%

\* Para o cálculo das variações, os valores foram corrigidos pelo IGP-DI de outubro/2024.

Fonte: Projeto Campo Futuro (Sistema CNA/Senar), em parceria com o Cepea e a Labor Rural.

De acordo com dados do Campo Futuro (CNA/Senar), na bovinocultura de corte, os custos de produção subiram 4,5%, enquanto no leite houve queda de 3,2%, em função do peso maior da alimentação concentrada nos desembolsos da produção de leite.

Na avicultura de postura, o COE apresentou ligeira redução (-2,0%). No entanto, a acentuada queda nos preços recebidos pelos produtores (-21,5%) impactou significativamente as margens da atividade. Na avicultura de corte (produção integrada), os custos recuaram 4,1% em 2024, frente ao ano passado.

Na suinocultura independente, houve valorização no preço do quilo do suíno vivo, mas os custos de produção também registraram aumento, de 7,6% no mesmo período.

### Variação dos custos e preços (jan-nov 24 x jan-nov 23)

Atividades	%COE		% Preço	
Avicultura de Postura		-2,0%		-21,5%
Avicultura de Corte Integrada		-4,1%		5,2%
Suinocultura Independente		7,6%		8,5%
Pecuária de Corte		4,5%		-1,9%
Pecuária de Leite		-3,2%		1,5%

\* Para o cálculo das variações, os valores foram corrigidos pelo IGP-DI de outubro/2024.

Fonte: Projeto Campo Futuro (Sistema CNA/Senar), em parceria com o Cepea e a Labor Rural.

**A MENOR OFERTA DE BOVINOS TERMINADOS** resultou em redução das escalas de abates nas indústrias e o **PREÇO DA ARROBA DO BOI GORDO APRESENTOU RECUPERAÇÃO A PARTIR DE AGOSTO DE 2024.**

O Brasil seguiu sem registro de casos de influenza aviária em granjas comerciais. **O CASO DE DOENÇA DE NEWCASTLE NO RIO GRANDE DO SUL FOI ENCERRADO.**

O mercado interno **SEGUE COMO O PRINCIPAL DESTINO DA PRODUÇÃO BRASILEIRA DE CARNE SUÍNA**, representando por volta de dois terços da demanda total.

**CRESCIMENTO DA EXPORTAÇÃO DE TILÁPIAS DEMONSTRA-SE COMO POTENCIAL DE MERCADO PARA EXPANSÃO DA PRODUÇÃO NACIONAL** nos próximos anos.



# Produção Agrícola

## **Desafios climáticos persistiram em 2024 no Brasil e no mundo e direcionaram os resultados econômicos dos principais produtos agrícolas.**

A produção de grãos estimada pela CONAB para a safra 2023/2024 foi de 297,98 milhões de toneladas, redução de mais de 20,0 milhões de toneladas em relação à anterior. Essa queda se deveu, principalmente, à irregularidade nas chuvas no início do plantio e à baixa precipitação durante parte do ciclo de desenvolvimento das lavouras em regiões como Centro-Oeste, Matopiba, São Paulo e Paraná. Já no Rio Grande do Sul, o problema foi o excesso de chuvas. Segundo a CONAB, a produção de soja foi de 147,4 milhões de toneladas, redução de 4,7% quando comparado à última safra. A de milho, somadas as três safras, resultou em 115,7 milhões de toneladas, 12,3% inferior ao último ciclo, com redução impulsionada pelos atrasos de plantio e menor pluviosidade.

A produção de arroz atingiu 10,6 milhões de toneladas na safra 2023/2024, um crescimento de 5,5% em relação ao ciclo anterior. Esse aumento foi impulsionado pela expansão da área cultivada, especialmente no Rio Grande do Sul. No feijão, a produção total foi de 3,2 milhões de toneladas, incremento de 7,0% em relação ao ciclo anterior. Apesar dos problemas com excesso de umidade na Região Sul, a safra de trigo em 2024 deve ser próxima à do ano passado, 8,1 milhões de toneladas (+0,1%).

A produção de algodão superou as expectativas iniciais e alcançou 3,7 milhões de toneladas, 15,8% acima da anterior, o que configura novo recorde.

Na laranja, além do clima, a disseminação do greening segue como fator limitante para o aumento na produção nacional. O resultado foi na contramão do crescimento, que era esperado, e o setor vivenciou uma redução de quase 30% na produção.

As lavouras de cacau foram impactadas por problemas climáticos sobretudo na Região Norte, que limitaram a produção, em movimento repetido na África Ocidental, que por duas safras tem contribuído para a oferta limitada globalmente.

Na cana-de-açúcar, a produtividade da safra 2024/2025 recuou em relação à anterior devido à seca e à ocorrência de incêndios em importantes regiões produtoras do Centro-Sul. A expectativa é de que sejam moídos 600 milhões de toneladas de cana até o fim da safra, valor 8% inferior ao ciclo anterior, mesmo com incremento de 3,5% na área cultivada. A moagem da cana deve resultar em 40 milhões de toneladas de açúcar e 26 bilhões de litros de etanol.

Estima-se uma safra de café em 2024 de 59 milhões de sacas de 60 kg, no somatório das espécies *Coffea arabica* e *Coffea canephora*, 0,4% acima da do ciclo anterior. O resultado frustra o movimento positivo de bialidade esperado pelos produtores brasileiros e reforça as recorrentes perdas por problemas climáticos que têm afetado os cafezais.

### Novas movimentações de oferta no mercado mundial alteram oportunidades de mercado para as diferentes commodities agrícolas brasileiras

Em 2024, o Brasil liderou as exportações globais de algodão e de soja. Já no milho, o Brasil perdeu a liderança pela redução de competitividade, diante da recuperação de produção na Argentina, nos Estados Unidos e na Ucrânia.

As exportações de açúcar brasileiro cresceram na ordem de 28%. A manutenção das restrições às vendas internacionais do açúcar indiano – para maior destinação da matéria-prima à fabricação do etanol em seu mercado doméstico – continua oportunizando a maior participação do Brasil no cenário global. Como as usinas focaram na produção de açúcar, houve recuo do volume exportado de etanol em cerca de 20%.

As exportações brasileiras de café verde devem ultrapassar 46 milhões de sacas no ano. De janeiro a novembro chegaram 42,8 milhões de sacas de 60 kg, gerando uma receita cambial de US\$ 10,3 bilhões. O bom desempenho nas exportações de 2024 pode ser atribuído a dois fatores principais: ao espaço no mercado internacional, deixado por grandes produtores como Vietnã e Indonésia, e à corrida para a compra de cafés pelos importadores europeus, dada a expectativa da entrada em vigor da Lei Antidesmatamento Europeia (EUDR), que acabou sendo prorrogada por um ano. A valorização do dólar frente ao real ao longo do ano também foi fator relevante para o crescimento da receita com as exportações.

**Tabela 1.** Variação na área, produção e exportação dos principais produtos agrícolas na safra de 2024

Culturas	Área (milhões de ha)		Produção (milhões de ton.)		Exportação <sup>1</sup> (milhões de ton.)	
	2024	Variação (%)	2024	Variação (%)	2024	Variação (%)
Soja	46,1	4,4%	147,7	-4,7%	96,8	-1,3%
Cana-de-açúcar	8,6	3,5%	599,3	-8,4%		
Açúcar			38,9	-8,3%	35,4	28,8%
Etanol			25,6*	-6,2%	1,4*	-19,4%
Algodão	1,9	16,9%	3,7	15,8%	2,4	91,1%
Laranja Indústria	0,3	-0,2%	223,1**	-27,4%	0,81***	-13,5%
Milho	21,1	-5,4%	115,7	-12,3%	35,5	-28,7%
Café arábica	1,5	2,4%	41,5****	0,4	33,8****	22,5%
Café conilon	0,4	-2,4%	17,5****	-1,9%	9,0****	114,3%
Arroz	1,6	8,6%	10,6	5,5%	1,0	6,2%
Feijão	2,9	5,8%	3,2	7,0%	0,3	151,5%
Trigo	3,1	-11,6%	8,1	0,1%	2,5	20,8%

Fonte: CONAB, Fundecitrus, Cecafé, Secex, Pecege.

<sup>1</sup> Referente ao período de janeiro a novembro de 2024 em comparação com o mesmo período do ano anterior

\* Bilhões de litros

\*\* Milhões de caixas de 40,8 Kg

\*\*\* Milhões de toneladas equivalentes de FCOJ (*Frozen Concentrated Orange Juice*)

\*\*\*\* Milhões de sacas de 60 Kg de café verde.

Para a cesta de frutas e hortaliças, é possível notar maior diversificação nas cesta de produtos exportados. Para hortaliças as divisas geradas batem recorde no acumulado do ano, até novembro, a US\$ 73,4 milhões, incremento de 90% frente ao ano anterior. Bulbos e raízes também ganharam maior relevância e aceitação nos mercados vizinhos. Merece destaque a cebola, com alta que supera mil pontos percentuais em faturamento, US\$ 22,7 milhões e 36,9 mil toneladas no período.

Dentre as frutas, as mangas seguem como produto líder em volume e divisas geradas. No acumulado do ano as exportações da fruta ultrapassam US\$ 322,9 milhões, incremento de 16,9%.

As perdas de produção devido ao clima somaram mais de **R\$ 34,5 BILHÕES PARA SOJA, MILHO E TRIGO.**

Mais de 300 mil hectares de **CANA-DE-AÇÚCAR** foram acometidos por incêndios, causando **PREJUÍZOS DE MAIS DE R\$ 2,7 BILHÕES.**

**BRASIL** ascende à **PRIMEIRA POSIÇÃO** no ranking de países **EXPORTADORES DE ALGODÃO.**

**EXPORTAÇÕES DE AÇÚCAR REGISTRAM RECORDES,** com incremento da ordem de 28,8% em volume em relação a 2023.

### Custos de produção em patamares elevados e preços das commodities em queda comprometem a margem dos produtores

Mesmo com a queda no preço unitário de alguns insumos agrícolas, as margens da maioria das cadeias de produção agrícola foram negativamente impactadas pela perda de receitas ocasionadas pelos problemas climáticos e sanitários que ocorreram ao longo da safra.

**Tabela 2.** Variação no Custo Operacional Efetivo (COE) e na Receita Bruta (RB) dos principais produtos agrícolas nas safras 2023/24 x 2022/23

Atividades	COE(%)	Receita (%)
Feijão	-22%	-2,0%
Milho 2ª Safra	5%	-2,6%
Milho 1ª Safra	-23,2%	-18,8%
Trigo	-17,7%	-67,7%
Soja	-21,6%	-29,6%
Café arábica	5,8%	15,5%
Cana-de-açúcar	-10,4%	-18,3%

Fonte: Projeto Campo Futuro (Sistema CNA/SENAR), em parceria com Cepea, Labor Rural, CIM/UFLA, Pecege  
 \*Para o cálculo das variações, os valores foram corrigidos pelo IGP-DI de outubro/24.

Na soja e no milho, as margens da safra 2023/2024 foram 51 e 30%, respectivamente, menores que as da safra 2022/2023. Os problemas climáticos que ocasionaram a perda de produtividade e o replantio de áreas de provocaram perdas de receita bruta dos produtores, mesmo com uma queda no COE.

A retrospectiva dos preços também não ajudou. No início de 2024, com a colheita, os preços da soja e do milho recuaram, pressionados pelo aumento da oferta. Em Rio Verde-GO, a saca do milho em julho chegou a ser cotada a R\$ 42,70 e só veio a se recuperar significativamente a partir de outubro, quando foi negociada a R\$ 63,37 (+27% em relação a outubro de 2023).

Na cana-de-açúcar, apesar do arrefecimento dos custos de produção e de certa estabilidade nos preços pagos pela matéria-prima, a queda de 10% na produtividade do atual ciclo resultou em recuo de quase 10% na receita dos produtores. Espera-se que, ao fim da atual safra, o preço médio pago pelo quilograma de Açúcares Totais Recuperáveis (ATR) seja semelhante ao do ciclo passado, com leve incremento de 0,05%, fechando em cerca de R\$ 1,20/kg.

No café, na safra 2024, a despeito dos altos preços reportados, a perda na produtividade das lavouras devido aos fatores climáticos foi decisiva para os resultados da atividade. O Custo Operacional Efetivo (COE) aumentou quase 6% na safra 2024 em comparação com a de 2023.

# Senar em números

Dados projetados em nov/2024

<b>Formação Profissional Rural</b>	<b>709.157</b> participantes	<b>63.547</b> turmas
<b>Promoção Social</b>	<b>246.297</b> participantes	<b>17.669</b> turmas
<i>Saúde da mulher rural</i>	<b>17.909</b> participantes	<b>159</b> eventos
<i>Saúde do homem rural</i>	<b>18.656</b> participantes	<b>145</b> eventos
<i>Saúde do adolescente rural</i>	<b>519</b> participantes	<b>33</b> eventos   <b>300</b> pais e/ou responsáveis
<b>Mulheres em Campo</b>	<b>4.695</b> participantes	<b>348</b> turmas
<b>Agricultura de Precisão</b>	<b>175</b> participantes	<b>16</b> turmas
<b>Programas Especiais</b>	<b>176.811</b> participantes	<b>7.918</b> turmas e/ou eventos
<i>Negócio Certo Rural</i>	<b>3.071</b> participantes	<b>189</b> turmas
<i>CNA Jovem</i>	<b>7.407</b> participantes	<b>5</b> edições

<b>AP/Drones</b>	<b>11.025</b> participantes	<b>1.022</b> turmas
<b>Outras Atividades</b>	<b>289.712</b> participantes	<b>8.430</b> eventos (palestras, seminários, feiras, dias de campo, oficinas, workshops)
<b>Capacitação Metodológica (Turmas presenciais)</b>	<b>5.147</b> participantes	<b>294</b> turmas (instrutores, mobilizadores e técnicos de campo)
<b>Aprendizagem Rural</b>	<b>3.678</b> participantes	<b>198</b> turmas
<b>Senar Play</b>	<b>224</b> Cursos EaD	<b>552.973</b> matrículas efetivadas nos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC)
<b>Formação Técnica de Nível Médio</b>	<b>10.682</b> matrículas efetivadas	
<b>Infraestrutura da Rede de Ensino</b>	<b>248</b> polos de ensino	<b>Centros de Excelência:</b> Fruticultura - Juazeiro-BA Bovinocultura de Corte - Campo Grande-MS Cafeicultura - Varginha-MG
<b>Assistência Técnica e Gerencial - ATeG</b>		
<i>Propriedades atendidas (2014-2024)</i>	<b>387.098</b> propriedades	
<i>Propriedades atendidas (2024)</i>	<b>192.555</b> propriedades	
<i>Novas propriedades atendidas (2024)</i>	<b>72.290</b> participantes que iniciaram atendimento neste ano	
<i>Visitas realizadas (2014-2024)</i>	<b>5,1 milhões</b> de visitas	
<i>Visitas realizadas (2024)</i>	<b>1.490.049</b> de visitas	
<i>Capacitações em formações ofertadas pela ATeG</i>	<b>2.528</b> capacitados	
<i>Equipe de profissionais em campo nos estados</i>	<b>7.352</b> técnicos <b>461</b> supervisores <b>27</b> coordenadores estaduais	

Balanço  
2024  
Perspectivas  
2025

---

# 02.

## PERSPECTIVAS 2025



---

Economia	. 37
Política Agrícola	. 40
Infraestrutura e Logística	. 42
Relações Internacionais	. 45
Sustentabilidade	. 48
Produção Animal	. 51
Produção Agrícola	. 53





# Economia

## Equilíbrio fiscal e condução da política monetária são os grandes desafios em 2025

O Brasil entrará em 2025 com grandes desafios. No âmbito doméstico, destaca-se a condução da política fiscal. A expectativa é de que o governo federal, novamente, não consiga cumprir a meta de resultado primário (de 0,0% do PIB) ou alcance resultado dentro do intervalo de tolerância (-0,25% do PIB), devendo encerrar o ano com déficit primário de 0,7% do PIB.

Ressalte-se que o governo federal anunciou recentemente um pacote fiscal, que propõe medidas para reduzir as despesas públicas e cumprir as metas de resultado primário nos próximos anos. O governo estima uma redução de despesas de R\$ 30,6 bilhões em 2025 e de R\$ 41,3 bilhões em 2026. No entanto, o mercado avalia que as medidas não devem atingir os valores estimados, sendo insuficientes para garantir o equilíbrio das contas públicas.

Outro ponto de atenção é a condução da política monetária, que pode sofrer alterações com a posse de Gabriel Galípolo como novo presidente do Banco Central do Brasil (BC). Frente aos desafios fiscais e às expectativas inflacionárias, é esperada a manutenção da taxa Selic em patamar elevado em 2025, com projeção de 13,50% ao final do ano. Ressalte-se que, ainda que o BC seja uma instituição independente, há temores sobre possíveis interferências do governo federal na definição da taxa básica de juros, considerando as críticas feitas em 2024 ao atual presidente, Roberto Campos Neto.

A manutenção de juros elevados implicará no aumento do custo de financiamento para famílias e empresas, o que pode impactar negativamente as concessões de crédito no próximo ano. Além disso, encarecerá o serviço da dívida pública (despesas com juros), dificultando ainda mais os esforços do governo para estabilizar a trajetória de endividamento do país. Com um cenário de novo déficit primário, a relação Dívida Bruta/PIB deve subir para 81,9% em 2025, frente a 78,3% estimado para 2024.

No âmbito externo, o país seguirá enfrentando as repercussões de conflitos geopolíticos, bélicos e comerciais, que podem elevar os custos de produção (logísticos e de insumos agropecuários) e reconfigurar o comércio internacional. Exemplos incluem as possíveis decisões dos Estados Unidos sobre tarifas de importação e sanções europeias a produtos agropecuários brasileiros. Além disso, a política fiscal expansionista esperada nos EUA pode intensificar a inflação no país, levando a novos aumentos nos juros americanos e, conseqüentemente, no resto do mundo.

Diante desse cenário, projeta-se desempenho menos favorável da atividade econômica brasileira em 2025. Pela ótica da demanda, o consumo das famílias, que foi o principal motor da economia em 2024, deverá arrefecer. A política monetária ainda restritiva, a acomodação do mercado de trabalho e o menor espaço para estímulos fiscais devem ser limitantes ao consumo das famílias, que deve crescer 2,0%, metade do avanço previsto para 2024 (4,5%). O investimento (Formação Bruta de Capital Fixo) também deve recuar, registrando alta de 1,8% ante 5,5% em 2024. Pela ótica da oferta, os setores da indústria e de serviços devem registrar crescimento de 1,95% e 1,8%, respectivamente, influenciados pela menor demanda interna. Em contrapartida, o setor agropecuário deverá reverter a queda de 2024, com crescimento de 3,95, impulsionado pela recuperação da safra agrícola. Nesse cenário, o PIB brasileiro deve crescer 2,00%, o que representa desaceleração de 1,39 p.p. em relação a 2024.

O mercado de trabalho deve apresentar acomodação, com aumento da taxa média de desemprego para 6,8% da força de trabalho. Os indicadores de população ocupada e rendimento médio real continuarão crescendo, mas em menor ritmo. No agronegócio, espera-se cenário mais positivo, com expansão na geração de empregos. A população ocupada no setor pode crescer cerca de 2%, puxada por menor redução de postos na agropecuária, reflexo da expectativa de safra recorde e do bom desempenho na produção pecuária. Fora da porteira, agroindústrias e agrosserviços devem manter a tendência de crescimento, refletindo-se positivamente no mercado de trabalho.

Em relação à inflação, projeta-se desaceleração nos preços de alimentos, com alta de 5,75% em 2025 ante 8,49% em 2024, devido à recuperação da safra. O grupo dos preços administrados, que tem peso significativo no IPCA, deve variar 4,13%, pouco acima do registrado em 2024 (4,69%). No entanto, a inflação de serviços e bens industrializados pode acelerar levemente, para 5,21% e 3,29%, respectivamente. Com isso, o IPCA deverá desacelerar em 2025 para 4,59%, mas ainda ficará acima do teto da meta de inflação (4,5%) definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Quanto ao PIB do agronegócio, a projeção é de um crescimento de até 5,0% em 2025. O avanço será impulsionado pelo aumento da produção, na agricultura, com destaque para os grãos, e nas agroindústrias, sustentadas pelas boas demandas interna e externa. Contudo, o avanço do PIB depende do comportamento dos preços, que poderão neutralizar os ganhos de produção se caírem intensamente. A expectativa é de redução nos preços internacionais e estabilidade cambial, o que pode reduzir os preços domésticos, mas a queda não deve ser suficiente para tornar negativo o resultado esperado no PIB do agronegócio no próximo ano.

Por fim, o Valor Bruto da Produção (VBP) deve alcançar R\$ 1,43 trilhão em 2025, um crescimento de 7,4% em relação a 2024. O ramo agrícola deve avançar 6,4%, totalizando R\$ 937,55 bilhões, impulsionado pela recuperação da produção após a quebra de safra em 2024. Já o VBP da pecuária deve crescer 9,2%, alcançando R\$ 495,13 bilhões, com destaque para a bovinocultura de corte, que deve registrar crescimento de 20,9% puxado pelos preços.



PIB Brasil  
2,00%



Inflação (IPCA)  
4,59%



Taxa Selic  
13,50%



Câmbio  
R\$/US\$ 5,77



VBP Total  
7,4%



VBP Agrícola  
6,4%



VBP Pecuária  
9,2%



PIB Agronegócio  
Até 5,0%

## DESTAQUES

**INCERTEZAS DOMÉSTICAS E INTERNACIONAIS DEVEM IMPACTAR O DESEMPENHO DO PIB BRASILEIRO em 2025.**

**IPCA DEVE ENCERRAR 2025** novamente acima do teto da meta de inflação de 4,50% ao ano.

**JUROS DEVE SEGUIR EM ALTO PATAMAR EM 2025**, frente às expectativas do quadro fiscal desafiador e às expectativas para os juros americanos.

**PIB DO AGRONEGÓCIO DEVE REGISTRAR CRESCIMENTO EM 2025**, com a previsão de recuperação da produção agropecuária e de preços dos principais produtos agropecuários.

# Política Agrícola

**Para além dos riscos climáticos e de mercado, a política agrícola brasileira encontra no orçamento público o maior desafio a ser superado em 2025.**

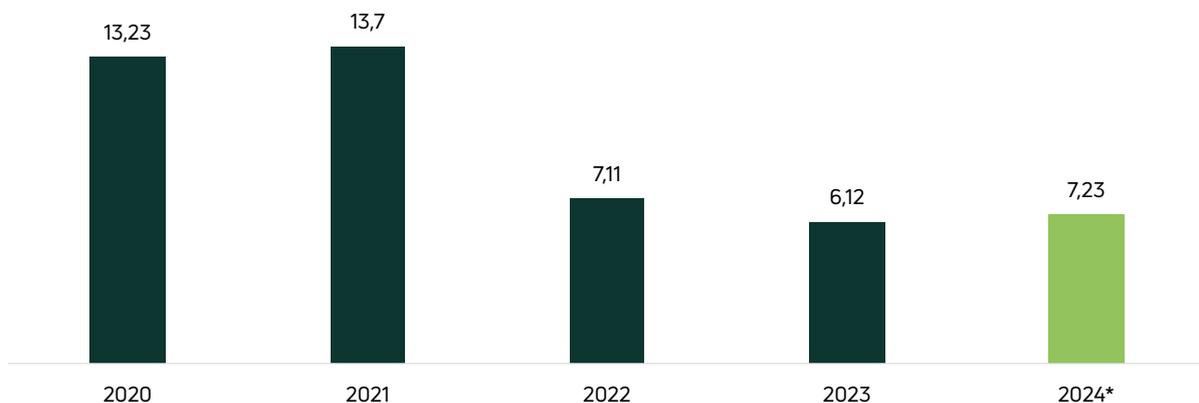
No próximo ano, o setor precisará se reorganizar para enfrentar uma série de desafios que exigem adaptação, inovação e fortalecimento de ferramentas de gestão de risco já existentes. Os impactos dos fenômenos climáticos devem continuar a pressionar a produção agropecuária, mesmo que em diferentes proporções.

Com a falta de apoio orçamentário para o Seguro Rural, e com a elevação da taxa Selic, teremos aumento no custo do crédito, limitando o acesso a financiamentos essenciais para o setor.

Nesse cenário, é fundamental que o agronegócio continue fortalecendo e ampliando as ferramentas de mitigação de riscos, buscando soluções mais eficazes e adaptadas às novas realidades econômicas e climáticas, de modo a garantir a sustentabilidade e a competitividade da produção agropecuária brasileira.

O Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) não tem tido o suporte necessário para segurar áreas condizentes com a produção nacional. Em 2024, tivemos um leve aumento da área coberta em relação ao ano anterior (Figura 1). Esta ainda está longe do recorde de cobertura vivenciado em 2021, e totalmente aquém da área agrícola do país, a qual ultrapassa os 70 milhões de hectares.

**Figura 1:** Área coberta com os Recursos do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR).



\*Dados até 06/12/2024. Valores em milhões de hectares.  
Fonte: Ministério da Agricultura e Pecuária (2024).

Essa insuficiência da gestão de riscos ameaça, inclusive, o mercado de capitais, que pode enxergar lacunas no setor, uma vez que as medidas de contenção não abrangem o capital aplicado. Para tanto, é importante que o Seguro Rural receba orçamento que permita alcançar produtores de várias regiões e culturas, ampliando a área coberta e diluindo o risco da ferramenta. Segundo estimativa da CNA, a necessidade de recursos para subvenção ao prêmio do Seguro Rural, em 2025, deve ser de, pelo menos, R\$ 4 bilhões.

Iniciativas como o Projeto de Lei 2951/2024, que visa modernizar o Seguro Rural no país, criar base de dados, ofertar vantagens ao produtor segurado e ampliar o resseguro, podem ser a estrutura fundamental para que essa ferramenta se torne, de fato, uma política de Estado, integrada a outras políticas agrícolas brasileiras. Contudo, o desafio orçamentário para sua implantação pode ser o grande obstáculo.

Somado ao cenário de desconfiança por parte dos credores, intensificado por um alarmismo amplificado pela mídia, muitas vezes impulsionado por agentes com interesses no mercado das recuperações judiciais, surge o desafio imposto pela taxa Selic, que encarece o crédito ao tomador.

O Plano Agrícola e Pecuário 2024/2025, construído em uma Selic de 10,5% a.a., não trouxe reduções significativas nas taxas ao produtor, e os recursos das Operações Oficiais de Crédito (OOC) também não foram substancialmente reforçados. Com a projeção de que a Selic alcance 13,5% a.a. em 2025, os produtores rurais enfrentarão maiores dificuldades, com possibilidade de taxas superiores às da safra atual e um esgotamento antecipado das linhas de crédito com juros equalizados, haja vista o orçamento limitado previsto no Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) de 2025.

Dessa forma, o setor agropecuário precisará se organizar no próximo ano para fortalecer a gestão de riscos, manter o crescimento das fontes alternativas de financiamento, como o mercado de capitais, e adotar estratégias que assegurem a sustentabilidade econômica diante de custos elevados e desafios climáticos, promovendo maior eficiência na alocação de recursos e na negociação de crédito.

## DESTAQUES

**ORÇAMENTO DO PSR NÃO SINALIZA AUMENTOS PARA 2025** - montante previsto de R\$ 1,06 bilhão é insuficiente diante da demanda do setor por R\$ 4 bilhões.

**LETRAS DE CRÉDITO DE AGRONEGÓCIO (LCA) PODEM APRESENTAR REDUÇÕES** em função das mudanças, que alteraram o prazo de rentabilidade e reduziram o apetite do investidor pelo título. Isso pode causar queda na principal fonte de recursos para o crédito rural.

**PROPOSTA DO FUNDO CATÁSTROFE (PROJETO DE LEI 2951/2024) PODE TRAZER VIRADA DE CHAVE AO SEGURO RURAL** e iniciar a consolidação da ferramenta.

**PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO 2024/2025 ADENTRARÁ 2025 COM APLICAÇÕES AQUÉM DO PLANEJADO.**

**EMBARAÇOS SOCIOAMBIENTAIS, NÃO RESOLVIDOS EM 2024, VOLTARÃO A SER PAUTA EM 2025.** Adequações à Resolução CMN 5081/2023 voltarão a ser tema de discussão.



# Infraestrutura e Logística

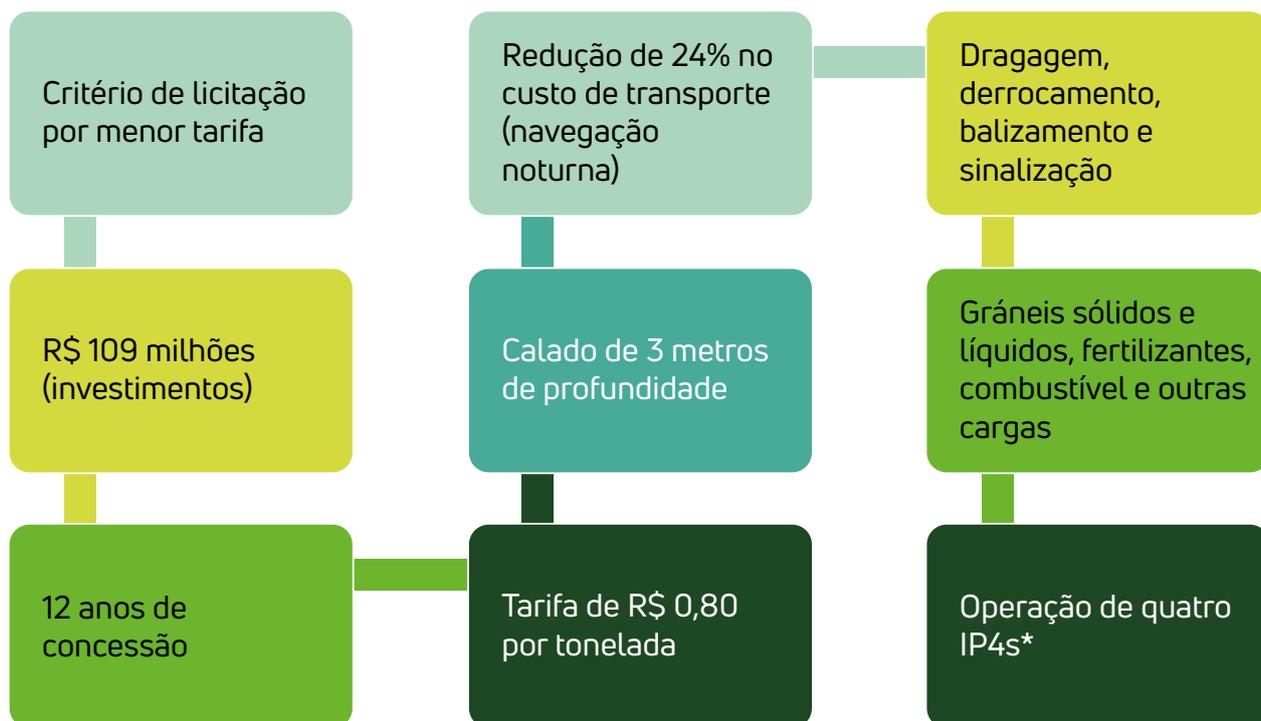
## **Outorga dos rios navegáveis é aposta para alavancar transporte hidroviário!**

O setor hidroviário brasileiro está diante de uma correnteza de oportunidades, especialmente após a criação da Secretaria Nacional de Hidrovias e Navegação e o lançamento do Plano Geral de Outorga Hidroviária. O Brasil começa a direcionar esforços para explorar suas vias navegáveis. Embora o modo hidroviário possua inúmeras vantagens (ambiental e econômica), historicamente ele é subutilizado. Vale lembrar que o país detém 42 mil km de vias aptas para o transporte, mas a navegação comercial ocorre em apenas 19 mil km.

Um importante passo foi dado em 2024, com a aprovação do projeto de concessão do rio Madeira pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Esse rio possui 1.075 km e conecta os estados de Rondônia e Amazonas, no trajeto entre Porto Velho e sua foz. A falta de manutenção contínua do leito do Madeira, combinada com os efeitos da seca prolongada, tem comprometido gravemente sua navegabilidade. A redução no nível das águas resulta na formação de bancos de areia e pedras, que obstruem o tráfego fluvial e dificultam o transporte de cargas essenciais, como milho, soja e fertilizantes.

Como resultado, empresas envolvidas no escoamento de grãos têm sido forçadas a redirecionar suas mercadorias para rotas alternativas. Isso implica na necessidade de utilizar portos no Sul e no Sudeste do Brasil, aumentando a distância percorrida e substituindo o transporte hidroviário, mais econômico, por opções rodoviárias, que elevam o valor total do frete. Com a outorga do rio Madeira – que irá transferir à iniciativa privada a responsabilidade pela gestão, operação e manutenção de sua hidrovia – espera-se melhorias estruturais e operacionais para garantir navegabilidade segura e eficiente. Isso inclui projeto de realização de investimentos estratégicos, como obras de dragagem, derrocamento, balizamento e sinalização, cujos principais números encontram-se na Figura 1.

**Figura 1.** Principais números do projeto de outorga do rio Madeira



Fonte: Adaptado da Antaq (2024).

\*IP4s – instalações portuárias públicas de pequeno porte.

O setor portuário também será protagonista, considerando a execução de rodada de concessão para 2025. Está prevista a concessão de 22 terminais portuários, no total de R\$ 8,7 bilhões de investimentos. As intervenções compreendem obras de ampliação e modernização e, ainda, a implantação de novos terminais. Para o agro, há projetos importantes como o de Vila de Conde-PA, com ganhos para armazenagem e movimentação portuária de grãos sólidos vegetais, especialmente soja e milho.

O modo rodoviário demandará ainda mais recursos a serem destinados à manutenção e à ampliação das rotas de escoamento da produção. Achados da última pesquisa CNT de Rodovias 2024 revelam que 67,0% das estradas encontram-se em condições insatisfatórias (péssima, ruim ou regular). Para contornar essa situação, que resulta em aumento médio de 32,5% nos custos operacionais, o governo federal lançará, certamente, no início do ano, a nova versão do Plano Nacional para o Escoamento da Safra 2024/2025, com investimentos emergenciais para a melhoria da malha rodoviária.

No quesito das concessões rodoviárias, está programado para fevereiro de 2025 o leilão da BR-364/RO, importante corredor para o escoamento da produção agropecuária do estado de Rondônia e do noroeste do Mato Grosso. Somente em 2024 foram movimentadas 12 milhões de toneladas de grãos com destino ao sistema portuário do Arco Norte. São 721 km, entre Vilhena-RO e Porto Velho-RO, com investimentos em torno de R\$ 10,6 bilhões, no período de 30 anos. Os recursos serão aplicados na duplicação de vias e na implantação de faixas adicionais, de novos acessos e de vias marginais.

Por último, o ano deve iniciar com o anúncio do Plano Nacional de Ferrovias, composto de novas regras e pela retomada de obras estratégicas. Entre os principais pontos está a reformulação do direito de passagem, permitindo que concessionárias compartilhem trilhos com outras operadoras de forma compensada. Também será regulamentada a figura do agente de transporte ferroviário de cargas, que atuará de modo independente da gestão da infraestrutura. Outro destaque é a retomada do trecho norte da Ferrovia Norte-Sul, ligando Açailândia-MA ao Porto de Vila de Conde, em Barcarena-PA. Esse projeto é estratégico para ampliar o escoamento de grãos, açúcar e etanol. Além disso, o governo planeja recuperar 11,1 mil km de ferrovias abandonadas, representando 36% da malha atual, com indenizações por parte de concessões renovadas. A pergunta de R\$ 1 bilhão é: alguma autorização ferroviária sairá do papel?

## DESTAQUES

Realização dos estudos para a **OUTORGA DOS RIOS TAPAJÓS, BARRA DO NORTE, TOCANTINS, PARAGUAI E DA LAGOA MIRIM**.

**LANÇAMENTO DO MARCO REGULATÓRIO DOS RIOS OU BR-DOS-RIOS** estabelecerá regras para a gestão dos rios no Brasil e criará fundos setoriais, com incentivos para a aquisição de embarcações e construção de terminais.

**FERROVIA TRANSNORDESTINA RECEBERÁ APORTE R\$ 3,6 BILHÕES** do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FNDE), administrado pelo Banco do Nordeste, com conclusão prevista em 2026.

**LEILÃO DA FERROGRÃO NO 2º SEMESTRE DE 2025** dependerá exclusivamente de liberação do Supremo Tribunal Federal (STF).



# Relações Internacionais

## Tensões, oportunidades e transformações globais

O ano de 2025 deve ser marcado por um cenário ainda mais conturbado nas relações internacionais. O cenário geopolítico traz perspectivas de acirramento nas tensões econômicas entre as principais economias mundiais por meio do incremento das tarifas de importação e outras barreiras ao comércio e do fomento às tendências de nearshoring e friendshoring.

O principal fator de mudança no cenário internacional será determinado pelo mandato do republicano Donald Trump nos Estados Unidos. As medidas propostas para a economia americana terão alto grau de influência sobre o cenário global em aspectos cambiais, políticos e macroeconômicos.

A intenção do governante americano, de priorizar a economia doméstica por meio da imposição de tarifas ao comércio e cortes de impostos para empresas que operam nos Estados Unidos, tem forte potencial inflacionário e deve garantir que o dólar figure em patamares elevados, pressionando os custos de insumos como fertilizantes e maquinário para o produtor brasileiro. Por outro lado, uma moeda mais fraca no Brasil também incentiva as exportações, o que, ao lado da possível nova fase da guerra comercial com a China, pode representar grandes oportunidades de curto prazo para o gigante asiático.

O mercado chinês, por outro lado, encontra-se em uma situação bastante diferente em relação à primeira fase da guerra comercial com os Estados Unidos. Com problemas na demanda doméstica, a China opera atualmente com alta capacidade ociosa e cresce menos que em outros períodos. Além disso, o país tem nas exportações uma alternativa para escoar os bens produzidos na economia e evitar um aprofundamento da situação. Com as tarifas aplicadas pelos Estados Unidos, essa alternativa deve se tornar cada vez menos viável.

Uma China que cresce menos deve afetar o crescimento global, sobretudo em economias em desenvolvimento como o Brasil. Vale lembrar que o mercado chinês responde por mais de um terço das exportações do agronegócio brasileiro, podendo o crescimento menor no gigante asiático afetar as perspectivas de longo prazo para o comércio brasileiro.

Com as tendências de aproximação das cadeias de oferta e a grande preocupação com a segurança alimentar na China, o país tem buscado ainda se manter menos dependente do fornecimento externo de grãos.

Em 2024, o país lançou uma nova lei de segurança alimentar, que determina critérios específicos de modo a garantir o aumento da produção de cereais, como o arroz e o trigo, e de oleaginosas, como a soja. Apesar disso, é improvável que esse mercado consiga atingir a autossuficiência na produção de todos esses bens, haja vista a baixa disponibilidade de terras agricultáveis e água para uso agrícola. Logo, é esperado que esse mercado conte com a ampliação da capacidade de armazenagem e com o comércio com parceiros confiáveis.

Na América Latina, as perspectivas para 2025 apontam transformações importantes. Na esfera geopolítica, a região enfrenta desafios de coesão interna, mas expande sua relação com parceiros do sul global, como a China, que tem intensificado os investimentos estratégicos na região, exemplificados pelo porto de Chancay, no Peru, que promete revolucionar o comércio entre a Ásia e a América do Sul.

Brasil e México têm se aproximado politicamente, e negociam a ampliação do ACE-53, enquanto o México busca alternativas para o período de turbulências que deve enfrentar nas relações com os Estados Unidos, seu maior parceiro comercial. Uma das medidas adotadas foi a renovação do Plano Contra a Inflação e a Carestia (PACIC), que reduz tarifas e simplifica a importação de alimentos. Isso deve beneficiar o Brasil, ampliando as possibilidades de exportação de carnes, grãos e açúcar.

Para o próximo ano, espera-se um crescimento econômico de 2,7% na região, revertendo a desaceleração de 2024. Esse crescimento deve estimular o consumo e as trocas comerciais, segundo o Banco Mundial.

Do outro lado do Atlântico, na Europa, a propagação de informações falsas sobre a qualidade de produção de alimentos, especialmente carnes, no Brasil e nos demais países do Mercosul, fez com que algumas empresas anunciassem um boicote a compras de produtos nacionais. Isso gerou uma forte reação do setor privado brasileiro e seguirá como prioridade na avaliação de ações legais de compensação em 2025.

Um potencial agravamento ou escalonamento na guerra na Europa, entre Rússia e Ucrânia, mantém a tensão na região e afeta o preço de alimentos e a segurança energética dos países europeus para 2025. Pode-se ter um problema ainda maior com uma retirada de apoio dos Estados Unidos, como já noticiado após a eleição americana.

Por fim, são esperadas novas orientações e novos esclarecimentos na implantação da EUDR - European Union Deforestation Regulation, enquanto países produtores e exportadores de alimentos se organizam em torno de uma coalizção internacional para enfrentamento de barreiras climáticas que impactam o comércio e desrespeitam os acordos ambientais internacionais. No Reino Unido, o novo governo deve seguir priorizando a superação dos problemas domésticos, como custo de moradia, inflação e desemprego crescentes, enquanto discute a agenda ambiental com seus parceiros comerciais, sinalizando um reconhecimento da legislação nacional.

Já no Oriente Médio, apesar de conflitos persistentes, como no Iêmen e na Faixa de Gaza, algumas áreas apresentam sinais de estabilização graças a mediações internacionais. A região também segue como palco de disputa geopolítica entre potências globais: enquanto a China busca expandir sua influência econômica, os Estados Unidos mantêm foco em energia e segurança estratégica.

No cenário comercial, os países árabes continuarão a ser grandes consumidores de alimentos brasileiros, como carne bovina, frango, milho e açúcar, devido à alta dependência de importações para alimentar suas populações crescentes. O crescente interesse por produtos halal e alimentos premium abre espaço para o Brasil diversificar suas exportações, incluindo alimentos processados, orgânicos e de maior valor agregado.

O continente africano, em 2025, será marcado por transformações econômicas e desafios sociais, mas também por oportunidades em setores estratégicos como energia renovável. Nesse cenário, o Brasil aposta em iniciativas de cooperação técnica e transferência de conhecimento, especialmente em tecnologias de irrigação e produção de fertilizantes.

Com os mercados africanos buscando diversificação de fornecedores, o Brasil encontra espaço para ir além das commodities e oferecer produtos processados e soluções tecnológicas. No entanto, enfrentará forte concorrência de países como China, Índia e União Europeia, que também ampliam investimentos no continente.

## DESTAQUES

**Impactos do governo Trump:** Pode haver aumento de tarifas e barreiras ao comércio, além de enfraquecimento do multilateralismo.

**Política econômica e comercial dos EUA:** Há previsão de tarifas e cortes de impostos com potencial inflacionário, afetando o dólar e os custos de insumos no Brasil.

**Oportunidades de curto prazo na China:** Entrará em nova fase a guerra comercial com os EUA, o que pode beneficiar o comércio Brasil-China.

**Problemas de demanda na China:** Alta capacidade ociosa e crescimento reduzido devem afetar negativamente o crescimento econômico e o comércio global.

**Lei de segurança alimentar na China:** São previstas medidas para aumentar a produção de cereais e oleaginosas, mas com limitações na capacidade de autossuficiência.

**Relações Brasil-México:** Terão lugar negociações para ampliação do ACE-53 e benefícios do PACIC para exportações brasileiras.

**Desafios na Europa:** Pode haver boicote a produtos brasileiros devido a informações falsas e tensões na guerra Rússia-Ucrânia.



# Sustentabilidade

## **COP30 no Brasil trará o país ao centro das discussões sobre meio ambiente. A projeção da conferência, de oportunidade ou desafio, cabe ao governo federal**

O protagonismo ambiental do Brasil será colocado à prova, em 2025, na Convenção das Partes sobre Mudança do Clima em sua trigésima edição (COP30), momento que marca os 10 anos do Acordo de Paris. No escopo do acordo do clima, o país deverá herdar as pendências da COP29, tais como as regras das metas coletivas e quantificadas de financiamento climático, a meta geral de adaptação e o mercado global de carbono.

Ainda, a COP30 terá sua própria agenda a ser cumprida. A discussão das novas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs, na sigla em inglês), que ditarão as metas de redução de emissões de cada país para 2035, tomarão grande parte da agenda. Para o Brasil, a operacionalização do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões e a consolidação dos resultados dos relatórios bianuais de transparência (BTR, na sigla em inglês) serão desafios a serem enfrentados no debate.

Diante da sua ocorrência no coração da Floresta Amazônica, os desafios logísticos somar-se-ão à necessidade de o país se alinhar à mensagem a ser passada para o mundo. O adequado rateio das responsabilidades entre os países signatários do Acordo do Clima, a razoabilidade prática na implementação da NDC brasileira e uma junção de esforços para a adequada comunicação do país serão determinantes para seu sucesso ou insucesso.

Quanto à razoabilidade da NDC, a adequada participação do Congresso Nacional em sua análise e ratificação serão determinantes na ponderação das obrigações aos setores econômicos, visto que a sinalização da redução das emissões entre 59% e 67%, referentes às emissões no ano de 2005, já careceram de amplo debate com esses setores em 2024. O Mercado Brasileiro de Comercialização de Emissões, instrumento para o alcance da NDC, demandará esforços para regulamentação, consolidação da governança, definição das cotas de emissões aos setores regulados e implementação dos mercados jurisdicionais por parte dos estados. Caberá ao setor agropecuário produzir os créditos de carbono que permitam a oferta de certificados de redução de emissões compatível com o crescimento econômico do país.

Para o agro, o alinhamento setorial para inserção da ciência no debate será essencial para ocupar sua devida posição, seja em responder aos desafios de prever e mitigar os efeitos adversos de eventos ex-

tremos, como estiagens prolongadas, incêndios florestais e enchentes, seja em promover soluções em mitigação e adaptação na produção de alimentos e fibras sustentáveis, sobretudo, por meio da agroenergia.

O ano de 2025 abrigará, também, parte dos novos prazos de aplicação do Regulamento Anti-Desflorestamento da União Europeia, que foi prorrogada para dezembro de 2025, para as grandes empresas, e junho de 2026, para as pequenas e médias. Com isso, os próximos doze meses serão de avaliar a capacidade de implementação por parte de produtores e empresas nacionais, bem como de mensurar juridicamente junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) o cumprimento, ou não, pela norma do comércio justo e livre de barreiras não tarifárias.

Para além dos desafios internacionais, 2025 ainda carregará problemas crônicos, a exemplo da dificuldade de implementação do Código Florestal, que exigirá grandes esforços setoriais junto ao governo federal e aos governos estaduais no sentido de promover a análise do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Este é instrumento indispensável para o processo de desembargo ambiental, o acesso ao crédito rural com juros reduzidos, o acesso aos mercados nacionais e internacionais, a geração de créditos de carbono e a regularização fundiária.

No caso de biodiversidade, o Brasil seguirá seu processo de internalização das metas globais de biodiversidade, definindo suas 23 metas que vão de uso do solo, vegetação, recuperação de vegetação nativas a uso de agrotóxicos e financiamento das atividades produtivas.

Em relação à titulação de propriedades, para 2025, a expectativa é aprovar uma lei que regulamente e prorrogue o prazo da ratificação de títulos em faixa de fronteira (PL nº 4497/2024), tornando possível a legalização dos registros imobiliários e possibilitando uma maior segurança jurídica para os produtores rurais que estão até 150 quilômetros das fronteiras terrestres do Brasil. Além disso, será preciso voltar aos debates e à tramitação do PL nº 510/2021, que desburocratiza e busca dar celeridade à emissão de títulos na região amazônica.

Quanto à segurança jurídica na demarcação de territórios quilombolas, em 2025, espera-se robustez e amadurecimento do debate em relação ao marco temporal para demarcação desses territórios no Congresso Nacional (PL nº 1942/22). O estabelecimento de regras claras e objetivas na elaboração dos estudos de identificação e delimitação dessas comunidades, bem como o acompanhamento irrestrito do processo em todas as suas fases, será prioridade.

A respeito da demarcação de terras indígenas, os debates na audiência de conciliação no Supremo Tribunal Federal (STF) estender-se-ão até fevereiro de 2025. A Lei do Marco Temporal (Lei nº 14.701/2023) fixou a data de outubro de 1988 como limite para se demarcar uma área como tradicionalmente ocupada. A representação dos interesses dos produtores rurais, a ser feita pela CNA, busca a plena aplicação dessa lei, sobretudo em relação à justa e prévia indenização dos produtores rurais que ocupem a área a ser demarcada. Ainda, a confederação defende que o produtor seja notificado desde o início do processo demarcatório, e que o laudo antropológico possua critérios claros e objetivos para uma maior segurança jurídica.

## DESTAQUES

Participação do Congresso Nacional nas discussões da NDC brasileira e representação do agro, pela CNA na COP30, buscará **PROTAGONISMO DO SETOR AGROPECUÁRIO COM SOLUÇÕES DE ADAPTAÇÃO E MITIGAÇÃO** das mudanças climáticas.

Prazo de prorrogação da Lei Antidesmatamento da União Europeia propiciará a busca de **SOLUÇÃO ESTRUTURANTE PARA BARREIRAS AMBIENTAIS AO COMÉRCIO RECORRENTES NA UNIÃO EUROPEIA**.

A análise do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o **CUMPRIMENTO DO CÓDIGO FLORESTAL É PROBLEMA CRÔNICO DOS ESTADOS E PRECISA DE SOLUÇÃO ESTRUTURANTE URGENTE**.

Segurança jurídica na **DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS, DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS, ADEQUADA RATIFICAÇÃO DE TERRAS EM REGIÃO DE FRONTEIRA E A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA LEGAL SÃO TEMAS QUE DEVEM PERMANECER NA PAUTA FUNDIÁRIA DE 2025**.

**BUSCA PELA RAZOABILIDADE DO PODER EXECUTIVO DEVE TOMAR GRANDE PARTE DOS ESFORÇOS SETORIAIS E DO CONGRESSO NACIONAL**, principalmente na implementação de políticas de comando e controle, na imposição de sanções administrativas desproporcionais e ineficientes e, por consequência, nos seus prejuízos ao adequado desenvolvimento econômico justo, como as restrições descabidas de crédito.



# Produção Animal

## **Previsão de virada de ciclo de preços para o boi gordo e boas perspectivas de exportação ditará o mercado das carnes em 2025.**

Com a virada do ciclo pecuário, a projeção é de queda de 3,3% na produção de carne bovina no país e altas nos preços do boi gordo e da carne bovina, o que impulsionará a procura pelas demais categorias de animais para reposição.

Para a demanda, o cenário é positivo para as exportações brasileiras, com previsão de aumento de 1,8% no volume embarcado de carne bovina em 2025, na comparação anual. Por outro lado, no mercado interno, a carne bovina mais cara, diante da redução dos abates, reduz a competitividade do produto em relação às outras carnes, fato que poderá impactar negativamente o consumo doméstico. Estima-se queda de 1,5% no consumo interno no próximo ano.

Na pecuária de leite, estima-se que a alimentação concentrada mais acessível deverá contribuir para um aumento modesto na produção nacional. Entretanto, essa expansão deve ser limitada em função de uma economia em desaceleração, contraindo o consumo que já dá sinais de arrefecimento na reta final de 2024. Soma-se a isso uma consistente oferta de leite importado vindo de países do Mercosul, competindo com a produção interna e exercendo pressão de baixa no mercado brasileiro de leite. Nesse contexto, projeções da Embrapa Gado de Leite indicam um aumento de 1,5% na produção nacional em 2025.

Para a avicultura de corte, a produção brasileira de carne de frango deverá crescer 1,4% em 2025, acompanhando o crescimento da demanda interna e as exportações em bom ritmo.

No mercado interno, a menor pressão sobre os preços da carne de frango deverá favorecer a competitividade dessa proteína em relação às carnes bovina e suína. A expectativa é de aumento de 1,2% no consumo interno no ano que vem. A situação sanitária do país, sem registros de caso de influenza aviária em granjas comerciais, é um fator positivo para os embarques brasileiros de carne de frango, cuja projeção é de incremento de 1,1% no volume em 2025, frente a 2024.

Para 2025, as expectativas são positivas com relação à demanda doméstica de ovos, com previsão de aumento de 1,7% na comparação anual. A boa competitividade em relação às demais proteínas animais é um fator positivo para o consumo, levando à expectativa de aumento de 2,2% na produção do ano que vem.

No caso dos suínos, os recentes aumentos nos preços têm estimulado o alojamento no país, fato que pode pressionar as cotações ao longo do ano que vem. A projeção é de incremento de 1,4% na produção de

carne suína, na comparação anual. O grau de arrefecimento nas margens pela redução dos custos com alimentação ditarão o desempenho econômico da atividade.

Para a tilápia, a projeção é de ampliação da produção brasileira em 9% em 2025, frente a 2024, acompanhando a crescente demanda interna e as perspectivas positivas para as exportações, principalmente de filés de tilápia para os Estados Unidos, principal importador. Isso se deve ao reconhecimento da qualidade da tilápia brasileira, além do fim da obrigatoriedade do Certificado Sanitário Internacional (CSI) para filés de tilápia, fato que contribui para uma projeção de crescimento de 15,0% para as exportações em 2025.

Proteínas	Consumo	Produção 2025 (milhões de t)	Exportações* (milhões de t)
Carne bovina <sup>3</sup>	-1,5%	11,15 -3,3%	2,583 1,8%
Carne suína <sup>3</sup>	1,0%	5,42 1,4%	1,205 2,6%
Carne de frango	1,2%	15,77 1,4%	4,974 1,1%
Leite e derivados <sup>1</sup>	2,0%	36,40 1,5%	0,088 5,0%
Tilápia	5,0%	0,52 9,0%	0,012 15%
Ovos <sup>2</sup>	1,7%	143,75 2,2%	0,046 5,0%

Fontes: USDA, ABPA, Cepea, Rabobank, Conab, IBGE, Jox Assessoria, Projeções CNA.

<sup>1</sup> Bilhões de litros.

<sup>2</sup> Mil caixas de 30 dúzias.

<sup>3</sup> Tonelada equivalente carcaça

### Custos de produção da pecuária: de olho no clima e no câmbio

Apesar dos atrasos nas chuvas, o plantio da safra de soja caminhou bem em novembro, com as precipitações mais regulares. Com isso, as estimativas da Conab para soja e milho ainda são otimistas, apesar da possível sustentação do preço do cereal no primeiro semestre. No balanço do ano de 2025, esperam-se cotações mais acomodadas para esses insumos.

Por outro lado, o cenário macroeconômico e geopolítico mundial tem mantido o câmbio em patamares elevados, o que impacta diretamente os preços dos suplementos minerais e fertilizantes, por exemplo. Para 2025, o cenário é de cautela com relação aos preços desses insumos. O mesmo movimento será inevitável na aquisição de bezerras e animais para a reposição no caso da pecuária.

### DESTAQUES

O **CÂMBIO EM ALTA** é positivo para as exportações de proteínas animais, mas impacta diretamente os custos de produção da pecuária para os insumos importados.

Na pecuária de corte, a **REDUÇÃO NA PRODUÇÃO (-3,3%)** associada à exportação em alta deve sustentar os preços em 2025.

**PRODUÇÃO NACIONAL DE LEITE DEVE CRESCER TÍMIDOS 1,5% EM 2025**, fruto da desaceleração econômica e de importações de leite.

**CARNE DE FRANGO DEVE GANHAR ESPAÇO NA CESTA DE COMPRAS DOS BRASILEIROS** diante do potencial aumento de preço da carne bovina.

**AMPLIAÇÃO DO RECONHECIMENTO SANITÁRIO DEVE AUMENTAR AS OPORTUNIDADES DE NEGÓCIO DA TILÁPIA BRASILEIRA** no mercado internacional.



# Produção Agrícola

## Clima será termômetro de duplo risco para produtividade e preços em um cenário de margens pressionadas

As previsões climáticas para o final de 2024 e o início de 2025 indicam diminuição da probabilidade de La Niña com a aproximação do verão no hemisfério sul, atingindo a neutralidade próximo a abril de 2025. O La Niña costuma impactar a consolidação da safra de verão no Brasil, especialmente no Centro-Sul, regiões que podem apresentar diminuição no índice global de chuvas. A distribuição de chuvas no início de 2025 será a principal preocupação para o desenvolvimento da primeira safra.

Até então, a estimativa para a safra de grãos 2024/2025 do Brasil é de aproximadamente 322,5 milhões de toneladas, crescimento de mais de 8,2% ou 24,6 milhões de toneladas em relação à safra anterior, segundo a CONAB. Esse avanço reflete pequena elevação na área plantada (+1,9%) e recuperação da produtividade média.

A produção de soja pode ultrapassar 165 milhões de toneladas, aumento de quase 20 milhões de toneladas em relação à safra 2023/2024. Para o milho, a possibilidade de recuperação na produtividade das lavouras da segunda safra faz com que o potencial produtivo chegue próximo a 120 milhões de toneladas, com uma área plantada estável.

O arroz deve apresentar crescimento em área plantada (+7,6%), com produção estimada em 11,7 milhões de toneladas (+10,6%). Segundo a CONAB, o vetor do crescimento será a decisão de plantio da cultura em detrimento de outras com menor rentabilidade, em especial no Rio Grande do Sul.

No caso do feijão, espera-se um volume total de 3,3 milhões de toneladas (+1,4%), considerando as três safras. Para o trigo, os problemas da safra 2024 parecem desanimar o produtor para o plantio em 2025 e, até então, estima-se uma safra muito próxima da de 2024.

Para a safra 2025/2026 de cana-de-açúcar, espera-se recuo de 2% na área cultivada, totalizando 8,4 milhões de hectares. O setor estima moagem de 580 milhões de toneladas ao final do ciclo (queda de 3,2% em relação ao ano passado), ainda em resposta à seca e aos incêndios ocorridos em 2024. Nesse cenário, a produção de açúcar pode crescer cerca de 3% e a de etanol, cair 6%, totalizando 24 bilhões de litros.

Na laranja, é esperado pequeno aumento na produção para a próxima safra, frente à grande quebra da safra atual. O clima ainda impõe limitações, mas precipitações mais frequentes e temperaturas mais

estáveis no último trimestre de 2024, auxiliaram na recuperação fisiológica dos pomares.

Há expectativa de recuperação na produção de maçã na Região Sul do país. Maior pegamento e calibre de frutos poderão levar a incrementos na oferta no mercado doméstico, bem como nas exportações, consoante à redução na dependência de importação no período de entressafra.

O cenário para a produção de café arábica é pessimista. As condições climáticas pós-florada e o pegamento de frutos, em agosto e setembro de 2024, limitaram a recuperação das lavouras. Somado ao ano de bionalidade negativa, a redução na produção em 2025 pode ser de até 15% em relação a 2024. A utilização de sistemas de irrigação na produção do *Coffea canephora* (conilon/robusta) mitigará o potencial de perda no rendimento.

**Tabela 1:** Estimativa de área, produção e exportação e variação em relação à safra 23/24 das principais culturas.

Culturas	Área (milhões de ha)		Produção (milhões de t)		Exportações* (milhões de t)	
Soja	47,4	2,6%	166,1	12,4%	105,5	14,2%
Cana-de-açúcar	8,4	-2,3%	580,0	-3,2%	-	-
Açúcar	-	-	39,9	2,6%	42,0	5,0%
Etanol	-	-	24,0*	-6,3%	1,3*	3,0%
Algodão	2,0	2,9%	3,7	0,1%	2,9	2,8%
Laranja Indústria	0,3	-1,7%	309,4**	38,7%	0,98***	-1,1%
Milho	21,0	-0,2%	119,8	3,6%	34,0	-5,6%
Café arábica	1,5	-3,4%	38,6****	-7,0%	32,6****	-14,2%
Café conilon	0,4	2,7%	19,2****	9,7%	9,4****	6,8%
Arroz	1,7	7,6%	11,7	10,6%	2,0	53,8%
Feijão	2,9	0,8%	3,3	0,5%	0,2	-25,6%
Trigo	3,1	-11,6%	8,1	0,1%	2,0	-28,3%

Fonte: Conab, Irga, Fundecitrus, CecaFé, Secex, Pecege, USDA

<sup>1</sup> Exportação projetada para o ano de 2025

\*Bilhões de litros

\*\*Milhões de caixas de 40,8 kg

\*\*\*Milhões de toneladas equivalentes de FCOJ

\*\*\*\*Milhões de sacas de 60 kg de café verde

**PRODUÇÃO DE GRÃOS DA SAFRA 2024/2025 PODE SER RECORDE**, superando 320 milhões de toneladas.

**SECA E ALTAS TEMPERATURAS IMPACTAM NEGATIVAMENTE LAVOURAS DE CAFÉ ARÁBICA** e o reflexo deve ser sentido nas exportações.

**ÁREA PLANTADA DE ARROZ IRRIGADO SE RECUPERA NO RIO GRANDE DO SUL** e abastecimento permanece seguro para 2025.

**FORTE DEMANDA INTERNACIONAL ESTIMULARÁ A PRODUÇÃO E A EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR BRASILEIRO.**

## **Cenário geopolítico internacional e volatilidade de preços demandam maior atenção do produtor ao planejamento da produção e à gestão de risco**

Para a soja, o cenário é de recorde de produção mundial e recuperação dos estoques globais da oleaginosa. Isso coloca pressão sobre os preços para a próxima safra, em especial para o volume que for negociado no pico da colheita, entre março e abril. O produtor deve buscar ferramentas de gestão de risco e conhecer custos antecipadamente para evitar prejuízos.

No milho, as exportações podem crescer em relação a 2024, em resposta à política de aumento de tarifas que o novo governo Trump imporá a países como China e México, mas a forte demanda interna, principalmente pela indústria de etanol, limitará o interesse de venda do milho nos portos. O milho argentino e o paraguaio devem ficar mais baratos que o milho brasileiro no mercado internacional.

No setor sucroenergético, o cenário de preços internacionais para o açúcar seguirá altista. A exportação brasileira do adoçante pode crescer até 5% ao final da safra. Para o etanol, é esperada recuperação de preços nos mercados doméstico e externo, com incentivos à ampliação do seu uso por meio de novos mandatos e políticas públicas, o que deve contribuir com a receita dos produtores, principalmente aqueles que fornecem a matéria-prima apenas para destilarias.

No mercado global de café arábica, o Brasil permanece como maestro da oferta. O desempenho doméstico ditará os movimentos de preço em Nova Iorque, que não devem arrefecer abruptamente em 2025. Com as dificuldades climáticas enfrentadas também pelo Vietnã, as acomodações no preço do robusta serão também acima da média histórica. O movimento de demanda das duas espécies deve permanecer em 2025, com crescimento estável, sobretudo na Ásia. No entanto, mesmo com dólar valorizado, o Brasil enfrentará dificuldade de ampliação da exportação diante da oferta limitada por fatores climáticos, principalmente para o arábica.

Em relação às perspectivas de custo para a safra 2024/2025, levantamentos do Projeto Campo Futuro mostram que houve uma queda de 16% nos preços dos fertilizantes durante o principal período de compras de insumos (abril a outubro) em relação ao mesmo período do ano passado. Para o milho segunda safra, esse cenário pode se inverter. Até outubro de 2024, os produtores haviam adquirido apenas 45% dos fertilizantes, abaixo dos 75% registrados no mesmo período da safra 2023/2024.

A recente valorização do dólar e as tensões geopolíticas aumentam a incerteza no mercado doméstico. Apesar de a estabilidade no fornecimento de matérias-primas ser um fator positivo, o impacto do câmbio nos custos com insumos, especialmente na segunda safra de milho, deve ser considerado pelos produtores.

No café, o aumento nos custos com mão de obra e com fertilizantes deverá impactar o custo operacional efetivo da atividade. A perspectiva de margens para 2025, embora positivas, devem ser ainda mais estreitas, quando comparadas às da safra passada.

**DESVALORIZAÇÃO DO REAL FRENTE AO DÓLAR TRAZ OPORTUNIDADES PARA A NEGOCIAÇÃO ANTECIPADA DA SOJA** da safra 2024/2025.

**CENÁRIO POSITIVO PARA OS PREÇOS DO ETANOL** beneficiará a receita dos produtores.

**REDUÇÃO NA OFERTA GLOBAL DE CAFÉ DEVE SUSTENTAR AS COTAÇÕES** tanto do arábica quanto do canéfora.

**ABERTURA DE MERCADO CHINÊS AO SORGO DEVE IMPULSIONAR PRODUÇÃO BRASILEIRA** e trazer maior previsibilidade para os preços com indicativos de paridade de exportação.

**CUSTO DE AQUISIÇÃO DE FERTILIZANTES DEMANDA ATENÇÃO DO PRODUTOR** à janela ideal de compra.

Balanço  
2024  
Perspectivas  
2025

---

# 03. AÇÕES & CONQUISTAS



---

Economia	. 59
Política Agrícola	. 62
Infraestrutura e Logística	. 64
Relações Internacionais	. 66
Sustentabilidade	. 70
Assuntos Fundiários	. 73
Irrigação e Recursos Hídricos	. 76
Geração de Dados e Informações Estratégicas para a Agropecuária	. 78
Jurídico	. 80
Produção Agrícola	. 87
Produção Animal	. 94
Mulheres e Novas Lideranças do Agro	. 99





# Economia

## **a) Regulamentação da Reforma tributária avança com importantes conquistas para o produtor rural.**

A CNA atuou perante o Congresso Nacional, o Poder Executivo e entidades para garantir segurança jurídica e evitar retrocessos ou prejuízos na regulamentação da Reforma tributária. Entre os principais avanços alcançados para a sociedade brasileira e para o setor agropecuário na aprovação do PLP 68/2024 na Câmara dos Deputados, os destaques são:

- Criação da cesta básica isenta de impostos, garantindo a redução dos preços dos alimentos vendidos à população brasileira. Inclusão das carnes, queijos, manteiga e peixes na lista isenta;
- Ampliação da lista de alimentos que possuirão alíquota reduzida em 60%. Inclusão de sucos de frutas, extrato de tomate, óleos vegetais, leite fermentado e bebidas lácteas, entre outros alimentos de consumo diário dos brasileiros;
- Inclusão de frutas secas, frescas ou congeladas, plantas e flores, cultivados com fins alimentares, ornamentais ou medicinais, no rol de produtos com 100% de redução do imposto;
- Garantia de que os produtores rurais que faturam até R\$ 3,6 milhões por ano não sejam obrigados ao regime do imposto, mas que tenham a opção de aderir voluntariamente, a fim de reaver os créditos relativos aos insumos agropecuários;
- Importantes ajustes no texto da regulamentação nos casos que o produtor rural excedesse o limite de R\$ 3,6 milhões/ano. Anteriormente, o texto previa que o produtor seria contribuinte desde o início do ano civil e não a partir do momento que ultrapassasse o limite. O texto foi ajustado;
- Garantia de transferência de crédito presumido para a agroindústria adquirente da produção rural, oriunda de produtores que não forem contribuintes diretos do tributo. Esse crédito garantirá a competitividade dos produtores não-contribuintes;
- Inclusão de insumos agropecuários, bem como alguns serviços prestados na atividade rural, na lista de bens e serviços com alíquota reduzida. A inclusão de sêmen e embriões bovinos, os bioinsumos e os alevinos são alguns dos insumos anteriormente não previstos na lista, mas que foram devidamente incluídos;

- Exclusão dos caminhões na lista de bens aos quais seria aplicado o imposto seletivo. A matriz de transporte brasileira, sobretudo para escoamento da safra agrícola, é rodoviária e a cobrança desse imposto sobre os caminhões oneraria ainda mais os bens de capital, criando cumulatividade tributária aos setores econômicos, incluindo o agro.

**b) CNA atuou para revogação da Medida Provisória do “Fim do Mundo”, que vedava a compensação de créditos PIS/COFINS.** Atualmente, as agroindústrias possuem um crédito presumido sobre as compras da produção agropecuária, o que reduz a carga tributária sobre alimentos, bioenergia, fibras etc. A MP apresentada pelo governo federal buscava restringir a apropriação desse crédito para as indústrias, o que ampliaria a carga tributária do setor e, consecutivamente, reduziria os preços pagos aos produtores rurais. Após atuação da CNA, o Senado Federal devolveu a medida ao executivo, garantindo a manutenção dos créditos e a competitividade do setor.

**c) CNA atua no processo do CADE que avaliou ato de concentração na aquisição de plantas da Marfrig pela Minerva.** A Confederação participou do processo de maneira a apresentar dados e informações do mercado da pecuária bovina brasileira, com o objetivo de apresentar eventuais riscos de concentração de mercado, eventuais desequilíbrios contratuais entre pecuaristas e frigoríficos, bem como todas as relações comerciais do setor. Após análise do processo, o órgão federal aprovou a aquisição com restrições, buscando eliminar riscos de concentração aos consumidores ou aos fornecedores.

**d) CNA discute regras para caracterização de devedor contumaz para fins tributários com o Poder Executivo.** A CNA está acompanhando esse importante tema e atuando para evitar a criação de regras que possam impactar produtores rurais em situação de irregularidade fiscal ocasional (por situação econômica ou climática, por exemplo), sem intuito doloso ou fraudulento. O Projeto de Lei (PL) 15/2024 está aguardando apresentação do texto pelo relator (Dep. Danilo Forte – União/CE) e votação na Câmara dos Deputados.

**e) Prorrogação da obrigatoriedade da emissão da nota fiscal eletrônica pelo produtor rural.** Por mais um ano, foi garantido prazo adicional para o produtor rural se adaptar à exigência. Assim, a partir do dia 2 de janeiro de 2025, a nova regra valerá. Até lá, independentemente do faturamento do produtor, não há a obrigatoriedade de emissão para as operações internas.

**f) Com atuação da CNA, farelo e óleo de milho terão tratamento diferenciado de PIS/COFINS, o que reduzirá os custos da produção industrial.** Com a aprovação da Lei nº 14.943/2024, o produtor de milho fica isento de PIS/COFINS ao comercializar o farelo do grão para as agroindústrias, já que a norma prevê a suspensão da incidência desses dois tributos. As agroindústrias que utilizarem o farelo na fabricação de outros produtos, como ração e biodiesel, terão crédito presumido de PIS/COFINS, ou seja, pagarão menos tributo se usarem esse insumo. A medida também vale para o óleo de milho.

**g) CNA busca ajustes no orçamento público para ampliação de recursos para 2025.** Foi trabalhada junto ao Congresso Nacional a apresentação de duas sugestões de emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária (PLDO), para não contingenciamento de recursos à defesa agropecuária e ao programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR). Além disso, foram trabalhadas 17 sugestões de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) em diversas áreas de interesse do setor agropecuário.

**h) CNA desenvolve ações em prol da redução dos desequilíbrios regionais.** Com o intuito de contribuir para as ações de desenvolvimento regional e adequado uso dos fundos constitucionais, a CNA atuou em diferentes frentes, que incluem:

**Adequada delimitação do Semiárido.** Diante da apresentação da nova proposta de delimitação, com a exclusão 50 municípios da área de limitação, a CNA destacou impactos negativos sobre o financiamento e ao bem-estar da população local e buscou sua reversão por meio da Resolução Condel/Sudene nº 176, de 2024, que determinou a permanência por mais um ano até serem executados novos estudos de delimitação.

**CNA trabalhou intensamente para garantir a manutenção da aplicação do FNE exclusivamente para o setor produtivo.** A resolução destinará 30% do orçamento anual do fundo a projetos de infraestrutura para concessões e projetos de Parcerias Público-Privadas (PPPs) estruturados por estados e municípios da área da Sudene.

**CNA, em conjunto com federações de agricultura e pecuária dos estados, contribuiu com as diretrizes e prioridades dos fundos constitucionais de financiamento.** As contribuições foram acatadas e comporão o plano de aplicação dos recursos financeiros em 2025.



# Política Agrícola

**a) Propostas para o Plano Agrícola e Pecuário 2024/2025, elaboradas pelo Sistema CNA, buscam melhorias e maior eficiência dos recursos destinados aos produtores rurais.** Documento foi elaborado após o levantamento das demandas, presencialmente, nas cinco grandes regiões do país e o MATOPIBA e entregue ao ministro da Agricultura. Tais propostas incluíram: 1) a suplementação dos recursos do seguro rural totalizando R\$ 3 bilhões em 2024 e R\$ 4 bilhões em 2025; 2) garantia de disponibilidade dos recursos durante todo o Plano Safra; 3) priorização de recursos para investimento, principalmente aos pequenos produtores; 4) ampliação das fontes de recurso; 5) regulamentação do Fundo Catástrofe; 6) rebates de taxas de juros simplificados para o uso de práticas socioambientais; e 7) resolução dos embargos ambientais descabidos.

**b) CNA atua para melhorar o cenário do Proagro para o produtor rural.** A Confederação defendeu a revogação das alterações sofridas pelo Proagro em 2024. As mudanças dificultam o acesso do pequeno e médio produtor ao crédito rural, pois reduzem o limite de enquadramento, redução da garantia de renda mínima (GRM) e aumento das alíquotas do prêmio. A CNA também participou de audiências públicas no Congresso Nacional e segue atuando para melhorar dessa importante ferramenta de gestão de risco para o produtor rural.

**c) Ações de enfrentamento das adversidades climáticas foram promovidas pela Comissão de Política Agrícola.** CNA apresentou propostas e medidas de socorro aos produtores que foram prejudicados, por meio de reuniões, ofícios, audiências públicas e em diversos fóruns de articulação com o Executivo e Legislativo, com objetivo de garantir a manutenção da produção agropecuária.

**d) Construção e debate no Projeto de Lei que regulamenta o Fundo Catástrofe e moderniza o Seguro Rural teve participação ativa da CNA.** O Projeto de Lei 2951/2024, de autoria da senadora Tereza Cristina, teve participação ativa da CNA em sua elaboração e divulgação ao público. A proposta visa garantir maior segurança na política de seguro rural em todo o Brasil. A CNA trabalha para que a proposta ganhe tração no Congresso.

**e) Fontes alternativas de financiamento ao produto rural tiveram destaque nas ações da CNA.** A Confederação promoveu o workshop "Agro e o Mercado de Capitais" para debater os desafios e oportunidades do mercado privado de crédito e as novas fontes de financiamento para o setor, com vistas a oferecer mais uma alternativa de crédito aos produtores rurais de todo o país.

**f) FIAGROs ganharam sua regulamentação específica: mercado deve expandir significativamente em 2025.** Proposta endossada pelo Sistema CNA, no PAP 2024/2025, foi publicada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Após três anos operando sob uma regra provisória, os FIAGROs alcançaram maturidade suficiente para uma norma própria, atendendo às particularidades e oportunidades do agronegócio brasileiro.

**g) Recuperação do agro do Rio Grande do Sul foi defendida pela CNA.** Ações para possibilitar medidas que atendessem às reais necessidades dos produtores afetados pela catástrofe climática no Rio Grande do Sul foram apresentadas e defendidas pela Confederação.

**h) CNA atuou para promover renegociação de dívidas rurais e recuperação de produtores afetados por eventos climáticos nos últimos anos:**

**CNA trabalhou para a aprovação da Lei nº 14.995/2024.** A lei reabre prazos para renegociação de dívidas rurais com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento no âmbito das Leis nº 13.340/2016 e nº 14.166/2021, com descontos que podem chegar a 95% da dívida atualizada, entre outras vantagens, como dispensa de encargos por inadimplemento e limitação de honorários advocatícios.

**CNA orientou produtores sobre como acessar as melhores iniciativas oferecidas pelas instituições financeiras.** O Conselho Monetário Nacional (CMN) publicou as Resoluções 5.122 e 5.123/2024, que trazem dispositivos sobre a renegociação de parcelas de operações de crédito rural. A CNA preparou e divulgou comunicado técnico orientando os produtores sobre como proceder nos casos que se enquadram nas resoluções.

**i) Confederação busca solução contra os embaraços regulatórios ao crédito.** Foram realizadas audiências no Senado Federal e na Câmara dos Deputados sobre os impactos da Resolução do Conselho Monetário Nacional (5081/2023). Combater os embaraços ao acesso do crédito rural por produtores em situação de legalidade é tema prioritário para a entidade.

**j) Seguro rural: capacitação para produtores rurais ajudou a promover a gestão de riscos!** O curso promoveu a divulgação da importância da ferramenta frente aos desafios climáticos e mercadológicos. O seguro rural é uma das alternativas para a gestão do risco dos produtores rurais, e o acesso ao conhecimento sobre ele é fundamental para que os produtores possam realizar uma contratação condizente com sua necessidade. Os produtores que participam do treinamento aprendem sobre o mercado, as modalidades, os tipos de cobertura, como se dá a formação do prêmio, as ocorrências de sinistros, entre outras informações fundamentais para garantir a renda dos produtores em eventualidades climáticas.

**k) CNA pediu reversão da norma que prejudicou a captação e distribuição de recursos das Letras de Crédito do Agronegócio.** Com alteração do prazo de rentabilidade, as LCAs ficaram menos atrativas para o investidor. A redução de aportes prejudicou o lastro do crédito rural. A CNA busca ajuste na norma com o intuito de ampliar a atratividade pelo título.

**l) CNA orienta produtores sobre mudanças recentes no Programa Nacional do Crédito Fundiário.** O MDA alterou as regras relativas ao acesso e enquadramento para o crédito fundiário por meio da edição da Resolução MDA/FTCF nº 1, de 5 de agosto de 2024. Assim, foram discutidas com o ministério as mudanças, e a CNA elaborou nota técnica para orientar as federações e os sindicatos, além de preparar material técnico para subsidiar a atualização de curso do Senar sobre esse tema.



# Infraestrutura e Logística

- a) CNA defendeu regulamentação para o registro e a circulação de tratores em vias públicas.** Em diálogo com o Senatran e formalização em consulta pública, a CNA propôs aumento da distância permitida para movimentação do maquinário, inclusive pulverizadores e empilhadeiras. A ação fortalece a segurança jurídica e busca diminuir entraves para o transporte de máquinas agrícolas.
- b) CNA iniciou, em parceria com a Esalq-Log, estudo para mensurar a importância das estradas vicinais no escoamento de produtos agropecuários.** Foram desenvolvidos os parâmetros para a criação do Índice de Priorização de Estradas Vicinais (IPEV), que permite identificar as áreas que demandam maior investimento para a manutenção e adequação dessas estradas.
- c) CNA reforçou a importância da abertura do mercado ferroviário com a implantação do Marco Regulatório das Ferrovias (Lei nº 14.273/2021).** Em debate com o Tribunal de Contas da União e participação de audiências públicas no Congresso Nacional, a CNA cobrou celeridade na liberação dos pedidos de autorização de novos trechos ferroviários e na devolução de trechos ociosos e reativação.
- d) CNA ratificou a relevância da Ferrogrão e a necessidade de agilizar o processo de implantação.** O projeto visa construir 933 km de linhas férreas entre Sinop (MT) e o porto de Miritituba (PA) e transportar até 50 milhões de toneladas de grãos, com estimativa de redução nos custos de transporte, entre 35% e 40%. A atualização do projeto foi concluída em agosto deste ano e a perspectiva é que o leilão ocorra em 2025, após liberação do Supremo Tribunal Federal (STF).
- e) CNA apoiou ações para expandir a infraestrutura hidroviária e baratear o transporte de carga.** A Confederação endossou o modelo de concessão do Rio Madeira, que prevê concessão por 12 anos e investimento de R\$ 109 milhões. A tarifa pré-leilão é de R\$ 0,80 por tonelada de carga, com estimativa de redução de 24% no custo de navegação pelo uso. O leilão está previsto para início de 2025 e permitirá a navegação sem interrupções das cargas do setor agropecuário.
- f) CNA e usuários de transportes tiveram atendido o pleito de criação de secretaria no Ministério de Portos e Aeroportos.** A nova Secretaria Nacional de Hidrovias e Navegação, lançada em abril de 2024, passa a ser responsável por desenvolver políticas específicas para o setor hidroviário. A iniciativa visa otimizar o uso das hidrovias, reduzir custos logísticos e melhorar o escoamento de produtos agrícolas, além de equalizar a matriz de transportes.

**g) CNA avaliou o andamento do Novo PAC e cobrou agilidade na execução dos projetos previstos.** No Congresso Nacional, a CNA destacou a necessidade de fortalecer a infraestrutura destinada ao escoamento da produção agrícola, reduzindo custos logísticos e aumentando a competitividade do setor. Dos 18.355 empreendimentos previstos no programa, 94% estão em fase de preparação ou execução, com apenas 5,1% concluídos.

**h) CNA divulgou o desempenho do setor portuário do Arco Norte para o escoamento da produção de grãos.** Dos 286,5 milhões de toneladas de soja e milho produzidos na Safra 2022/2023, 68,9% provêm das novas fronteiras agrícolas, com destaque para o Mato Grosso e MATOPIBA. A exportação de somente 34,0% de toda a produção pelo Arco Norte foi objeto de discussão em vários fóruns, com cobrança de melhoria dos acessos ao sistema portuário da região.

**i) CNA participou da construção de regulamento que auxilia na modernização da infraestrutura e logística destinada ao transporte de produtos agropecuários.** O destaque é a prorrogação, por cinco anos, do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto). Esse incentivo viabilizará a alocação de investimento direto realizável de R\$ 52,6 bilhões pelo setor portuário, nos próximos dois anos.

**j) CNA colaborou com a promulgação da Lei nº 14.801/2024, que institui debêntures de infraestrutura voltadas para concessões de serviços públicos, visando impulsionar investimentos essenciais no setor de transporte.** A medida permite que concessionárias, permissionárias e autorizadas emitam títulos para financiar projetos de infraestrutura, como construção de ferrovias, duplicação de rodovias, melhorias na malha viária rural e integração de diferentes modos de transportes que atendem o setor agropecuário.

**k) CNA solicitou a reclassificação de prioridades e a inclusão de indicadores essenciais nos planos setoriais de transportes terrestres.** Após análise dos projetos listados no Plano Setorial de Transporte Rodoviário (PSTR) e no Plano Setorial de Transporte Ferroviário (PSTF), a CNA propôs ao Ministério dos Transportes (MTrans) e à Infra S/A a revisão das prioridades. Também sugeriu incluir indicadores como competitividade e compartilhamento de infraestrutura para orientar melhor as políticas públicas. As contribuições estão sob análise do MTrans e da Infra S/A.





# Relações Internacionais

## Inteligência comercial e defesa de interesses

**a) Agenda internacional de defesa de Interesses.** Em 2024, a CNA realizou agendas de defesa de interesse em 15 países. Essas ações foram direcionadas a mercados estratégicos da América do Sul (Argentina, Chile, Colômbia, Peru e Uruguai), América do Norte (México e Canadá), Oriente Médio (Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos), Ásia (Azerbaijão e China) e Europa (Alemanha, Bélgica, Reino Unido e Suíça). Entre os principais temas abordados destacaram-se o enfrentamento às medidas protecionistas, que impactam o comércio agrícola mundial e a ampliação da presença do agro brasileiro no mercado internacional.

**b) Combate à legislação europeia do desmatamento (European Union Deforestation Regulation - EUDR).** No contexto da estratégia de defesa de interesses contra barreiras comerciais e ambientais impostas pela União Europeia na importação de produtos de sete cadeias do agronegócio (soja, café, cacau, borracha, carne bovina, madeira, óleo de palma e derivados), a CNA desenvolveu uma série de documentos de posicionamento e participou de reuniões e fóruns diversos com representantes dos governos brasileiro e europeu.

**c) Ampliação da atuação da CNA em fóruns e organismos internacionais.** Em setembro, a CNA assumiu a presidência rotativa 2024/25 da Federação das Associações Rurais do Mercosul (FARM), formada por entidades representativas da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Uruguai e Paraguai. Tanto no âmbito da FARM quanto junto ao Cairns Group Farm Leaders (CGFL) – grupo que reúne organizações que representam a classe produtora rural dos principais países exportadores agrícolas – a CNA conduziu a elaboração de documentos de posição que apresentam as prioridades para o setor.

A CNA esteve, ainda, envolvida em ambientes de representação dentro do B20, esfera empresarial do G20, nos quais defendeu a importância do desenvolvimento sustentável do ponto de vista econômico e social.

**d) Construção de estudos e análises sobre temas relevantes para os produtores rurais brasileiros.** O ano de 2024 foi marcado pela elaboração de uma série de estudos e análises sobre os principais mercados com os quais o Brasil comercializa produtos agropecuários. Entre as principais publicações divulgadas pela CNA estão: estudo de avaliação de impacto de um possível acordo entre o Mercosul e a China; análises sobre a nova Lei de Segurança Alimentar Chinesa e sobre o Documento Número 1 – principal diretriz para o setor agropecuário na China; perspectivas agrícolas apresentadas no China Agricultural Outlook; perspectivas agrícolas mundiais expostas no OCDE/FAO Agricultural Outlook e implicações de políticas como subsídios apresentadas no OCDE Agricultural Policy Monitoring and Evaluation.

**e) Ações de relacionamento com embaixadas, governos e instituições estrangeiros.** Mais de 70 iniciativas de interações foram realizadas entre a CNA e diversas embaixadas, governos e instituições estrangeiras. Nessas ocasiões, discutiram-se, continuamente, oportunidades de mercado e parcerias para o setor agropecuário brasileiro. Entre essas ações estão as duas edições do Diálogo CNA e Diplomatas da Agricultura no Brasil (DAB), encontros nos quais destacou-se a importância estratégica do setor agropecuário brasileiro, abordando a sua contribuição econômica e produtiva, bem como outros temas que permeiam o setor, a exemplo da regularização fundiária.

**f) Realização do Programa PressTrip, que promoveu a imersão de jornalistas estrangeiros em propriedades rurais do Vale do São Francisco, apresentando a realidade sustentável da produção no país.** A iniciativa levou 22 jornalistas de 11 países diferentes e representando 14 veículos de imprensa diferentes para conhecer o polo de fruticultura na Caatinga, entre os estados de Pernambuco e Bahia, o que resultou em diversas publicações positivas sobre o setor.

**g) Atuação dos escritórios internacionais da CNA.** Os três escritórios da CNA (Xangai, Dubai e Singapura) atuam na identificação de oportunidades para empreendedores rurais brasileiros e no apoio ao processo de internacionalização dos produtores atendidos pelo Agro.Br. Além disso, os escritórios realizam estudos e análises de mercado para orientar os empresários em todas as etapas da exportação, abrangendo desde a adaptação de produtos com rótulos e informações adequadas até o registro nos sistemas aduaneiros locais. Em 2024, foram desenvolvidos 68 relatórios estratégicos, além do suporte individualizado a produtores que participam do Agro.BR. Em Xangai, o escritório intensificou as suas atividades de representação institucional, além do apoio na organização da missão para SIAL China. O escritório de Dubai ampliou a sua presença, participando da Gulfood Green e promovendo reuniões institucionais nos Emirados Árabes Unidos e na Arábia Saudita. Já o escritório de Singapura destacou-se na promoção de produtos brasileiros em redes de luxo e no fortalecimento da presença da CNA junto à ASEAN, com foco em Singapura e Indonésia, realizando eventos e webinars sobre os mercados da região e o novo acordo Mercosul-Singapura. Juntos, os escritórios reforçam o compromisso da CNA com a expansão global do agronegócio brasileiro.

**h) Ações de defesa de interesses frente aos três poderes no Brasil.** No início de 2024, a CNA assumiu a coordenação da Comissão de Relações Internacionais do Instituto Pensar Agro (IPA), ligado à Frente Parlamentar de Agricultura (FPA), liderando debates acerca de negociações comerciais, barreiras comerciais, sustentabilidade ambiental, entre outros. O ano de 2024 também contou com intervenções junto ao executivo em temas relacionados a comércio exterior. A prorrogação do antidumping sobre alho da China, realizada em outubro, além da manutenção desse produto na Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum (LETEC), são exemplos de ações que auxiliaram a prevenir práticas desleais de comércio e a trazer maior equilíbrio ao mercado nacional. Destaque, também, para a abertura do processo de investigação de dumping sobre os produtos lácteos da Argentina. A CNA atuou, igualmente, na defesa dos interesses do setor, participando de diversas consultas públicas, contribuindo, assim, para a formulação da posição brasileira em negociações internacionais sobre comércio e desenvolvimento sustentável. Além do mais, participou da priorização de países para acordos comerciais, da avaliação da estratégia nacional de comércio exterior, da melhoria do ambiente regulatório e da análise dos impactos de medidas ambientais para o agronegócio brasileiro.

**i) Promoção de soluções aos desafios à internacionalização do produtor rural.** Em 2024, foi lançada a Pesquisa Desafios à Internacionalização do Agro Brasileiro, que buscou mapear, junto aos produtores rurais, os maiores entraves às exportações e ao estabelecimento de novos mercados. Em adição à pesquisa, foi construída uma estratégia para a solução e mitigação dos principais desafios à internacionalização em caráter regional e nacional, por meio da atuação do Sistema CNA/Senar junto ao setor privado e ao Governo Federal.

**j) Ações para atuação no mercado chinês.** Em 2024, a CNA realizou diversas iniciativas para a ampliação da atuação junto ao mercado chinês, o qual responde por cerca de um terço de todas as vendas ao exterior. Entre as principais está a celebração de um Memorando de Entendimento junto ao China Media Group, maior veículo de comunicação mundial, para fomentar o intercâmbio de informações entre as partes, trazendo transparência sobre a realidade do campo no Brasil para seu principal cliente internacional.

### Promoção comercial internacional

**k) Preparar pequenos e médios empreendedores rurais e ampliar a sua participação e competitividade no mercado internacional.** Previsto para atender 706 empreendedores, o AgroBR atingiu a marca de 1.372 participantes, dos quais 435 já estão exportando. Realizou, ainda, mais de 14.680 horas de atendimento, 368 planos de negócios individuais e 214 portfólios em 5 idiomas.

**l) Inserção de novos pequenos e médios produtores rurais no mercado internacional.** Por meio do ATeG+Exportação, realizado junto ao Senar, 3.105 produtores dos setores de mel, cafés e frutas foram pré-selecionados. Destes, 415 já foram identificados como potenciais futuros exportadores, os quais receberam mais de 900 horas de atendimento preparatório.

**m) Nova plataforma exclusiva AgroBR Business Zone.** Por meio da plataforma de rodadas de negócio virtuais, 248 empreendedores realizaram mais de 1.200 reuniões online com compradores internacionais, com perspectivas negócios de US\$ 38.443.675,00 de fevereiro a outubro.

**n) Apoio e preparação para comercialização em lojas virtuais internacionais.** O programa de Aterrissagem em e-commerce internacional, realizado em parceria com a ApexBrasil, selecionou 50 empreendedores rurais a serem capacitados para vender em plataformas internacionais. Foram produzidos 111 planos de ação com foco nos mercados dos Emirados Árabes Unidos, Singapura, Estados Unidos, China e global.

**o) Ampliação das oportunidades comerciais internacionais no exterior.** Tiveram a oportunidade de participar de missões internacionais para México, Canadá, Colômbia, China, Peru e Dubai 79 participantes do Agro.BR, a partir das quais foram realizados 2.253 contatos diretos com compradores, gerando uma previsão de negócios de US\$ 43.173.283,00.

**p) Internacionalização de feiras brasileiras.** A realização de rodadas de negócios e recepção de compradores internacionais, proporcionando contato direto com compradores na E-Agro/BA e na Semana Internacional do Café/MG, virtual e presencialmente com compradores internacionais, geraram US\$ 59 milhões em negociações.

**q) No programa AgroBR.Mulheres**, 12 empreendedoras rurais foram capacitadas e assistidas para participarem de simulações, missão comercial e rodada de negócios, com o objetivo de ampliar as competências e as habilidades das mulheres nos negócios internacionais.

**r) Treinamento em negociações com Inteligência Virtual.** Criação de ambiente virtual que imita as condições de uma rodada de negócios real, com o objetivo de preparar os participantes do AgroBR para situações de negociação, networking e tomada de decisão. Três personas simulam compradores internacionais de cafés, frutas e mel e interagem com os produtores, testando a sua aptidão negocial.



# Sustentabilidade

**a) Projeto de Lei do Mercado Brasileiro de Comercialização de Emissões é aprovado no Congresso Nacional com atuação da CNA.** O Brasil aprova lei que regulamenta o mercado de carbono nacional. O PL nº 182/2024 prevê a criação do Sistema Brasileiro de Comercialização de Emissões. Com efeito, os produtores rurais brasileiros poderão submeter os seus ativos ambientais às metodologias propostas, podendo receber por tonelada de carbono enquadrados na forma da lei, como as preconizadas pela agricultura de baixa emissão de carbono (ABC) e provenientes de vegetação nativa, inclusive em Área de Preservação Permanente e de Reserva Legal. O setor agropecuário ficou de fora do rol de atividades consideradas reguladas, não cabendo limites de emissões ao setor. Foi garantido, ainda, o direito de uso da vegetação nativa e do solo em propriedades privadas com a adequação das regras dos mercados jurisdicionais. O Projeto segue agora para a sanção presidencial.

**b) Conceito de identidade ecológica é desvinculado do Código Florestal e atende a pleito do setor.** O conceito de identidade ecológica não existe na Lei Florestal, tampouco em outra legislação brasileira. Foi criado a partir do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade interposta contra a aprovação da Lei nº 12.651 de 2012. Esse conceito restringia a compensação de reserva legal a áreas de mesma identidade ecológica, sem definir o seu conceito, criando, assim, imensa insegurança jurídica àqueles que buscavam a regularização ambiental. Uma vez rejeitado, o termo Identidade Ecológica perde a sua eficácia, permitindo a compensação ambiental dentro do mesmo bioma, como foi a vontade do legislador na publicação do Código Florestal.

**c) A implementação do Código Florestal, como solução à regularização ambiental, fundiária, acesso ao financiamento e ao desembargo ambiental, é objeto de atuação da CNA.** A CNA, com apoio das federações, identificou os entraves e os desafios encontrados pelos estados para concluir as análises do Cadastro Ambiental Rural (CAR), bem como mapeou os casos exitosos, que foram desenvolvidos para potencializar as análises, além de propor medidas para auxiliar os produtores rurais na conclusão dos cadastros. Como resultado, foi gerada proposta com as principais sugestões aos estados para resolver os entraves na regularização ambiental, os quais subsidiarão instrumentos que promovam a análise das propriedades no CAR. Entre elas, incluem a necessidade de adequação do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural, promoção da análise dinamizada e célere dos CARs, ampliação dos recursos humanos para celeridade das análises e melhoria da comunicação dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente com o governo federal. Ainda, buscaram-se soluções pelas vias normativas e institucionais, que carecem de avanço e permanecerão na agenda de 2025.

**d) CNA participou de ações, programas e políticas de combate a incêndios para o agro.** A CNA articulou discussão com atores do governo federal, estados, poder Judiciário, Ministério Público para tratar do panorama dos incêndios florestais ocorridos no Brasil em 2024, bem como buscou soluções estruturantes. Para a mensuração dos impactos ambientais, econômicos e sociais causados para o agro e para o país, a CNA publicou Nota Técnica em que estima que as perdas com incêndios florestais causaram, de junho a agosto, um prejuízo estimado de R\$ 14,7 bilhões em 2,8 milhões de hectares em propriedades rurais no Brasil. Diante dos prejuízos causados, a Confederação buscou orientar aos produtores rurais quanto às medidas a serem tomadas antes, durante e após os incêndios.

**e) CNA lidera discussão do Acordo do Clima e busca preparação estratégica para a participação do setor nas Conferências das Partes sobre Mudança do Clima COPs 29 e 30.** Diante da importância do tema ao setor agropecuário, a CNA busca trazer eficiência para representação setorial durante a participação na COP29 realizada em Baku na COP29, no Azerbaijão, e na preparação para a COP30, em Belém, no Brasil. Entre as ações incluem:

**Construção do Plano de Adaptação e Mitigação às mudanças climáticas a ser apresentado pelo Brasil para cumprimento do Acordo de Paris.** CNA auxiliou na elaboração de metas, planos e medidas de adaptação e mitigação para o setor agropecuário no Brasil. O inventário de emissões, a plataforma de modelagem dos efeitos das mudanças climáticas, a agricultura ABC, entre outras, foram discutidas e encaminhadas, marcando a posição da CNA frente aos compromissos do país. A atuação da Confederação buscou trazer razoabilidade para a proposta de Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC), a ser apresentada pelo Brasil na COP30.

**Estímulo do envolvimento do Congresso Nacional nas discussões.** Ainda, diante da apresentação antecipada da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) sem considerar o devido impacto regulatório das ambiciosas metas assumidas, a CNA buscou diálogo para definir a razoabilidade da proposta, sugerindo a anuência do Congresso Nacional diante do seu impacto na economia brasileira.

**Participação nos eventos preparatórios.** A CNA acompanhou, na Conferência de Bonn, realizada na Alemanha, as discussões relacionadas ao financiamento, às medidas de adaptação, ao mercado de carbono e ao Trabalho Conjunto de Sharm El Sheikh, o qual abordam agricultura e segurança alimentar no âmbito do Acordo de Paris. Nas reuniões de Bonn, foram definidas as agendas que pautaram a COP29 em Baku, no Azerbaijão.

**Representação do setor agropecuário na 29ª Conferência sobre Mudanças do Clima (COP).** A Conferência das Partes sobre o Clima (COP29) teve como propósito encaminhar os instrumentos necessários para que os países alcancem as suas metas nacionais, ou as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs, em inglês). A CNA buscou o acompanhamento das negociações e a representação institucional junto à convenção e a negociadores do clima para a defesa de interesses dos produtores rurais. Temas como financiamento, para se alcançar o montante de US\$ 1,3 trilhão por ano sem a definição de detalhes da operacionalização; Meta Global de Adaptação, propondo novos indicadores de cumprimento e agricultura no âmbito do acordo do clima; e trabalho sobre agricultura de Sharm El-Sheikh, estabelecendo critérios para submissão de tecnologias dentro da plataforma de políticas e iniciativas para a agricultura, resultaram dos onze dias de negociações intensas.

**Implementação das ações preparatórias para a COP30 em Belém.** Adequada representação do setor agropecuário, defesa técnica e exposição prática da sustentabilidade da agropecuária brasileira, posicionamento do setor como alternativa para a transição energética, adequada estruturação e proposta dos mecanismos de financiamento, além da busca de tecnicidade para as próximas NDCS, serão fortes linhas de atuação da Confederação na próxima COP, a ser realizada no Brasil em 2025.

**f) CNA participa da construção Taxonomia Sustentável Brasileira, que orientará os financiamentos públicos e privados no enfrentamento das mudanças climáticas.** Por meio do Comitê Consultivo, foi criado, no âmbito do Comitê Interinstitucional, a Taxonomia Sustentável Brasileira (CITSB). A CNA foi uma das oito representantes da economia, a qual contribuirá na elaboração da Taxonomia Sustentável Brasileira, a ser finalizada até a COP30. As contribuições foram no sentido de assegurar o fornecimento de insumos ao texto que classifica e qualifica as atividades econômicas quanto ao potencial impacto dos investimentos na sustentabilidade, defendendo as tecnologias da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC) como suficientes para atender aos critérios sustentáveis com efeitos econômicos.

**g) CNA contribuiu para a construção as metas de biodiversidade do Brasil a serem cumpridas até 2030.** A CNA submeteu posicionamentos do setor para a Estratégia e Plano Nacional para a Biodiversidade (EPANB). A EPANB constitui o documento base que internaliza as metas globais da Convenção da Diversidade Biológica (CDB) do qual o Brasil é signatário, vinculando os seus efeitos nas ações, políticas e normativos nacionais em 23 metas. A CNA conseguiu inserir os serviços ambientais já prestados pelo setor, evitando restrições, a exemplo das Áreas de Proteção Permanente (APPs) e Reserva Legais (RLs) como áreas protegidas. As Metas de Biodiversidade fazem parte dos compromissos brasileiros dentro da Convenção da Diversidade Biológica, do qual o Brasil também é signatário. Nesse cenário, obrigações são impostas ao setor agropecuário e precisam ser adequadas à realidade do Brasil. A CNA encaminhou ações para destacar os potenciais de contribuição do setor, evitando restrições e obrigações, como o uso de agrotóxicos, valorando a contribuição das Reservas Legais e Áreas de Proteção Permanente na manutenção da biodiversidade, promovendo a agricultura como instrumento de conservação de solo e água, entre outros benefícios.

**h) Aprovação no Senado Federal do PL que cria o Estatuto do Pantanal no Senado.** A CNA atuou no aprimoramento do Projeto de Lei que cria o Estatuto do Pantanal (PL nº 5.482/2020). O intuito da Confederação, no texto aprovado no Senado, foi estruturar um texto normativo, que concilia preservação e produção, com respeito ao Código Florestal e integração com as demais políticas ambientais sem a ampliação da insegurança jurídica aos produtores rurais.



# Assuntos Fundiários

**a) CNA lançou plataforma de denúncia contra invasões de terra.** A CNA lançou um canal de denúncia anônima para os produtores rurais informarem casos de invasões de propriedade. O objetivo é estabelecer um canal direto com o produtor e qualificar o monitoramento de invasões de terras que já é feito pela CNA, para adequada atuação da polícia.

**b) CNA atuou via Supremo Tribunal Federal para defender a manutenção da lei que estabeleceu o marco temporal na demarcação de terras indígenas.** A CNA foi ao STF defender a constitucionalidade da Lei nº 14.701/2023 que estabelece o marco temporal para a demarcação de terras indígenas. A lei do marco temporal foi promulgada no final de 2023 e regulamentou que a demarcação de novas terras indígenas só pode ser feita para áreas ocupadas até 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. Entre as ações estão: 1) a participação da entidade como amicus curiae na Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) nº 87, que visa reforçar a constitucionalidade da lei; 2) a solicitação de suspensão da tramitação de ações judiciais relacionadas à Lei nº 14.701/23 (Marco Temporal), enquanto não houver manifestação definitiva por parte da Corte Suprema, que foi atendida; 3) a participação ativa da Comissão Especial de Conciliação do Marco Temporal, que destacou a importância de se definir um critério nacional para as demarcações para todos os estados do país, garantindo a indenização prévia e justa para os produtores afetados. A Confederação também tem ressaltado a necessidade da busca pelo consenso, respeitando as necessidades das comunidades indígenas, mas também garantindo os direitos do produtor rural e a segurança jurídica para o setor agropecuário.

**c) CNA trabalhou para aprovação de lei que reduz a burocracia para declaração do Imposto Territorial Rural (DITR).** A Lei nº 14.932/2024 permitiu a apresentação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) para fins de apuração da área tributável de imóvel rural, além de revogar dispositivos da Lei nº 6.938/81, e retirar a obrigatoriedade da utilização do Ato Declaratório Ambiental (ADA) para efeito de redução do valor a pagar do DITR. A publicação da nova lei é uma conquista para o setor, uma vez que a CNA vinha trabalhando para a desburocratização e simplificação da declaração do ITR para o produtor rural.

**d) Sistema CNA celebrou acordo histórico com indígenas do Mato Grosso do Sul.** Com o apoio da CNA, a Famasul conseguiu, depois de quase 30 anos de conflito, celebrar um acordo envolvendo os produtores rurais da cidade de Antônio João, no estado do Mato Grosso do Sul, e os indígenas da tribo Guarani Kaiowá. O acordo foi celebrado na sede do Supremo Tribunal Federal e contou, ainda, com representantes da União e do governo estadual e tem como objetivo garantir a indenização das benfeitorias e do valor da terra nua dos imóveis rurais afetados pela demarcação da terra indígena.

**e) CNA atuou em ação no STF e garantiu o direito de propriedade para produtores rurais do Paraná.** O STF acatou pedido da CNA e suspendeu a demarcação de terras indígenas no Paraná, via Ação Cível Originária (ACO 3.555). A decisão resguarda o direito de propriedade e traz segurança jurídica, mantendo as decisões judiciais que questionam vícios na demarcação de terras indígenas no oeste do Paraná.

**f) CNA trabalhou para aprovação de projetos que retiram benefícios sociais de invasores de terras.** A Câmara dos Deputados aprovou o PL 709/2023, que restringe o acesso a auxílios ou benefícios decorrentes de programas assistenciais do governo federal, bem como acesso ao crédito rural e posse em cargo ou função pública aos invasores de propriedades particulares rurais ou urbanas. Atualmente, o PL encontra-se sob análise do Senado Federal. Além disso, aprovou o regime de urgência do PL nº 895/2023, que dispõe sobre sanções administrativas e restrições aplicadas aos ocupantes e invasores de propriedades rurais e urbanas.

**g) CNA trabalhou para a derruba dos vetos da lei, que trata da extinção de cláusulas resolutivas de títulos expedidos pela União.** O Congresso derrubou todos os vetos impostos pelo presidente da República à Lei nº 14.757/23, que trata da extinção de cláusulas resolutivas constantes de títulos fundiários expedidos pela União, bem como derrubou o veto relacionado à Política Nacional de Reforma Agrária. Trata-se de uma grande conquista para o setor produtivo, uma vez que permite a regularização fundiária daqueles títulos expedidos até 25 de junho de 2009, data de publicação da Lei nº 11.952/2009.

**h) CNA atuou na busca da regularização fundiária na região Amazônica.** A CNA trabalhou por meio de estudos, normas legais e infralegais a solução para os principais problemas de regularização fundiária vivenciados na região Amazônica que incluem:

**Elaboração de estudos pela CNA demonstrou os impactos na concessão de crédito por sobreposição à floresta pública tipo "B" nos estados da região Amazônica.** A CNA mostrou, por meio do cruzamento entre os dados do CAR e os das florestas públicas não destinadas tipo "B", disponibilizados pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB), que a restrição de crédito impacta 291.362 cadastros nos nove estados da região Amazônica. Desse número, mais de 85% são pequenas propriedades de até quatro módulos fiscais (MFs).

**Atuação para regularização do uso de florestas tipo "B".** A CNA buscou, junto ao governo federal, a publicação do Decreto nº 12.111/2024, que reinseriu a possibilidade da regularização fundiária de imóveis rurais parcialmente sobrepostos a florestas tipo "B" (florestas públicas não destinadas) pelo poder público, na legislação, beneficiando principalmente os produtores rurais da região Amazônica que estavam impedidos de solicitar seu título de propriedade. No entanto, a CNA considera que o normativo necessita de ajustes para o cumprimento do percentual mínimo de Reserva Legal e Área de Preservação Permanente - APP dentro do imóvel rural conforme previsto no Código Florestal. Ainda, a CNA ressaltou a necessidade de inclusão do referido decreto no Plano Plurianual de Outorga Florestal (PPAOF) da União, para garantir a possibilidade de regularização fundiária de imóveis parcialmente sobrepostos em florestas públicas tipo "B".

**Busca pela suspensão do decreto que restringe a regularização fundiária na região Amazônica.** A Confederação atuou junto à Comissão de Agricultura da Câmara, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 467/2023, que retira restrições à destinação de florestas públicas para regularização fundiária em terras da União, impostas pelo Decreto nº 11.688/2023. A norma inviabiliza a destinação de florestas públicas para a política de regularização fundiária e propõe disponibilizá-las apenas para áreas proteção ambiental e uso coletivo de comunidades tradicionais.

**i) CNA promoveu curso sobre o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR).** A iniciativa do Sistema CNA/Senar contou com a participação de, aproximadamente, 170 contadores e técnicos representantes de federações estaduais de agricultura e pecuária e de sindicatos de produtores rurais.

**j) CNA trabalhou para o estabelecimento da parceria institucional entre a Rede Amazônica de Rádio e Televisão para divulgar as ações do Sistema CNA e do setor agropecuário.** Todos os nove estados da Amazônia Legal (Amazonas, Mato Grosso, Maranhão, Pará, Acre, Amapá, Rondônia, Roraima e Tocantins) assinaram contrato com o Senar Nacional para autorização de uso de imagem, com foco em inovação e sustentabilidade, evidenciando como é possível conciliar desenvolvimento econômico e preservação ambiental. As ações serão transmitidas no programa Amazon Sat Agro, já disponível no canal Amazon Sat.



# Irrigação e Recursos Hídricos

**a) Qualificação dos representantes do agro nos Comitês de Bacia Hidrográfica é prioridade da CNA.** A CNA trabalhou para o fortalecimento das federações e representantes do setor agropecuário nos comitês de bacias com objetivo de nivelar os representantes sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos e seus instrumentos de gestão. Dessa forma, as federações podem ocupar as vagas desses colegiados, com qualificação, visando ser protagonistas na gestão de água dentro das bacias que estão inseridos. A gestão de recursos hídricos tem como base as decisões dos comitês de bacias, que não dependem do Legislativo. Foram capacitadas nesse ano as federações de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Espírito Santo.

**b) CNA defende reservação de água nas propriedades rurais para segurança hídrica e alimentar.** A CNA trabalhou para a aprovação do projeto de lei na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara, para declarar como, de utilidade pública, as obras de irrigação e de consumo animal para reservação de água em propriedades rurais, desde que se cumpram todas as legislações e os regulamentos pertinentes ao tema. A proposta segue para Senado.

**c) CNA participa da criação de novos polos de agricultura irrigada no Brasil.** A CNA contribuiu na oficina de instalação do Polo de Agricultura Irrigada do Tocantins e acompanhou a instalação de outros dois Polos –do Mato Grosso do Sul e do Distrito Federal. Os polos de irrigação do MIDR promovem uma articulação estratégica entre os governos federal, estadual e municipal, facilitando a implementação de políticas públicas, bem como de recursos e soluções conjuntas para expandir a irrigação de forma sustentável. Essa colaboração entre os entes permite superar entraves regulatórios e técnicos, destravando o potencial agrícola e estimulando o crescimento da irrigação com segurança hídrica, eficiência e desenvolvimento regional.

**d) Aprovação do projeto de lei que favorece energia renovável para irrigação foi pleiteada pela CNA.** CNA atuou para aprovação do parecer do deputado Pedro Lupion que promove a sustentabilidade da agricultura irrigada. O Projeto de Lei nº 6903/2017 foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados e segue para a sanção. A proposta coloca o uso de energias renováveis nos sistemas de irrigação como uma diretriz na política agrícola brasileira. Já na política nacional de irrigação prioriza o desenvolvimento de pesquisas para promover a sustentabilidade da agricultura irrigada pelo uso de energias renováveis nos sistemas de irrigação, com previsão de apoio do governo federal. Com esses ajustes, será possível priorizar recursos do Plano Safra ou de outros programas para atender à demanda de energia renovável nas áreas irrigadas.

**e) Sancionada lei que cria o Dia Nacional da Agricultura Irrigada.** A Lei nº 14.830/2024, que institui o Dia Nacional da Agricultura Irrigada, em 15 de junho, foi uma reivindicação da CNA, de outras entidades do setor e do governo como forma de incentivo e reconhecimento à sustentabilidade do setor agropecuário irrigado do país. A agricultura irrigada desempenha um papel fundamental na produção de alimentos de alcance da segurança alimentar, contribuindo para o crescimento econômico do país. Com a formalização do dia 15 de junho como o Dia da Agricultura Irrigada, serão promovidas ações por meio de eventos, os quais visam divulgar e promover a agricultura irrigada, destacando o seu impacto positivo na sociedade e no meio ambiente.

**f) Representação nacional, internacional e busca de aprimoramento no uso da água também foi pauta da CNA em 2024.** O Sistema CNA/Senar participou de uma missão e de eventos internacionais, que debateram a eficiência do uso da água e da irrigação à promoção da segurança alimentar:

**CNA toma posse para novo período 2024-2028 no Conselho Nacional de Recursos Hídricos.** A CNA tomou posse como representante do setor agropecuário para o novo mandato do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para o período 2024-2028. O Conselho, que é a instância máxima do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, responsável pelas questões relacionadas à regulamentação e uso da água no país, foi retomado com uma extensa pauta e demandas de todos os comitês de bacias federais do Brasil.

**No Nebraska, nos Estados Unidos, CNA busca modelo de gestão de aquíferos a ser replicado no Brasil.** Como foco, destacam-se as inovações tecnológicas, o modelo de irrigação e a gestão de recursos hídricos na região, que tem a maior área irrigada do país, podendo ser um modelo a ser implementado no Brasil;

**No Pavilhão da América Latina e no 10º Fórum Mundial da Água, a CNA levou ao mundo a sustentabilidade da agricultura irrigada no Brasil.** Além de ser uma tecnologia integrante da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), a irrigação demonstrou o seu potencial claro de desenvolvimento sustentável e o uso eficiente da água, garantindo a segurança alimentar.

**No 1º Fórum Brasil das Águas em Foz do Iguaçu, a Confederação participou do debate sobre mudanças climáticas.** A participação da CNA enfatizou o desenvolvimento da agricultura brasileira e as bases científicas e tecnológicas que sustentam todo o crescimento do setor, destacando o papel fundamental e cada vez mais relevante da irrigação na alimentação da população brasileira e mundial, com a verticalização da produção e diminuindo a pressão para abertura de novas áreas.

**CNA integra o Conselho Latino-Americano da Água.** O Conselho foi criado para incentivar o desenvolvimento sustentável e para promover políticas públicas voltadas à proteção da água, tendo a CNA como representante dos produtores rurais brasileiros.

**CNA debate mudanças climáticas e segurança alimentar durante o 23º Congresso Brasileiro de Água Subterrânea** - A CNA abordou o tema apontando os impactos das mudanças climáticas na agricultura e como as águas subterrâneas poderão contribuir para a produção de alimentos. Pontuou, também, a necessidade de conhecer mais os aquíferos do Brasil e gerar dados que possam contribuir para a gestão das águas subterrâneas, além da necessidade de unificar todas as informações e estudos existentes sobre os diversos aquíferos do Brasil, que possam qualificar melhor a disponibilidade hídrica dessas fontes para conceder a outorga ao usuário.



# Geração de Dados e Informações Estratégicas para a Agropecuária

## Mercado em Foco gerou análises e orientações estratégicas aos produtores rurais

**a) Protestos de agricultores na Europa e sua influência no agro.** Protestos de agricultores em cerca de 30 países da União Europeia, no início de 2024, foram motivados pela redução de subsídios, pela concorrência com produtos agrícolas e por novas exigências ambientais. As manifestações influenciam as negociações sobre políticas ambientais no agro, incluindo exigências que já são adotadas pelo Brasil.

**b) Biodiesel e suas oportunidades frente aos avanços de políticas públicas.** Com o aumento da mistura de biodiesel no diesel brasileiro e a meta de atingir 20% (B20) até 2030, espera-se uma expansão na demanda por óleo de soja, o que aumentará também a oferta de farelo de soja.

**c) La Niña de leve intensidade poderá afetar atividades agrícolas e pecuárias.** As previsões indicaram a chegada do fenômeno climático entre outubro e novembro de 2024. Estiagem para a Região Sul, atraso das chuvas e geada em meados de 2025 costumam gerar perdas para a produção de grãos, café e cana-de-açúcar. A bovinocultura de leite na Região Nordeste deve ser beneficiada pelo aumento de pluviosidade.

## Análises de mercado disponíveis em diferentes formatos e canais de comunicação

**a) Nova publicação mensal da CNA gera inteligência de mercado para insumos agropecuários.** As análises exploram preços, oferta nacional e internacional de fertilizantes, relações de troca, ritmo de negociações e importação por nutrientes, além de preços de defensivos e tendências de comercialização. O material, lançado em agosto, contou com cinco edições até novembro e ajudou o produtor rural a planejar compras e otimizar custos essenciais à produção.

**b) Gráficos animados facilitaram a interpretação de dados e informações setoriais.** Em 2024, a CNA publicou no YouTube três vídeos com gráficos animados sobre a produção e exportação de cafés do Brasil, as exportações do milho brasileiro para a China e a evolução do PIB do agronegócio.

**c) Podcast "Ouça o Agro – Gestão e Mercado": resultados positivos e alcance ampliado em 2024.** Foram 47 episódios divulgados semanalmente até novembro e uma temporada lançada. Com mais de 60 especialistas convidados, o podcast abordou temas como mercados agropecuários, mercado internacional, clima, sustentabilidade e meio ambiente e política, além de impactos regulatórios. Disponível no YouTube e no Spotify, os temas de maior interesse da audiência são perspectivas e cenários do agronegócio. Houve um aumento de 16% nas visualizações no YouTube em 2024.

d) **Análise CNA gerou inteligência de mercado mensalmente para agricultura, pecuária, clima, custos de produção, comércio internacional, entre outras temáticas.** Foram 12 edições trazendo informações sobre evolução da produção, comércio, comportamento de preços, estimativas de safras e diversas análises dos acontecimentos do mês e seus impactos ao agro.

e) **O Sistema Painel ampliou o alcance das informações de mercado para todo o Sistema CNA.** Por meio de televisores instalados nas sedes das federações e dos sindicatos, produtores rurais e lideranças do setor têm acesso a análises estratégicas e atualizações semanais de importantes dados do agronegócio. Em 2024, 19 sindicatos e cinco federações aderiram à iniciativa, demonstrando a importância desse canal de conhecimento para o setor. As informações diárias de preços agropecuários também foram expandidas.



Em 2024, severos fenômenos climáticos, assim como novas políticas agrícolas, fundiárias e ambientais, invasões de propriedades rurais, incêndios criminosos e discursos ideológicos, testaram a resiliência e a persistência do setor agropecuário. E a CNA, como legítima representante dos produtores rurais brasileiros, exerceu seu papel, seja socorrendo aqueles que sofreram com as enchentes na Região Sul, seja intervindo, pleiteando e fazendo oposição a tudo e a todos que buscam desmerecer ou prejudicar, direta ou indiretamente, a produção agrícola brasileira. Nesse contexto, o Jurídico teve importante e precisa atuação junto ao Executivo, ao Legislativo e ao Judiciário, destacando-se:

## PAUTA AMBIENTAL

### 1. Bioma Pantanal

A CNA atuou como *amicus curiae* nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) nº 63, cujo julgamento foi finalizado em 06/06/2024, tendo o Supremo Tribunal Federal (STF): 1) fixado o prazo de 18 meses para que o Congresso Nacional edite lei regulamentadora da proteção especial ao Bioma Pantanal, prevista no art. 225, §4º, *in fine*, da Constituição Federal; e 2) afastado a aplicação da Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428/2006) ao Bioma Pantanal, determinando que, enquanto não editada a lei de proteção especial pelo Congresso Nacional, devem ser aplicadas a Lei nº 6.160/2023, editada pelo estado do Mato Grosso do Sul, e a Lei nº 8.830/2008, editada pelo estado do Mato Grosso.

### 2. Código Florestal – compensação de reserva legal

Em 24/10/2024, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento dos embargos de declaração opostos nos autos da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) nº 42 e das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) nºs 4901 (na qual CNA atuou como *amicus curiae*), 4902, 4903 e 4937. Os ministros do STF decidiram que vale o conceito de “bioma” para a compensação de reserva legal em propriedades rurais, validando o que consta literalmente no Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), mais precisamente em seu art. 48, §2º, e rejeitaram o critério de “identidade ecológica”, trazendo segurança jurídica a todos os produtores rurais brasileiros.

### 3. RenovaBio – créditos de descarbonização

A CNA pleiteou sua admissão, como *amicus curiae*, nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7596 e da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7617, defendendo a plena constitucionalidade da Lei nº 13.576/2017, que instituiu a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), a qual tem por base o Acordo de Paris e se lastreia nos seguintes instrumentos: (i) as metas de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa na matriz de combustíveis; (ii) os créditos de descarbonização; e (iii) a certificação de biocombustíveis.

## PAUTA FUNDIÁRIA

### 4. Demarcação de terras indígenas

A CNA postulou e foi admitida, como *amicus curiae*, nos autos da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) nº 87, defendendo a plena e integral constitucionalidade da Lei nº 14.701/2023, especialmente no que diz respeito à fixação do marco temporal para as demarcações de terras indígenas. Nos autos de referida ação, cabe destacar, foi instituída uma Comissão Especial, visando promover o diálogo entre representantes do Poder Executivo, do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, de indígenas e de não-indígenas para a definição dos procedimentos de demarcação de terra indígena no Brasil, em cujo debate a CNA vem participando ativamente.

A CNA, também na qualidade de *amicus curiae* nos autos do Recurso Extraordinário (RE) nº 1.017.365 (com repercussão geral reconhecida – Tema 1031), opôs embargos de declaração à decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) naqueles autos, visando ao saneamento de obscuridades e contradições identificadas no acórdão prolatado, mediante a revisão de sua ementa para que reproduza, fielmente, as 13 teses aprovadas pelo Plenário do STF na sessão do dia 27/09/2023. O recurso interposto aguarda julgamento.

### 5. Sanções administrativas a invasores de propriedades

A CNA pleiteou sua admissão, como *amicus curiae*, nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7715. A entidade defende a plena constitucionalidade da Lei do estado do Mato Grosso nº 12.430/2024, que instituiu sanções administrativas a invasores de propriedades urbanas e rurais no território do estado, tais como a restrição ao acesso a benefícios sociais, o veto à posse em concurso público e a impossibilidade de contratar com o Poder Público Estadual.

### 6. Desocupação/reintegração de áreas invadidas

A CNA permanece atuando, como *amicus curiae*, nos autos da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 828, em trâmite junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), defendendo a exclusão, do âmbito de aplicação das liminares parcialmente concedidas pelo ministro Luís Roberto Barroso, dos imóveis rurais e dos atos de ocupação ilegal que se observa rotineiramente – desde bem antes da pandemia – e que fragilizam o direito de propriedade dos produtores rurais. O processo aguarda o julgamento de mérito.

Outrossim, a CNA requereu sua admissão, como “terceiro interessado”, nos autos da Consulta nº 0005545-75.2023.2.00.0000, em trâmite junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no qual defende que apenas os processos com decisões de reintegração de posse ou que gerem algum tipo de remoção anteriores ao mês de março de 2021 estão submetidos à Resolução CNJ nº 510/2023, isto é, há um lapso temporal bem definido para aplicação do referido normativo às ações possessórias, sempre condicionadas à discricionariedade dos magistrados, juízes naturais da causa.

## PAUTA POLÍTICA AGRÍCOLA

### 7. Importação de arroz

A CNA ingressou, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), com a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7664, apontando uma série de inconstitucionalidades na medida adotada pelo governo federal de autorizar a importação, no exercício financeiro de 2024, de até um milhão de toneladas de arroz beneficiado ou em casca, por meio de leilões públicos a preço de mercado, a serem realizados pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). A CNA destaca que a iniciativa é *“dirigida a uma cadeia produtiva importante do agro e com potencial de desestruturá-lo, criando instabilidade de preços, prejudicando produtores locais de arroz, desconsiderando os grãos já colhidos e armazenados, e, ainda, comprometendo as economias de produtores rurais que hoje já sofrem com o desastre do alagamento sofrido pelo estado do Rio Grande do Sul”, impactando, pois, “o preço do produto, o produtor e o consumidor”*. Diante da pressão político-jurídica e das irregularidades detectadas no primeiro leilão realizado, o governo desistiu do intento.

## PAUTA TRIBUTÁRIA

### 8. Incentivos fiscais a insumos agropecuários

A CNA, na qualidade de amicus curiae admitida nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5553, apresentou prévia manifestação e participou de audiência pública realizada no dia 05/11/2024. A Confederação defendeu que – seja porque não se sustentam as alegações de risco à saúde e ao meio ambiente, seja porque o fim dos benefícios fiscais concedidos aos defensivos agrícolas, existentes desde 1997, comprometerá, sobremaneira, a segurança alimentar no Brasil (e no mundo), razões essas que os governos estaduais e o governo federal comumente revisitam e atualizam para a manutenção da decisão política quanto à adequação e correção da política pública tributária voltada à cadeia produtiva de alimentos – o STF deve declarar a plena constitucionalidade do Convênio CONFAZ nº 100/1997 e do Decreto nº 11.158/2022.

### 9. Reforma tributária

Com a aprovação da reforma tributária, consubstanciada na Emenda Constitucional (EC) nº 132/2023, teve início seu processo de regulamentação. Para tanto, o governo apresentou o PLP 68/2024, e a CNA tem mantido a atuação conjunta com as demais entidades que integram o Instituto Pensar Agropecuário (IPA), elaborando propostas que foram encaminhadas ao Legislativo como contribuição à construção dessa regulamentação. O intuito é resguardar a não-majoração dos custos de produção, a estabilidade dos preços dos produtos que compõem a cesta básica e a preservação da competitividade do agro nacional em relação ao mercado internacional.

### 10. III Seminário Nacional de Tributação do Agronegócio

A CNA realizou na sua sede, em Brasília-DF, em 22 de maio de 2024, contando com a parceria do JOTA, o III Seminário Nacional de Tributação do Agronegócio, aberto ao público em geral. Na oportunidade, por meio dos painéis apresentados ao longo da manhã e com a participação de renomados tributaristas, promoveu-se o debate para esclarecer quais são as peculiaridades do agronegócio e como estas impactam diretamente as questões tributárias, além de fomentar a proposição de soluções que contribuirão para o fortalecimento e desenvolvimento sustentável da produção agropecuária brasileira. A gravação do evento está disponível no YouTube da CNA (<https://www.youtube.com/watch?v=3UMbPZ6hW-Go>) e conta com mais de 500 visualizações.

### 11. Planejamento Sucessório Rural

Durante o ano de 2024, a Diretoria Jurídica da CNA, contando com a participação dos especialistas Dr. Gabriel Hercos e Dr. Thales Saldanha Falek, e com o apoio das federações da agricultura, realizou uma série de eventos estaduais, na modalidade virtual, para capacitação e orientação dos produtores rurais e dos demais interessados quanto ao planejamento sucessório rural, incluindo estruturas e formas societárias, modalidades de sua instituição, impactos tributários e manutenção da atividade produtiva, entre outros aspectos.

## PAUTA TRABALHISTA

### 12. Negociação coletiva sindical

Nos dias 26 e 27 de março de 2024, a CNA realizou em sua sede, e com o apoio da WCCA - Consultores Associados, uma capacitação voltada ao aprimoramento de competências e habilidades técnicas e comportamentais necessárias à condução do processo de negociação sindical. Participaram do treinamento, além dos membros da Comissão Nacional de Relações do Trabalho e Previdência Social (CNRTPS) da CNA, representantes de 23 federações da agricultura e pecuária estaduais.

### 13. eSocial, FGTS Digital e Domicílio Eletrônico Trabalhista (DET)

A Comissão Nacional de Relações do Trabalho e Previdência Social (CNRTPS), ao longo de 2024, com a participação das especialistas Dr<sup>a</sup>. Pollyana Tibúrcio e Dr<sup>a</sup>. Iris Caroline, e com o apoio das federações da agricultura, realizou uma série de eventos estaduais, na modalidade virtual, para capacitação e orientação dos sindicatos rurais, dos empregadores rurais e dos demais interessados acerca do módulo trabalhista do eSocial, do FGTS Digital e do Domicílio Eletrônico Trabalhista (DET).

### 14. Requerimento administrativo de benefícios previdenciários

A Comissão Nacional de Relações do Trabalho e Previdência Social (CNRTPS), também ao longo de 2024 e contando com a participação dos especialistas Dr. Tássio Gutierrez Paula da Silva e Dr<sup>a</sup>. Jane Berwanger, com o apoio das federações da agricultura, realizou uma série de eventos estaduais, na modalidade virtual, para capacitação e orientação dos sindicatos patronais rurais, empregadores e trabalhadores rurais quanto ao requerimento de benefícios previdenciários (requisitos, documentação, entre outros).

## 15. Pacto pela adoção de boas práticas trabalhistas e garantia de trabalho decente no meio rural

O “Pacto pela adoção de boas práticas trabalhistas e garantia de trabalho decente no meio rural” foi assinado em solenidade realizada no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em 28/08/2024. A CNA, a CONTAG, a CONTAR, o Senar, a CONAB, a OCB, a OIT e o MPT são entidades signatárias do referido Pacto, cujo objetivo é a conjugação de esforços para “viabilizar ações destinadas a aperfeiçoar as condições de trabalho no meio rural, com vistas a estimular a negociação coletiva, valorizar e disseminar práticas sustentáveis, com foco na formalização das relações de trabalho e na garantia do trabalho decente”.

## 16. Trabalho decente e trabalho sustentável

A CNA manteve, em 2024, a execução de seu projeto de promoção do trabalho decente no campo, com foco na capacitação e orientação dos empregadores rurais, de diferentes segmentos produtivos (cafeicultura, canavial, cacauicultura, bovinocultura, etc) quanto ao cumprimento das disposições contidas na nova Norma Regulamentadora (NR) 31, cuja vigência teve início em 27/10/2021.

Registre-se, por oportuno, que a CNA, em parceria com o Senar, editou uma coletânea de cartilhas comentadas sobre a nova NR 31, além da cartilha “Trabalho decente: aspectos legais nas relações de trabalho”, atualizada e reeditada em 2023. Todas estão disponíveis no site institucional (<https://www.cna-brasil.org.br/senar/colecao-senar>).

Também em 2024, a CNA, por meio de sua Comissão Nacional de Relações do Trabalho e Previdência Social (CNRTPS), participou de eventos promovidos pela Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) no âmbito do “Programa Trabalho Sustentável” (PTS), voltado a ações proativas de orientação e conscientização quanto às boas práticas no ambiente de trabalho.

## 17. O agro e o Judiciário trabalhista

Ainda em 2024, no mês de novembro, foi realizado um webinar, em parceria com o Instituto Dia de Formação Jurídica e Capacitação Estratégica, cujo presidente é o professor Gáudio Ribeiro de Paula, contando com a participação de magistrados do trabalho, visando à aproximação do Judiciário Trabalhista com a realidade do campo. A gravação do evento, intitulado “Os desafios e peculiaridades do setor agropecuário no Judiciário Trabalhista”, está disponível em [youtube.com/agrofortebrasilforte](https://www.youtube.com/agrofortebrasilforte).

## 18. Aplicação da reforma trabalhista a contratos de trabalho já existentes à data do início de sua vigência

A CNA atuou como *amicus curiae* nos autos dos Embargos nº 0000528-80.2018.5.14.0004, tendo o Pleno do Tribunal Superior do Trabalho (TST) decidido, em 25/11/2024, por maioria, que a Lei nº 13.467/2017 (reforma trabalhista) possui efeito imediato e geral e, inclusive, se aplica aos contratos de trabalho em curso na data do início de sua vigência (11/11/2017), especialmente no que diz respeito ao fim do pagamento das denominadas “horas in itinere”, não havendo que se falar em “preservação de direitos adquiridos”.

## 19. Reforma trabalhista rural (Lei nº 5.889/1973)

A CNA segue participando dos debates e da elaboração de proposta para a reforma trabalhista rural, dedicando-se à adequação das normas à realidade e às peculiaridades do trabalho no campo, inclusive – e especialmente – no tocante ao preenchimento das cotas de aprendizes e de pessoas com deficiência.

## 20. 112ª Conferência Internacional do Trabalho (CIT)

De 03 a 14 de junho de 2024, em Genebra/Suíça, ocorreu a 112ª Conferência Internacional do Trabalho (CIT), promovida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Compunham a agenda de debates temas como: proteção contra riscos biológicos (estabelecimento de normas, primeira discussão); discussão recorrente sobre o objetivo estratégico dos princípios e direitos fundamentais no trabalho; trabalho decente e economia do cuidado (discussão geral); e revogação de quatro convenções internacionais do trabalho.

A CNA coordenou a bancada dos empregadores brasileiros, levando dentre os integrantes de sua comitiva, o seu diretor jurídico, Dr. Rudy Maia Ferraz, o seu coordenador trabalhista, Dr. Rodrigo Hugueney do Amaral Mello, e o Dr. Gedeão Silveira Pereira, presidente da FARSUL e 2º vice-presidente da CNA, o qual foi o delegado da representação patronal.

## 21. Modelos de contratos rurais

Foram disponibilizados, no site da CNA, vários modelos de contratos usualmente adotados no meio rural. O material está disponível em <https://cnabrazil.org.br/assessoria-juridica/modelos-de-contrato>.

## LIVES

Ao longo de 2024, a CNA, por meio de sua Diretoria Jurídica, também promoveu o projeto “Judiciário e o Agro – Panoramas Trabalhista e Tributário”, com a realização de várias lives direcionadas ao setor rural e que contaram com a participação de convidados especiais, trazendo a debate questões judiciais/administrativas, em matéria trabalhista e tributária, com impacto às relações de trabalho no campo e à relação fisco-produtor rural, todas disponibilizadas em [youtube.com/agrofortebrasilforte](https://www.youtube.com/agrofortebrasilforte).

## ENTREVISTAS, PALESTRAS E ARTIGOS

No decorrer do ano de 2024, a equipe da Diretoria Jurídica da CNA (que abrange a Comissão Nacional de Relações do Trabalho e Previdência Social – CNRTPS) concedeu várias entrevistas para programas de rádio e televisão sobre os mais diversos assuntos: *Trabalho Decente; Domicílio Eletrônico Trabalhista (DET); Acidentes de Trabalho; ADA/ITR; Planejamento Sucessório Rural; Reclamação Pré-Processual; Homologação de Acordos Extrajudiciais no Âmbito Trabalhista; Inventários, Partilhas e Divórcios Extrajudiciais; Demarcação de Terras Indígenas e Marco Temporal; Invasões de Propriedades Rurais; Reforma Tributária; Código Florestal – Compensação de Áreas; Pulverização Aérea de Defensivos Químicos; etc.*

Sobre tais temáticas, também foram realizadas várias palestras em 2024, tanto em eventos nacionais quanto em eventos internacionais.

Houve, ainda, a publicação no JOTA, em 01/10/2024, de artigo intitulado *“A importância da solução dialogada no Supremo Tribunal Federal”*, de autoria do Dr. Rudy Ferraz, diretor jurídico da CNA. Foram, ainda, produzidos outros dois artigos pelo Dr. Rhuan Oliveira, assessor jurídico da CNA: *“Desoneração de ICMS ao agro-exportador: imunidade e/ou isenção tributária?”*; e *“Planejamento sucessório rural: muito além da economia de tributos”* (Conjur), ambos pendentes de publicação.

## REUNIÕES ITINERANTES DO CONSELHO JURÍDICO E DA CNRTPS/CNA

Em 2024, a Diretoria Jurídica da CNA ainda promoveu seis reuniões presenciais do Conselho Jurídico (sendo cinco itinerantes, realizadas junto às respectivas federações estaduais da agricultura e pecuária de SC, MT, PB, SP e BA) e seis reuniões híbridas da Comissão Nacional de Relações do Trabalho e Previdência Social – CNRTPS (sendo cinco itinerantes, realizadas junto às respectivas federações estaduais da agricultura e pecuária de SC, MT, PB, SP e BA), propiciando não apenas o intercâmbio de informações e o alinhamento de estratégias institucionais, mas também o debate de assuntos de interesse regional e a aproximação com stakeholders locais.



# Produção Agrícola

## Ações transversais

**a) Com o apoio da CNA, marco regulatório para bioinsumos é aprovado no Congresso Nacional.** A CNA promoveu um diálogo harmonizado para a regulamentação de bioinsumos no Congresso Nacional visando segurança jurídica e inovação tecnológica para o setor. A defesa foi a construção de um instrumento legal com escopo amplo, o qual assegure o direito à produção para uso próprio; mantenha os modelos de negócio atuais; adequar-se à lei de agrotóxicos e fertilizantes; trate do regramento transitório para os produtos já registrados; e parametrize processos para os casos de exigência de responsável técnico, receituário agrônomo e formas de obtenção de inóculos. O texto aprovado no Congresso atendeu as principais demandas dos produtores e segue para a sanção presidencial.

**b) Lei moderniza regulação de pesticidas e garante segurança de alimentos.** A CNA construiu subsídios técnicos para a regulamentação do novo marco regulatório de defensivos, Lei nº 14.785/2023. A Confederação também atuou nas discussões sobre a reavaliação de ingredientes ativos pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), cuja competência é a construção de planos de mitigação de risco, bem como a substituição nos casos os quais houver limitação técnica no suporte fitossanitário para controle de praga ou doença, conforme cultura de interesse, o que não tem sido respeitado nos últimos casos. Junto ao Legislativo, a atuação foi para a derrubada dos vetos, principalmente, nos trechos que tratavam da coordenação e das formas de execução das reavaliações de ingredientes ativos.

**c) CNA defendeu adequado cumprimento do rito legal na reavaliação do ingrediente ativo tiametoxam.** A CNA posicionou-se contra comunicado do Ibama, que introduziu restrições ao uso do tiametoxam, diante da extrapolação da competência do órgão. De acordo com a legislação vigente, cabe ao MAPA, como órgão responsável pelo registro, o processo de reavaliação de ingredientes ativos, bem como a implementação de planos de mitigação ou de substituição, conforme indicado pela Advocacia-Geral da União (AGU) após a manifestação da CNA. Assim, até que o MAPA finalize a sua análise, as recomendações de uso de produtos com tiametoxam permanecem sem restrições.

**d) Aumento da alíquota de importação do Nitrato de Amônio é descartado após atuação da CNA.** A CNA manifestou-se contra o aumento da alíquota de importação, de zero para 15%, para o nitrato de amônio. O produto é essencial para a agricultura nacional, com apenas 11% da demanda suprida internamente. O aumento nos preços impactaria diretamente os agricultores. Atendendo demanda da CNA, o Comitê

de Alterações Tarifárias (CAT) manifestou-se pelo indeferimento do pleito e pela manutenção da tarifa zerada. Posteriormente, a Associação Brasileira da Indústria Química solicitou a retirada do pleito da pauta do Gecex em função dos danos econômicos alertados pelo setor, o que culminou na manutenção da alíquota zerada.

**e) CNA atuou para fortalecer as medidas de resposta a emergências fitossanitárias e zoossanitárias.** A CNA apoiou a criação de legislação que garante maior agilidade e eficiência no enfrentamento de emergências fitossanitárias e zoossanitárias. A Lei nº 14.989/2024 permite doações de materiais, pagamento de diárias e contratações emergenciais para o controle de pragas e doenças, fortalecendo a defesa agropecuária contra emergências atuais, como a monília do cacaueteiro, a mosca da carambola, a influenza aviária e futuras ocorrências, no sentido de mitigar impactos à produção e à economia do país.

**f) Modernização regulatória e segurança jurídica à proteção de cultivos.** A CNA realizou debates com especialistas e produtores sobre os gargalos e os pontos de melhorias na Lei nº 9.456/1997, para garantir o incentivo ao desenvolvimento de novos materiais em todas as cadeias produtivas com segurança jurídica, sem cobranças indevidas ou burocracia excessiva, resguardando, assim, o direito dos produtores em relação ao uso próprio. A CNA tem consensuado com as diferentes cadeias produtivas, bem como com as federações de Agricultura e Pecuária, a proposta de texto para o adequado aprimoramento da Lei nº 9.456/1997.

**g) CNA defende regimento legal que fomenta a formalização do trabalho meio rural.** A CNA articulou, junto ao Congresso Nacional, esforços para a aprovação do Projeto de Lei nº 715/23, o qual permite ao trabalhador rural safrista, que possuir formalização do vínculo, o direito a continuar recebendo os benefícios sociais, a citar, o Bolsa Família. O texto, aprovado na Câmara dos Deputados e encaminhado ao Senado Federal, fomenta a formalização no meio rural, assegurando que os trabalhadores tenham acesso a direitos básicos. Na próxima fase, a CNA focará nas adequações do texto para garantir a implementação das ações.

**h) Promoção ao trabalho digno e relações de trabalho no campo.** A CNA conduziu ações orientativas quanto às normas trabalhistas junto a produtores e a gestores de empreendimentos rurais nas cadeias produtivas de hortaliças, frutas e café. Os encontros levaram orientações sobre a legislação trabalhista rural (NR 31), conceitos e caracterização do vínculo trabalhista, tipos de contrato, desafios e estratégias para a ampliação da formalização do trabalho.

**i) Manutenção de direito de uso de defensivos essenciais para cafeicultura e fruticultura.** A CNA apresentou subsídios técnicos para a manutenção do direito ao uso de defensivos essenciais para a fruticultura e cafeicultura, frente à Política de Uso Excepcional da certificadora Rainforest Alliance. As limitações impostas colocam em risco essas atividades, pois a inclusão desses defensivos nas relações de "Produtos Proibidos" ou "Em Mitigação de Risco e Obsoletos", sem que haja alternativas eficientes registradas e acessíveis, afetará negativamente sua produtividade e lucratividade.

## Cereais, fibras e oleaginosas

**a) Indicador de preços médios do feijão melhora e a gestão de risco e a precificação.** A CNA, em parceria com o Cepea, lançou o indicador de preços regionais do feijão, oferecendo uma referência diária, que auxilia os produtores na tomada de decisões e na gestão de risco de preço nas principais regiões produtoras. A referência foi construída com o apoio das federações, após a visita às principais regiões produtoras do país. A intenção é atender em informação os principais tipos de classificação e formas de comercialização do grão.

**b) Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) visa proteção do setor arroseiro frente às alterações das tarifas de importações.** A CNA protocolou uma ADI no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a intenção do governo federal de autorizar a importação de arroz, argumentando que a medida ignorava a oferta interna e carecia de análise setorial adequada. A ação reforçou a necessidade de proteção à produção nacional, e a intenção de importação não foi executada pelo governo diante de uma série de irregularidades identificadas na condução do leilão.

**c) Contraposição ao aumento da quota de importação de trigo com alíquota zerada visando proteção do mercado interno.** Ao Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), a CNA apresentou fundamentos técnicos contra a ampliação da quota de importação de trigo sem tarifa, destacando os impactos negativos para os tricultores brasileiros, como a desvalorização do produto nacional e o desestímulo à produção interna. Como resultado, o pleito inicial da indústria de 500 mil toneladas não foi totalmente aceito, sendo aprovado o aumento de 250 mil toneladas.

**d) Pilotos do projeto Senar Serviços ESG agregam valor e sustentabilidade ao negócio rural.** O Sistema CNA/Senar capacitou representantes de sete Administrações Regionais no projeto Senar Serviços ESG, que adota uma metodologia estruturada para apoiar produtores de grãos com diagnóstico, plano de ação e monitoramento de indicadores de sustentabilidade, com pilotos iniciados em Tocantins e Goiás. Pela atuação da CNA, foram levantadas as principais exigências e oportunidades de mercado associadas às exigências socioambientais, que serão trabalhadas pelo Senar.

**e) Novo marco legal para o biodiesel gera oportunidades para produtores rurais.** O novo marco legal para o biodiesel (PL nº 528/2020) foi apoiado e trabalhado pela CNA, em parceria com a Frente Parlamentar do Biodiesel. O texto estabelece previsibilidade para o aumento gradual do percentual de biodiesel no diesel comercializado no Brasil. Essa medida impulsiona a demanda por oleaginosas, como a soja, gerando novas oportunidades de mercado para os produtores e fortalecendo a produção nacional.

**f) CNA defende alinhamento da Moratória da Soja ao Código Florestal.** A manutenção da Moratória da Soja, em desconformidade com o Código Florestal, gera insegurança jurídica para os produtores rurais. Nesse sentido, a CNA defende o alinhamento das regras, assegurando os direitos dos produtores e o cumprimento da legislação ambiental brasileira. A CNA participou de fóruns e reuniões técnicas, preparando uma representação ao CADE para análise concorrencial e reforçando a importância de um marco regulatório equilibrado.

**g) Sincronia nas aprovações de biotecnologias entre Brasil e China busca ampliar competitividade.**

A falta de sincronia nas aprovações de biotecnologias entre Brasil e China gera incertezas para os produtores brasileiros e riscos de rejeição de cargas no mercado chinês, ameaçando a competitividade do agronegócio nacional. A CNA participou de missões internacionais e encaminhou ao Ministro da Agricultura propostas para alinhar os processos regulatórios entre os dois países, buscando maiores previsibilidade e eficiência no comércio agrícola.

**h) Novos modelos de seguro rural para trigo são discutidos visando melhorar a gestão de risco.**

Em setembro de 2024, a CNA reuniu-se com a FenSeg e seguradoras para desenvolver produtos de seguro rural para o trigo, formando um grupo de trabalho para avançar em metodologias com foco na qualidade do grão.

**i) CNA defende classificação automatizada de soja e manutenção de 14% de umidade como padrão comercial.**

A CNA realizou debates e ensaios técnicos para regulamentar tecnologias como a análise NIR, com testes em amostras no Brasil e em Cingapura para desenvolver algoritmos específicos. Na regulamentação da norma de classificação, defendeu a remuneração para cargas com umidade inferior a 14% e, diante do impasse com a indústria, articulou com a CAPADR para oficializar a publicação da norma, mantendo o limite de 14% como equilíbrio.

**Cana-de-açúcar**

**a) PL garante o repasse de CBios a produtores de biomassa na Câmara dos Deputados.** Após uma série de negociações, a CNA articulou e trabalhou em acordo pela aprovação do PL nº 3.149/2020 para garantir, em lei, o repasse da parte cabível gerada pelos CBios aos produtores independentes de biomassa. O PL, aprovado na Câmara e no Senado, com as sugestões da CNA, também fortalece a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio).

**b) Interesses de produtores no RenovaBio são defendidos pela CNA no STF.** A CNA protocolou pedido de ingresso como *amicus curiae* junto ao STF nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade nºs 7.596 e 7.617, que questionam de forma inadequada a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio) e sua operacionalização. As ADIs visam o enfraquecimento do programa, que hoje é o maior exemplo global de política de descarbonização.

**c) Seminário inédito reúne setor de etanol e discute soluções da agroenergia.** A CNA realizou a 1ª edição do seminário AgroEnergia – Transição Energética Sustentável, com foco no etanol. Foram abordadas a participação e as contribuições do agro na matriz energética brasileira, bem como o cenário atual, as perspectivas futuras, os desafios e as oportunidades para as fontes consolidadas (cana-de-açúcar e milho) e emergentes (sorgo, trigo e agave) do biocombustível com diversos atores do setor. Os insights serão somados às duas próximas edições, que tratarão de biodiesel, biometano, biogás, combustível sustentável de aviação e biocombustível marítimo, que comporão o portfólio de ações e propostas para a COP 30, a ser realizada em Belém/PA em 2025.

**d) Lei do Combustível do Futuro coloca Brasil na vanguarda da transição energética.** A CNA apoiou a aprovação e sanção da Lei nº 14.993/2024, conhecida como Combustível do Futuro, que, entre outros dispositivos, instituiu programas de incentivo e promoção de diesel verde, biometano e combustível sustentável de aviação (SAF), além de elevar teores de mistura de biocombustíveis em combustíveis fósseis. Também apoiou a aprovação das Leis 14.902/2024 (Programa Mobilidade Verde e Inovação -Mover), 14.948/2024 (Marco legal do hidrogênio de baixa emissão de carbono) e 14.990/2024 (Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono – PHBC). O PL nº 327/2021, que visa implementar o Programa de Aceleração da Transição Energética, já foi aprovado na Câmara dos Deputados.

**e) Índice de remuneração de cana-de-açúcar levará mix de produtos em consideração.** A CNA trabalha em uma nova metodologia de referência de precificação da cana-de-açúcar, considerando todos os seus produtos, como açúcar, etanol, vinhaça e geração de energia. Por meio de uma calculadora personalizável, o produtor poderá simular o valor adequado a receber pela matéria-prima, a depender de sua região, mix e produtos fabricados na indústria compradora. A inovação permite maior entendimento do mercado pelos produtores rurais.

**f) Anuário da Cachaça 2024 atualiza dados do setor.** A CNA apoiou o lançamento do Anuário da Cachaça, elaborado e publicado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). O Anuário dispõe de informações atualizadas do setor, como número de estabelecimentos, marcas registradas, produção, exportação e geração de empregos. A publicação constitui uma ferramenta importante de monitoramento e combate à informalidade e ilegalidade de cachaçarias e seus produtos.

## Silvicultura

**a) Exclusão da silvicultura do rol de atividades potencialmente poluidoras.** A CNA trabalhou para retirar a silvicultura da lista de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais. Com a aprovação da Lei nº 14.876/2024, que alterou o anexo VIII da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/1981), o processo de licenciamento ambiental de plantio de espécies florestais para fins comerciais fica simplificado e exime os produtores da cobrança da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA).

**b) Índice de preço de importação da borracha natural é referência para o setor.** O índice, divulgado em parceria com o Instituto de Economia Agrícola (IEA), além de parametrizar produtores e demais elos da cadeia sobre preço justo no mercado interno, subsidia e justifica a formulação de políticas públicas e a elaboração de estudos técnicos, como a própria solicitação de elevação da alíquota de importação do produto.

**j) Plano de Desenvolvimento de Florestas Plantadas 2024 destaca a importância da cadeia produtiva.** A CNA apoiou e participou do lançamento do PNDF 2024, além da Chamada Pública para Projetos Florestais e do Painel Floresta+Sustentável, promovido pelo MAPA. A CNA destacou a importância da cadeia produtiva para o desenvolvimento socioeconômico do país, bem como para o cumprimento dos compromissos de redução de emissões de gases de efeito estufa assumidos pelo Brasil em âmbito internacional.

## Frutas, hortaliças e flores

**a) Rastreabilidade de frutas e hortaliças é tema de oficinas e matérias técnicas.** A rastreabilidade de frutas e hortaliças é obrigatória (INC 02/2018) e visa a segurança do alimento. Mas a complexidade da cadeia de valor de hortifruti traz alguns desafios à implantação. Buscando a maior adoção, a CNA elaborou materiais sanando dúvidas de cada elo da cadeia e trazendo, ainda, orientações sobre a ferramenta, como a construção de lotes de comercialização. Os tópicos foram também abordados em oficinas realizadas junto a produtores, distribuidores e técnicos.

**b) Renovação do direito antidumping frente ao alho chinês e manutenção do alho na LETEC.** A CNA elaborou um estudo técnico em defesa da renovação da medida antidumping para o alho importado da China, com o objetivo de proteger a cadeia produtiva nacional e evitar desequilíbrios no mercado interno. A revisão da medida foi iniciada pela Circular SECEX nº 52, de 2 de outubro de 2024. A CNA manifestou-se, também, contrária ao pleito de alteração tarifária para o alho, defendendo a permanência na Lista de Exceção da Tarifa Externa Comum do Mercosul (LETEC). O Comitê de Alterações Tarifárias (CAT) posicionou-se pelo indeferimento do pleito, esse aprovado pelo Comitê-Executivo de Gestão (Gecex).

**c) CNA defende a definição de padrões mínimos de qualidade e indicação do teor de cacau em chocolates e outros derivados.** A CNA defendeu a criação de padrões mínimos e indicação em rótulo, quanto ao teor de cacau e outros ingredientes em produtos, como chocolates e derivados, com o objetivo de promover transparência e valorizar o cacau. Essas propostas estão no PL nº 1.769/2019, que visa garantir informações claras ao consumidor e fortalecer a matéria-prima. O projeto está pronto para ser analisado no plenário do Senado Federal e, em seguida, passará pela Câmara dos Deputados.

**d) Cacaucultura brasileira e sustentabilidade da cadeia são apresentadas em conferências internacionais.** A CNA promoveu a sustentabilidade da cacaucultura nacional durante a Conferência da Organização Internacional do Cacau (ICCO) e World Cocoa Foundation Partnership Meeting 2024. Fizeram-se destaques aos sistemas cabruca e agroflorestal (SAF), que conciliam produção e preservação ambiental, promovendo biodiversidade, frutos de alta qualidade e desenvolvimento socioeconômico. Compartilhou-se, ainda, a atuação do Sistema CNA/Senar, frente à assistência técnica, à redução de custos e à melhor remuneração dos produtores.

**e) Aprimoramento normativo e ampliação da farmácia rural para pequenas culturas.** A CNA, em parceria com o Comitê Minor Crops Brasil, busca a ampliação do número de defensivos registrados para Culturas com Suporte Fitossanitário Insuficiente (CSFI). Após atualização das demandas fitossanitárias levantadas junto ao setor produtivo, essas foram encaminhadas às indústrias registrantes, fomentando a ampliação da atuação em pesquisa e registro de defensivos para CSFI. Os trabalhos desempenhados pelo grupo e os avanços regulatórios foram apresentados pela CNA durante o IV Global Minor Use Summit, evento voltado à modernização e a avanços na farmácia rural para minor crops (pequenas culturas) no mundo.

## Café

**a) Funcafé tem orçamento recorde e CNA busca taxas de juros condizentes com a realidade dos produtores.** A CNA manifestou-se ao longo da elaboração do orçamento anual do Funcafé, trazendo como pleito a redistribuição de R\$ 1,1 bilhão do Fundo, garantindo eficiência e dispersão regional na aplicação dos recursos, por meio da garantia de inclusão dos desempenhos de cooperativas singulares para cálculo dos montantes a serem repassados. Foram R\$ 6,89 bilhões do Funcafé para a safra de 2024/2025,

valor 8% superior ao aprovado no ano anterior – destes R\$1,74 bilhão destinado à linha de Custeio, R\$2,49 bilhões para comercialização e R\$ 30 milhões para a linha de Recuperação de Cafezais Danificados. Junto ao Conselho Deliberativo de Política do Café (CDPC), a CNA defendeu a redução nas taxas de juros para as linhas de Custeio e Recuperação de Cafezais Danificados, alinhadas às taxas praticadas nas linhas do Pronaf e Pronamp. Após deliberação, o CDPC posicionou-se pela redução de 1 ponto percentual na taxa de juros. Posteriormente, o Conselho Monetário Nacional (CMN) rejeitou o aumento, mas a CNA trabalha pela revisão, para que as necessidades dos cafeicultores sejam contempladas.

**b) Mais recursos para pesquisa, estatísticas e marketing da cafeicultura.** Como membro do Comitê Técnico do Conselho Deliberativo de Política do Café (CT - CDPC), a CNA participou da aprovação do montante de R\$ 31,1 milhões para ações discricionárias, direcionadas a investimentos na pesquisa cafeeira, estatísticas do setor e na promoção e marketing do café brasileiro, que incluem:

**Atualização das estatísticas da cafeicultura e mapeamento do parque cafeeiro.** A CNA defende a necessidade de um levantamento de safras mais assertivo e, junto às entidades que compõem o CT - CDPC, trabalha para a modernização e aprimoramento da metodologia de levantamento de safra e produtividade do café, além da condução de projeto para mapeamento do parque cafeeiro.

**Fortalecimento da imagem dos “Cafés do Brasil” no mercado nacional e internacional.** A CNA participou de discussões e planejamentos visando a implementação de estratégias para o fortalecimento da imagem dos cafés brasileiros no mercado nacional e internacional. Por meio do direcionamento de recursos discricionários do Funcafé, uma empresa de marketing foi contratada para iniciar reposicionamento da marca “Cafés do Brasil”. A CNA defende a manutenção da imagem do Brasil como maior produtor e exportador mundial de cafés com qualidade e sustentabilidade.

**c) Sustentabilidade da cafeicultura brasileira é defendida pela CNA em evento internacional.** A CNA participou da Assembleia Geral de Membros da Plataforma Global do Café (GCP), realizada em Amsterdã, na Holanda. O evento contou com a participação de representantes de seis países produtores de café, Brasil, Vietnã, Indonésia, Honduras, Uganda e Quênia, além de tradings, representantes da indústria e visitantes de países consumidores. A CNA destacou a contribuição da cafeicultura brasileira para o alcance das metas da Plataforma Global do Café e ressaltou o engajamento dos produtores na implementação e comprovação de práticas sustentáveis no campo.

**d) Terceira Edição do Cupping e Negócios de Cafés Diferenciados é destaque internacional.** A iniciativa promovida pela CNA, em parceria com a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg), tem como objetivo conferir visibilidade aos produtores de cafés que possuem atributos de agregação de valor, viabilizando o contato comercial, o encurtamento da cadeia produtiva e a diversificação dos canais de comercialização. Durante a Semana Internacional do Café, em Belo Horizonte (MG), uma das maiores feiras de cafés do mundo, compradores nacionais e internacionais degustaram mais de 200 amostras provenientes dos estados do Acre, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio Grande do Norte e Rondônia.

**e) B3 lança contrato futuro de café conilon/robusta, elaborado com a participação da CNA.** Em setembro, foi lançado pela Bolsa de Valores Brasileira B3, o novo contrato futuro de café conilon/robusta, ferramenta que permite aos cafeicultores brasileiros uma maior gestão comercial e traz segurança contra a volatilidade dos preços no mercado. A CNA atuou ativamente junto à B3 no estabelecimento de parâmetros técnicos e mercadológicos para a criação dos contratos a serem operados pela bolsa brasileira.



# Produção Animal

## Pecuária de corte

### **a) CNA busca adequada normatização da rastreabilidade individual de bovinos e bubalinos no país.**

A CNA contribuiu com a discussão do plano estratégico para a implementação da rastreabilidade individual de bovinos no Brasil. O tema foi objeto do Grupo de trabalho criado pelo Ministério da Agricultura e da Pecuária (MAPA), por meio da Portaria nº 1.113/2024. No documento, submetido à análise do Ministro Carlos Fávaro, pela SDA/Mapa, a CNA priorizou a integração do sistema entre os estados, um período de transição de oito anos, antes da obrigatoriedade, além da gratuidade para o produtor rural. A CNA está articulando no sentido de publicar a norma referente ao tema.

### **b) CNA busca reconhecimento do Brasil como livre de aftosa sem vacinação.**

A CNA participou da 18ª reunião da Equipe Gestora Nacional do Plano Estratégico do Programa Nacional de Vigilância para a Febre Aftosa (Pnefa) na qual foi apresentado o documento com o pleito “Brasil livre de febre aftosa sem vacinação”, que foi encaminhado à Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA). Em abril deste ano, já houve o reconhecimento nacional pelo MAPA, de país livre de aftosa, sem vacinação. Para o reconhecimento internacional, a OMSA exige a suspensão da vacinação contra a febre aftosa e a proibição de ingresso de animais vacinados nos estados e nas regiões propostas por, pelo menos, 12 meses, portanto, previsto para maio de 2025. O tema também foi pauta da 50ª Reunião Ordinária da Comissão Sul-americana para a Luta Contra a Febre Aftosa (Cosalfa).

### **c) CNA atua na construção das diretrizes técnicas do Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas (PNCPD).**

A CNA assume a coordenação em conjunto com a Embrapa do Grupo Técnico de Tecnologia e Conhecimento do Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas (PNCPD), que tem como objetivo captar recursos a uma taxa de juros mais atrativa para a conversão de pastagens degradadas em sistemas sustentáveis de produção e o fomento de boas práticas agropecuárias. O relatório com o plano de trabalho para a implementação e gestão técnica do Programa inclui o prazo de 10 anos para o pagamento do recurso captado, com taxa de juros variáveis entre 6 e 7% ao ano. O documento foi encaminhado ao Comitê Gestor Interministerial do programa.

## Pecuária de leite

**a) MAPA regulamenta Decreto de Fiscalização do Programa Mais Leite Saudável.** Após a publicação do Decreto nº 11.732/2023, que alterou as regras para os incentivos fiscais aos laticínios participantes do Programa Mais Leite Saudável, o Ministério da Agricultura atendeu à solicitação da CNA e regulamentou a fiscalização da aplicação das novas regras, por intermédio da Portaria nº 661/2024. A medida contribui com a mitigação dos volumes de importação de lácteos pelo Brasil, garantindo que apenas indústrias que fomentem a produção nacional sejam objeto de incentivos fiscais.

**b) CNA apoia medidas estaduais para contenção dos volumes de importação de lácteos.** Após a atuação da CNA em nível federal para redução dos volumes de importação de lácteos pelo Brasil, as federações de agricultura estaduais atuaram no mesmo sentido, garantindo que os benefícios fiscais estaduais fossem concedidos apenas a empresas que fomentem a produção interna. Foram realizadas diversas ações em diferentes estados, como Minas Gerais, Paraná, Goiás, Mato Grosso, Alagoas, Sergipe, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, entre outros, em um esforço uníssono para combater as importações desleais de lácteos.

**c) CNA apresenta petição *antidumping* contra o leite em pó importado.** A Confederação analisou as práticas desleais de comércio praticadas pelos fornecedores de leite em pó ao Brasil e verificou indícios de *dumping*, o que ensejou a elaboração de uma petição para que o Governo Federal investigue a prática junto aos principais fornecedores do Brasil. A medida foi acatada pelo Ministério de Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços, que abriu a investigação em dezembro. Se comprovada a prática, serão estabelecidas tarifas de importação para corrigir as distorções de mercado nos países de origem e defende o setor produtivo de práticas desleais de comércio.

**d) CNA estuda criação de um contrato para o mercado futuro do leite.** Para mitigar as incertezas de preços de leite ao produtor, gerar previsibilidade no campo e contribuir com a gestão de risco na atividade leiteira, a CNA vem estudando a criação de um contrato para a negociação futura de leite no Brasil. Foi composto um grupo de trabalho coordenado pela CNA, na qual participam produtores, indústrias, cooperativas, consultores e especialistas do mercado financeiro. As discussões contemplam itens como a criação do indicador e o modelo do contrato, possibilitando que produtores e indústrias fixem os preços de compra e/ou venda de leite, mitigando incertezas e gerando segurança para alocação de investimentos na atividade.

**e) CNA cobra regularização no fornecimento de vacinas contra brucelose junto ao MAPA e ao Sindan.** O primeiro semestre de 2024 foi marcado pela indisponibilidade de vacinas contra brucelose, que levou os Órgãos Executores de Sanidade Agropecuária a prorrogar as campanhas de comprovação da vacinação em diversos estados. A CNA atuou junto ao MAPA e ao Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal (Sindan), cobrando a regularização no fornecimento do imunizante. Com a liberação de partidas mediante as análises dos próprios laboratórios, o fornecimento regular foi conquistado no terceiro trimestre, sendo liberado aos produtores um total de 22,3 milhões de doses.

**f) CNA participa da regulamentação de produtos vegetais análogos aos de origem animal pelo MAPA.** Após duas consultas públicas e tomada pública de subsídios, o Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal realizou audiência pública para validar a proposta de regulamentação de produtos vegetais análogos aos de origem animal. A CNA participou ativamente das discussões do tema, para assegurar o tratamento isonômico ante o dispensado aos produtos animais, garantindo, ainda, a não utilização de termos pejorativos ou alegações de sustentabilidade e/ou saudabilidade não comprova-

dos, bem como protegendo o consumidor da indução ao erro. Na ocasião, foi aprovada a proposta de portaria que regulamenta o tema, cuja publicação segue pendente pelo MAPA, mas a Confederação vem realizando a gestão junto ao Ministério.

**g) Câmara aprova projeto de lei que limita a validade do leite em pó importado.** A Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei nº 952/2019, de autoria do vice-presidente da CNA, então deputado José Mario Schreiner. A medida ajuda a coibir as importações de leite em pó, uma vez que estabelece que será permitida somente a importação de produtos com 70% do prazo de validade vigente. A matéria seguiu à Comissão de Relações Exteriores do Senado, e a CNA vem atuando pela sua aprovação.

### Aves e suínos

**a) CNA articula para a aprovação de lei que resguarda as lideranças dos produtores integrados de aves e suínos.** Com apoio da CNA, foi apresentado o parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, do deputado Welter, para o PL nº 8.311/2017 na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), e do substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviço, com subemenda. O PL propõe que os produtores integrados ou representantes de suas entidades, que integram a Cadec e/ou o Foniagro não poderão ter seus ajustes financeiros, econômicos ou comerciais alterados unilateralmente por parte das empresas integradoras, durante o exercício dos respectivos mandatos. Com isso, busca-se garantir as condições para o pleno e livre exercício da representação dos interesses da categoria dos produtores integrados.

**b) CNA reforça as ações de comunicação sobre biossegurança com produtores de aves.** Frente ao caso de doença de Newcastle (DNC) em uma granja de frango de corte no Rio Grande do Sul, em julho deste ano (caso já encerrado), a CNA ampliou as ações de comunicação junto aos produtores de aves reforçando a necessidade de aumentar as medidas de biossegurança nas granjas para evitar não somente a doença de Newcastle, mas também a influenza aviária de alta patogenicidade (IAAP) em granjas comerciais. Acesse a Nota Técnica da CNA sobre a DNC clicando [aqui](#). Acesse o folder com as medidas de biossegurança nas granjas [aqui](#).

**c) CNA discute estratégias para o Brasil avançar com a zona livre de peste suína clássica.** Em outubro, a CNA, em conjunto com outras instituições, reuniu-se com o Departamento de Saúde Animal (DSA/ MAPA) para debater ações voltadas a avanços com as zonas livres (ZL) de Peste Suína Clássica (PSC) no país. As ações propostas incluem a realização de estudos soropidemiológicos e a vacinação estratégica nas regiões de foco recente, tendo como modelo o projeto-piloto realizado em Alagoas.

### Aquicultura

**a) CNA propõe modernização da Lei da Aquicultura e da Pesca (Lei nº 11.959/2009).** A proposição trata de uma legislação mais clara e menos burocrática, determinando o que é de direito e de dever da pesca e aquicultura, eliminando distorções que o texto atual traz. Isso permitiria, assim, segurança jurídica aos aquicultores, já que, atualmente, a lei não permite uma diferenciação entre as duas atividades, ocasionando, desse modo, o fechamento de mercados para os produtos aquícolas brasileiros, além do aumento da burocracia exigida aos produtores aquícolas pela cobrança do Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP).

**b) CNA realiza diagnóstico dos principais entraves ao desenvolvimento da aquicultura no país.** Participaram das reuniões os membros das federações, entidades dos setores de piscicultura, maricultura e carcinicultura, para o alinhamento das diretrizes a serem seguidas pela Comissão Nacional de Aquicultura da CNA para resolução dos principais entraves para as cadeias. Foram definidos, como eixos de atuação, a qualidade das rações aquícolas, a análise de risco de importação e o regime de alerta de importação, licenciamento/outorga, que estão em tramitação na Secretaria de Patrimônio da União, além da revogação da IN 04/2014 e da revisão Lei nº 11959/2009.

**c) Sistema CNA/Senar assina Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o Ministério da Pesca e Aquicultura.** O ACT tem como objetivos avançar no estímulo à organização econômica e à competitividade, desenvolvimento das cadeias produtivas e de seus produtos e inovação e transferência de tecnologias. Essa iniciativa reforça a importância da aquicultura na cadeia de produção de proteína animal pelo país. A formalização das ações para o desenvolvimento sustentável da aquicultura está voltado para o fortalecimento de políticas públicas, para a profissionalização dos produtores rurais e para o fomento do pescado brasileiro.

**d) CNA discute com o MAPA parâmetros sanitários para importação de camarão.** O procedimento adotado pelo MAPA, para mitigar os riscos de introdução de doenças em território brasileiro, exige o abate de parte do lote dos reprodutores importados para as análises laboratoriais. Tal fato ocasiona perdas econômicas para os produtores brasileiros. Com o objetivo de reduzir essas perdas econômicas e garantir a segurança sanitária, foi consensuada uma estratégia de importação de reprodutores em diferentes níveis de maturidade, viabilizando, assim, maior tempo reprodutivo dos reprodutores nos criatórios brasileiros. A avaliação de risco sanitário de produtos destinados ao consumo constituiu um tema, exaustivamente, debatido em 2024, buscando meios de esclarecer os produtores quanto à normatização.

**e) CNA promove capacitação dos membros da Comissão sobre “Análise de risco de Importação” e “Regime de Alerta de Importação” dos pescados.** Os agentes fiscais federais agropecuários do MAPA explanaram sobre os critérios de risco e os procedimentos de mitigação analisados pelo Brasil para a importação de pescados, viabilizando a sanidade animal, assim como a qualidade e a identidade dos produtos pescados que entram no Brasil através dos portos, assegurando a saúde pública.

**f) CNA busca aprimoramento normativo para o licenciamento de empreendimentos aquícolas.** Com o objetivo de atualizar os critérios de enquadramento dos empreendimentos aquícolas e possibilitar os processos autodeclaratórios para substituir a necessidade de vistoria pelo Oema, a CNA tem buscado, junto ao Conama e ao Ibama, as atualizações necessárias para enquadrar a realidade do setor à legislação sobre licenciamento ambiental para empreendimentos aquícolas e reduzir os entraves burocráticos à produção.

## Equideocultura

**a) CNA cria a Comissão Nacional de Equideocultura.** A iniciativa intensifica os trabalhos em prol dos produtores rurais e criadores, bem como a expansão da equideocultura brasileira. Os eixos que norteiam a atuação da Comissão são: sanidade de equídeos, comercialização de material genético, qualificação de mão de obra, monitoramento dos projetos de lei e dados setoriais. Desse modo, serão contemplados temas como passaporte equestre, programa sobre síndromes neurológicas e o estudo do complexo do agronegócio do cavalo.

**b) CNA atua na aprovação da lei que dispõe sobre a comercialização de material genético e a clonagem de animais.** A Lei nº 15.021/2024, trabalhada pela CNA no Congresso Nacional, ajusta o ambiente normativo atual ao permitir a comercialização de material genético por pessoa física, a qual inviabilizava a comercialização de sêmen e embriões pelo produtor rural, além de impossibilitar o registro genealógico destes animais. Outros pontos relevantes abarcados na referida lei são a atualização do conceito de material genético e a previsão de clonagem de animais. Com isso, a pavimentação normativa avança para reduzir a insegurança jurídica dos criadores na reprodução. O próximo passo será a regulamentação da lei junto ao Executivo.

**c) CNA atua fortemente para a reprovação do projeto de lei que visa proibir abate de equídeos.** O projeto de Lei nº 2387/2022 busca a proibição do abate de equídeos fundamentado em alegações equivocadas. A CNA elaborou uma nota técnica e tem pautado os parlamentares com informações técnicas que englobam bem-estar animal, regras para abate em unidades com registro no Sistema de Inspeção Federação (SIFs), além de informações sobre os impactos socioeconômicos que a medida pode trazer ao segmento e às regiões produtivas.





# Mulheres e Novas Lideranças do Agro

**a) Comissão Nacional de Mulheres realizou o “1º Fórum da Liderança Sindical Feminina”.** O evento reuniu 327 mulheres de 26 estados, proporcionando um espaço para discutir temas como representatividade sindical rural patronal e reflexões sobre o impacto da comunicação para o agronegócio. Os debates contribuíram para ampliar as oportunidades de atuação das mulheres em diversos ambientes de decisão, como o político, o técnico e o institucional do sistema sindical rural.

**b) Oito comissões estaduais das mulheres do agro foram criadas em 2024 com apoio da CNA.** Ao todo são 18 grupos ou comissões ativas, atuando para fortalecer a participação feminina no Sistema Sindical Patronal e atender às demandas específicas de cada região.

**c) Lideranças femininas foram capacitadas para representar o Sistema CNA.** Mais de 50 representantes estaduais receberam capacitações nas áreas de processos legislativos, questões econômicas e tributárias, poder e influência e argumentação, como parte do processo de formação de liderança.

**d) Sistema CNA foi promovido por mulheres em feiras e eventos.** A presidente e a vice-presidente da Comissão Nacional das Mulheres do Agro e outras representantes do Sistema CNA marcaram presença em mais de 15 eventos e feiras, divulgando a importância e as ações da CNA com o objetivo de incentivar a participação das mulheres no sistema.

**e) CNA apresenta recomendações para o aprimoramento do Plano Nacional da Educação - PNE 2024-2034.** As alterações propostas pela CNA visaram priorizar a fundamentação científica, excluindo referências desqualificadoras a setores como o agronegócio. Foi sugerida a inclusão de indicadores de qualidade educacional para monitorar as melhorias. Além disso, mais de 20 reuniões estratégicas foram realizadas na Câmara e no Senado Federal para fortalecer a interlocução com os parlamentares.

**f) Comissão Nacional de Novas Lideranças apoia ações de representantes estaduais.** Foram realizadas reuniões periódicas com representantes estaduais de 14 federações para acompanhar e auxiliar na criação e manutenção de ações dos grupos. A comunicação assertiva com o público jovem rural e urbano, a defesa do agro e a participação em fóruns de representação dos produtores estão entre as principais linhas de atuação definidas durante 2024.

**g) Mapeamento sobre sucessão geracional revela a necessidade de um plano de sucessão para o setor rural.** As informações obtidas demonstram que apenas 14% dos entrevistados possuem uma sucessão planejada e estruturada. Já 48% indicaram ter um sucessor que trabalha na propriedade, mas não sabem como proceder com o processo de sucessão, reforçando a importância da atuação da CNA nessa temática.

Balanço  
2024  
Perspectivas  
2025

---

# 03.

## PROJETOS & PROGRAMAS



---

CADEC Brasil	. 104
Alimentos Artesanais Tradicionais	. 106
Campo Futuro	. 109
RetifiCAR	. 112
Agro.BR	. 113
Promoção da Imagem do Agro	. 115
Assistência Técnica e Gerencial - ATeG	. 116
Formação Técnica de Nível Médio	. 119
Centros de Excelência	. 122
Senar Play	. 125
CNA Jovem	. 127
Aprendizagem Profissional Rural	. 128
Educação Corporativa	. 130



---

Saúde no Campo	. 132
Saúde da Mulher Rural e Saúde do Homem Rural	. 134
Agritrace Animal	. 135
Agritrace Vegetal	. 136
Digitalização das Indicações Geográficas (IGs)	. 138
HUB CNA	. 139
Inova + Campo	. 141
CNA Fiagro	. 142
Forrageiras para o Semiárido	. 144
Agro pelo Brasil	. 145
ID Agro Máquinas	. 147



---

Conectividade Rural	. 148
APP CNA Digital	. 149
Gestão e Análise de Dados	. 150
Observatório da Agropecuária Brasileira	. 151
Serviços Estratégicos de Recursos Humanos	. 152
Processos Seletivos	. 153
Núcleo de Integração Profissional Rural (NIP)	. 154
Faculdade CNA	. 155





O programa CADEC Brasil busca o fortalecimento dos produtores integrados de aves e suínos e suas lideranças nas Comissões para Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração (CADECs). É baseado em três pilares: capacitação dos produtores e lideranças, consultoria jurídica e apoio técnico aos produtores nas negociações com as integradoras.

## BALANÇO 2024

### Capacitação

No pilar de capacitação, o curso a distância “CADEC EaD Senar” formou **1.478 pessoas** até o início de novembro. O objetivo é preparar o produtor integrado de aves e suínos para as negociações com a agroindústria parceira. O curso é dividido em módulos que abordam a Lei nº. 13.288/2016 (Lei da Integração), técnicas de organização e condução de reuniões, técnicas de negociação e gerenciamento de custos de produção.

Também em novembro foi realizado o “II Encontro Nacional de Aves e Suínos”, na sede da CNA, em Brasília-DF. O evento reuniu produtores integrados de aves e suínos, lideranças do setor produtivo, técnicos e representantes das federações de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Distrito Federal para um alinhamento e discussões em nível nacional.

### Consultoria jurídica

No âmbito da consultoria jurídica, foram realizados **21 atendimentos gratuitos** a produtores, incluindo a análise de contratos de integração e esclarecimentos sobre a Lei nº. 13.288/2016. Também foi elaborado um documento no formato de “Perguntas e Respostas”, com pareceres sobre os temas mais demandados à CNA: o peso jurídico das atas de reunião de CADEC e do Manual de Boas Práticas das CADECs, indicações de membros de CADECs, participação de técnicos, entre outros. Acesse o documento com os pareceres para cada tema clicando [aqui](#).

## Apoio técnico

No âmbito das CADECs, a CNA, em parceria com as federações de agricultura e pecuária, disponibiliza um técnico para apoiar os produtores nas negociações com as integradoras e no levantamento e monitoramento dos indicadores técnicos e econômicos. Esta é a base para a construção das argumentações e da contraposição com a agroindústria, reduzindo a assimetria de informações, favorecendo as discussões e promovendo melhorias na relação entre os elos das cadeias integradas. Atualmente, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais estão no projeto.

## PERSPECTIVAS 2025

Para 2025, seguiremos com as ações relacionadas a capacitação dos produtores e suas lideranças (presencial e a distância), consultoria jurídica e apoio nas negociações com as integradoras nas CADECs, visando fortalecer a base produtiva e impulsionar o setor.

Está previsto, para novembro do ano que vem, o “III Encontro Nacional das CADECs de Aves e Suínos”, a ser realizado na CNA, novamente em Brasília-DF. Com relação ao serviço de apoio aos produtores nas negociações com as integradoras nas CADECs, a CNA está em conversa com as federações de São Paulo e Rio Grande do Sul, que possuem interesse em fazer parte do projeto.



Criado com o objetivo de promover produtos artesanais, valorizando o produtor rural e sua família, trabalhando a agregação de valor, a cultura regional e o reconhecimento dos produtos artesanais brasileiros. O programa também aprimora o ambiente regulatório, objetivando segurança jurídica para os produtores rurais.

## BALANÇO 2024

### 1) Prêmio CNA Brasil Artesanal

O Prêmio CNA Brasil Artesanal é uma das iniciativas do Sistema CNA/Senar, vinculada ao Programa Alimentos Artesanais e Tradicionais, desenvolvida com o objetivo de promover produtos de qualidade. O prêmio é um concurso de qualidade, que já teve **11 edições**. Diferente dos demais concursos, ele é realizado em três etapas:

- Júri técnico (40%) – os especialistas renomados degustam todas as amostras recebidas para escolher as cinco melhores por categoria;
- Júri popular (50%) – consumidores finais degustam as amostras finalistas e, usando a escala hedônica, votam no que mais gostaram; e
- Etapa história do produto (10%) – uma equipe multidisciplinar lê as histórias escritas pelos produtores.

Os ganhadores dos concursos da CNA recebem premiação em dinheiro, selos (ouro, prata e bronze) – cancelando a qualidade de seu produto, certificado de participação e troféu.

Em 2024, foram realizadas três edições do prêmio:

**a) Cafés torrados especiais:** em parceria com a Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC) e Helga Andrade, o prêmio contou com 275 inscrições em duas categorias: café arábica e canéfora. O júri técnico foi realizado na sede da CNA e o popular, no shopping Boulevard, em Belo Horizonte-MG. As amostras finalistas foram avaliadas por mais 185 pessoas.

Os produtores que ganharam o concurso aumentaram as vendas em 200%, com o valor de comercialização 50% maior do que antes da premiação. O produtor ganhador do prêmio ouro comercializou toda sua produção em três meses. Todos os produtores tiveram abertura de novos mercados e puderam participar de uma grande feira nacional de cafés em São Paulo/SP.

**b) Mel:** esta edição contou com o apoio técnico da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), da Federação das Associações de Apicultores e Meliponicultores de Santa Catarina (FAASC), da Confederação Brasileira de Apicultura e Meliponicultura (CBA) e da EBRAM (Escola Brasileira de Apicultura e Meliponicultura). O concurso totalizou 205 inscrições em duas categorias: mel claro e mel escuro. O júri técnico foi realizado na sede da CNA e o popular, durante a Ficomex, maior evento de comércio exterior do Brasil, ocorrido em Goiânia/GO.

Os produtores que ganharam o concurso aumentaram as vendas em 300%, com o valor de comercialização 100% maior do que o praticado antes da premiação. Os produtores ganhadores do selo ouro e prata comercializaram, em poucos dias, o estoque que demoraria um ano e 2 meses e participaram da maior feira de mel do Brasil, comercializando e promovendo degustação ao público.

**c) Cerveja artesanal:** foi realizado em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), a Associação Brasileira da Cerveja Artesanal (Abracerva), o Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja (Sindicerv) e do Papo de Sommelier. Foram 160 inscrições em duas categorias: ale e lager. As dez amostras escolhidas pelo júri técnico foram avaliadas por mais 180 pessoas em evento realizado em Brasília. Os produtores que ganharam o concurso tiveram aumento de 250% nas encomendas para o final do ano em relação ao que foi comercializado em 2023.

## 2) Capacitação e melhoria do posicionamento dos produtos

A CNA realizou capacitação em comercialização e marketing direcionada aos produtores finalistas de todas as edições dos Prêmios CNA Brasil Artesanal e Tradicional, promovidos desde 2019. Foram três turmas que reuniram cerca de 100 produtores rurais. Os treinamentos foram realizados ao longo de 10 encontros, com reuniões semanais. As aulas, virtuais e ao vivo, tinham duas horas de duração e foram acompanhadas por materiais educativos, como e-books, infográficos e vídeos, para apoiar o aprendizado dos produtores. O objetivo é a orientação destes para o melhor posicionamento de seus produtos nos mercados nacional e internacional.

## 3) Artesanais e Tradicionais em eventos nacionais

A CNA viabiliza a participação dos produtores ganhadores dos PBAs de 2021, 2022, 2023 e 2024 em diversas feiras nacionais. Durante o ano, estivemos presentes na Expovitis-DF, na Expofeira-BA, na Expointer-RS e na SIC-MG, nas quais foram realizadas as ações chefes pelo agro e harmonizações de produtos ganhadores dos PBAs desses anos. Em 2024, foram atendidas nelas mais de 10 mil pessoas. Outra ação realizada durante as feiras é o empório de comercialização, onde totalizamos mais de 40

produtores com a comercialização de mais de 1.340 peças de queijo, 1.100 garrafas de azeite, 1.100 potes de doce de leite, 1.400 garrafas de vinho, 1.100 peças de salame e 400 kg de méis, totalizando mais de 500 mil reais de faturamento.



## PERSPECTIVAS 2025

Para o próximo ano estão previstas a realização de três novas edições Prêmio CNA Brasil Artesanal. As ações do programa também têm previsão de ocorrer nas grandes feiras do setor agropecuário nacional, levando o empório de comercialização, harmonizações de produtos ganhadores de concursos de qualidade, chefes pelo agro e vitrine de negócio.

Ainda, para 2025, está previsto o curso de capacitação em vendas online para **100 produtores** participantes dos concursos de qualidade e produtores cadastrados no programa dos artesanais.

## BALANÇO

O Sistema CNA/Senar, por meio do Projeto Campo Futuro, levantou os custos da produção agropecuária de **40 atividades/sistemas de produção**, totalizando **150 painéis**. Foram **125 municípios diferentes em 20 estados** visitados, com a participação de mais de **1.550 produtores e técnicos**.

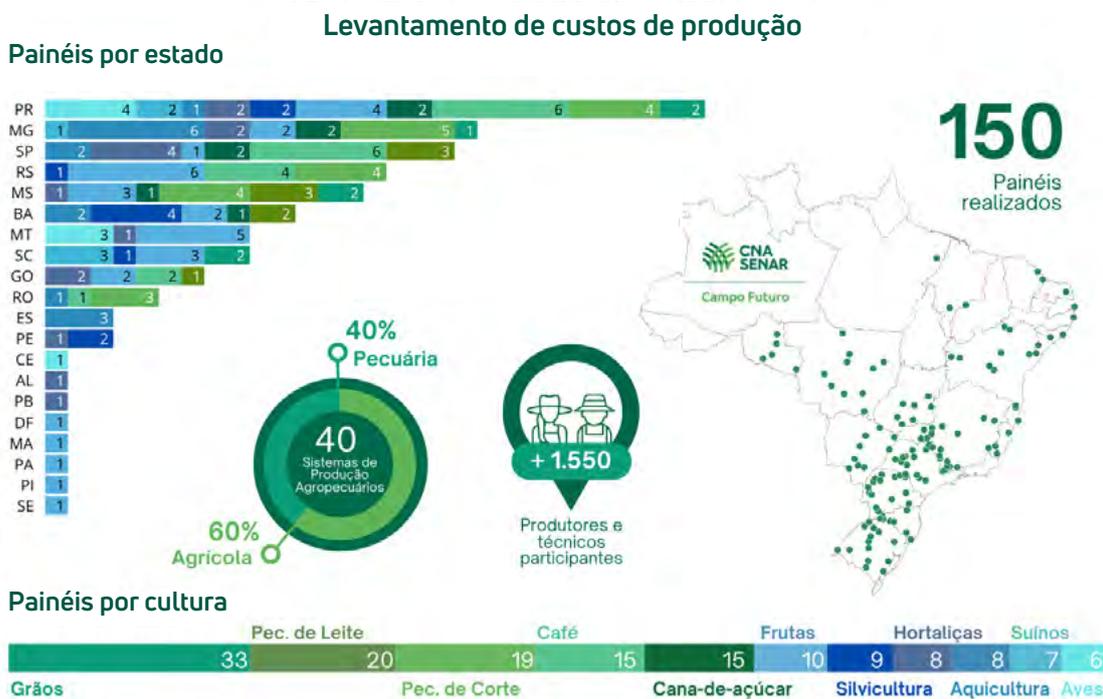


Figura 1. Distribuição por estado e por atividades dos painéis de levantamento de custos de produção em 2024 pelo Projeto Campo Futuro.

## Ações em destaque

O Projeto Campo Futuro, com o apoio metodológico e operacional do Cepea, UFLA, Labor Rural e Pecege, gerou dados e informações para:

- Subsidiar tecnicamente a elaboração da proposta do Plano Agrícola e Pecuário 2024/2025;
- Elaborar documento de solicitação de medidas de auxílio aos produtores de soja e milho impactados por questões climáticas na safra de grãos 2023/2024;
- Subsidiar a mensuração do impacto econômico dos incêndios nas atividades agropecuárias;
- Conceder entrevistas à imprensa e treinamentos de jornalistas que atuam no setor agropecuário, sobre comportamento dos preços de insumos e dos custos de produção agropecuários;
- Simular impactos de custos de produção frente aos efeitos do fenômeno La Niña; e
- Fomentar análises comparativas dos sistemas de produção agrícolas e pecuários em termos de competitividade e rentabilidade das propriedades típicas entre várias regiões no mundo por meio das redes Agri Benchmark Networking e International Farm Comparison Network (IFCN).

## Publicações

27

### ATIVOS DO CAMPO

Informações de mercado e análises de cenário produtivo e econômico das atividades agropecuárias

07

### ANÁLISES ESPECIAIS

Estratégias de mitigação de riscos e oportunidade de investimento com base nos desafios identificados nos painéis



## Eventos

Foi realizado o “Circuito de Resultados do Projeto Campo Futuro”, com cinco eventos, um em cada região do Brasil, além de um evento nacional em Brasília. O principal objetivo da iniciativa é expandir a eficiência produtiva e a rentabilidade no campo, tornando a agropecuária nacional cada vez mais competitiva. Foram mais de 700 participantes, que puderam: conhecer os resultados de custos de produção de diferentes atividades agropecuárias; debater questões técnicas que impactam os resultados econômicos das atividades, além de compreender as perspectivas do mercado agropecuário nacional e internacional.



Figura 2. Distribuição dos eventos do “Circuito de Resultados Campo Futuro 2024”.





O RetifiCAR foi concebido pela CNA para apoiar os produtores rurais na retificação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), com o objetivo final de viabilizar a validação por parte dos órgãos estaduais. Dados oficiais demonstram que, dos aproximados **7 milhões** de cadastros realizados, pouco mais de 1,85% foi validado pelos poderes públicos estaduais. A CNA observou que, mesmo com o pouco volume de análises, muitos cadastros já analisados não eram validados, pois estavam aguardando as retificações solicitadas aos produtores rurais, demonstrando a necessidade de se criar um programa como o RetifiCAR. A figura a seguir demonstra a atuação do RetifiCAR no processo da regularização ambiental.

### Passo a passo da regularização ambiental





O Agro.BR apoia empresários rurais no caminho da exportação. Parceria entre a CNA e a ApexBrasil, a iniciativa oferece uma gama de serviços, desde treinamentos customizados, elaboração de planos de negócios para atuação internacional, materiais promocionais multi-idiomas e ações para geração de negócios, tais como rodadas (presenciais e virtuais), projeto comprador e missões internacionais. O objetivo do Agro.BR é preparar os produtores para atuarem no mercado internacional e ampliar a presença dos produtos brasileiros nas prateleiras do mundo, contribuindo para a diversificação da pauta exportadora nacional.

No ano de 2024, o atendimento aos produtores foi realizado pelos sete escritórios regionais do projeto, localizados nas cinco regiões do Brasil: SP, RS, MG, MS, CE, BA, PA, com o apoio dos escritórios internacionais da CNA, estrategicamente localizados em Dubai, Xangai e Singapura, e com mais três consultores específicos para o programa ATeG+Exportação.

## **BALANÇO 2024**

Neste ano, o Agro.BR alcançou resultados expressivos, realizando 14.680 horas de atendimento direto ao produtor, com 1.372 inscritos, dos quais 435 já iniciaram suas exportações. Por meio da plataforma de rodadas de negócio virtuais lançada em 2024, a Business Zone, foram realizadas mais de 1.200 reuniões entre produtores e compradores internacionais, com perspectivas de geração de negócios de cerca de US\$ 38,5 milhões de fevereiro a outubro.

Durante esse período, foram realizadas 27 capacitações coletivas voltadas para os setores de cafés especiais, cacau e chocolates, frutas, agroindústrias e mel. Além disso, 79 participantes do Agro.BR tiveram a oportunidade de participar de missões internacionais para México, Canadá, Colômbia, China, Peru e Dubai, que geraram US\$ 43 milhões em previsão de negócios. Outras ações apoiadas pelo Agro.BR foram: rodada de negócios híbrida na E-Agro e na Semana Internacional do Café, presencialmente e com compradores internacionais, que geraram, respectivamente, US\$1,9 milhões e US\$ 57 milhões em negociações.

Outro destaque do ano foi a consolidação do programa Aterrissagem em e-commerce, lançado em 2023, que selecionou 50 empreendedores rurais para serem capacitados sobre a venda em plataformas internacionais. Foram produzidos 111 planos de ação com foco nos mercados dos Emirados Árabes Unidos, de Singapura, dos Estados Unidos, da China e global, distribuídos em plataformas de e-commerce.

A iniciativa AgroBR.Mulheres selecionou e capacitou 12 empreendedoras rurais de diferentes regiões do Brasil em sua primeira edição. O objetivo do programa é ampliar as competências e habilidades das mulheres para atuar no mercado internacional.

Outra ação destaque deste ano foi a ampliação de atendimentos prestados por meio da parceria com o Senar, o programa ATeG+Exportação, com mais de 900 horas de atendimentos para propriedades atendidas pela ATeG com potencial para exportação. Nesta etapa, já foram atendidos 415 produtores rurais oriundos da ATeG e capacitados para exportação.

## PERSPECTIVAS 2025

Em 2025, o Agro.BR dará um salto ainda maior. A renovação do convênio com a Apex-Brasil e a parceria com o Sebrae abrirão novas oportunidades para os produtores, estando entre elas:

- Expansão do alcance: O programa atenderá 3.000 produtores, com um time de 18 consultores especializados.
- Inovação tecnológica: A implementação de inteligência artificial permitirá um atendimento mais personalizado e eficiente.
- Foco nos setores: Serão oferecidos serviços especializados para diferentes segmentos, como cafés especiais, cacau e chocolates, mel, frutas e produtos da biodiversidade.
- Empoderamento feminino: O AgroBR.Mulheres será fortalecido, com ações específicas para aumentar a participação das mulheres no mercado internacional.
- Capacitação digital: O uso de EaD permitirá ampliar o alcance das ações de sensibilização e capacitação.



# Programas de Promoção da Imagem do Agro

1. O Programa AgroPressTrip da Diretoria de Relações Internacionais visa apresentar a realidade da produção agropecuária brasileira a jornalistas e correspondentes de veículos de imprensa internacional. Durante a visita às propriedades, os produtores rurais contam sua história, os exemplos de produção sustentável e as boas práticas adotadas no Brasil, muitas vezes desconhecidas pelo público estrangeiro.
2. Em 2024, foi realizada a segunda edição do programa, dessa vez para mostrar a fruticultura no Vale do São Francisco, englobando propriedades em Juazeiro-BA e Petrolina-PE. Ao todo, participaram 22 jornalistas de 11 países estrangeiros e 14 veículos de comunicação diferentes.
3. Para o ano de 2025, a proposta é intercalar a realização de AgroPressTrip com o programa de Intercâmbio AgroBrazil. Esse programa leva diplomatas estrangeiros que cobrem os temas da agropecuária aqui no Brasil para conhecer a realidade sustentável de nossa produção, permitindo diálogo direto com os produtores brasileiros.
4. Também pretende-se retomar a iniciativa Diplomatas no Campo, com o propósito de levar diplomatas brasileiros para conhecer a realidade da produção agropecuária no interior do país e ajudá-los, assim, na preparação técnica para melhor defender os interesses do setor no exterior.



---

## Assistência Técnica e Gerencial

A Assistência Técnica e Gerencial (ATeG) do Senar está comprometida em modernizar e tornar o agronegócio brasileiro mais sustentável, com foco em aumentar a renda dos produtores e garantir a segurança alimentar da população. Por intermédio de iniciativas inovadoras, a instituição busca fortalecer a cadeia produtiva e promover a conservação ambiental, assegurando um futuro promissor para o agronegócio brasileiro.

A ATeG oferece um programa gratuito e personalizado para pequenos produtores rurais por meio de visitas mensais realizadas por técnicos especializados, que acompanham cada propriedade rural por dois anos, período suficiente para implementar e avaliar as melhorias propostas e os resultados.

Essa metodologia inovadora promove a adoção de práticas sustentáveis e o aumento da renda dos produtores. Ao identificar os pontos fortes e críticos de cada propriedade, os técnicos elaboram planejamentos personalizados para otimizar a produção e a gestão dessas propriedades dentro de cada realidade.

Além de aumentar a produtividade e a rentabilidade, também contribui para a melhoria da qualidade de vida dos produtores e de suas famílias, promovendo o desenvolvimento social e econômico das comunidades rurais. Ao difundir tecnologias de produção e práticas gerenciais, a ATeG garante que os alimentos sejam produzidos de forma mais eficiente e com menor impacto ambiental.

A principal característica da ATeG é a sua abordagem individualizada e especializada, que permite acompanhar de perto a evolução de cada propriedade e medir os resultados obtidos. Por meio de indicadores de renda e eficiência, é possível avaliar o impacto das ações implementadas e ajustar as estratégias sempre que necessário.

## BALANÇO 2024

### Um ano de impacto e crescimento

O ano de 2024 foi marcado por um avanço significativo da Assistência Técnica e Gerencial (ATeG), com resultados expressivos em diversas frentes. Os dados demonstram um trabalho consistente e de grande alcance, impactando positivamente a vida de milhares de produtores rurais em todo o país.

O número de propriedades atendidas em 2024 apresentou um crescimento substancial, com mais de **50 mil novas propriedades atendidas**, indicando um aumento na demanda por assistência e um maior alcance do programa. Atualmente, mais de **140 mil propriedades estão em atendimento contínuo da ATeG**, demonstrando a importância desse trabalho para a sustentabilidade das propriedades rurais. Ao todo, já foram atendidas mais de **374 mil propriedades desde o início das ações**.

A intensa atividade em campo, com mais de **1 milhão de visitas realizadas durante o ano e mais de 5,1 milhões de visitas desde 2014**, evidencia a dedicação da equipe técnica e a proximidade com os produtores rurais, que são **92% de perfil fundiário** classificado como minifúndio e pequena propriedade. Paralelamente, o forte investimento em qualificação profissional, por meio de capacitações, capacitou **2.528 técnicos de campo e supervisores** para oferecer um serviço de alta qualidade. A equipe, composta por mais de **7 mil profissionais**, incluindo técnicos, supervisores e coordenadores estaduais, garante a cobertura das diversas regiões e atividades produtivas do país.

Os resultados alcançados demonstram o sucesso da ATeG em expandir seu alcance, contribuindo para o desenvolvimento do agronegócio brasileiro. O acompanhamento técnico e gerencial proporcionado pela ATeG tem contribuído para aumentar a produtividade e a rentabilidade das propriedades rurais, além de promover práticas agrícolas mais eficientes, alinhadas com os princípios da sustentabilidade. A ATeG também tem fortalecido a cadeia produtiva, conectando os produtores a mercados e tecnologias.



## Perspectivas 2025: um olhar da Assistência Técnica e Gerencial para o futuro do agronegócio brasileiro

O Senar, por meio de sua Assistência Técnica e Gerencial (ATeG), tem como objetivo principal fortalecer o agronegócio brasileiro, aumentando a renda e a produtividade dos produtores rurais.

O ano de 2025 será marcado por uma série de iniciativas estratégicas da ATeG para promover o desenvolvimento sustentável. A meta é atender mais de **191 mil propriedades** em **31 atividades produtivas**, com destaque para bovinocultura de leite e de corte, fruticultura, olericultura e apicultura.

Para oferecer um atendimento cada vez mais personalizado e eficiente, investiremos em novas tecnologias e plataformas digitais, com novas funcionalidades no aplicativo Conecta Produtor e a ampliação das ações da Academia ATeG.

### Projetos estratégicos para 2025

A capacitação dos profissionais da ATeG será intensificada pela Academia ATeG, que oferecerá cursos e programas de treinamento para técnicos e supervisores por meio da educação corporativa.

A ATeG Universitária, que promove a integração entre a academia e o mercado, oportuniza estágios vivenciais aos estudantes de ciências agrárias e preparam os futuros profissionais de maneira mais próxima à realidade dos produtores e das tecnologias em campo.

Ainda nesse aspecto de formação de profissionais mais preparados, a Academia ATeG trará uma nova modalidade, a Residência Agropecuária, que estará focada tanto nos futuros profissionais quanto nos recém-formados que acompanharão a equipe de campo da ATeG. Além do resultado direto na preparação de profissionais mais qualificados para atendimento aos produtores rurais, permitirá mais aproximação entre o Senar e empresas rurais, universidades e escolas técnicas.

Nos projetos de atendimento aos produtores, destacamos o projeto ATeG Total representa uma expansão inovadora da ATeG, o Programa de Incentivo ATeG, o maior programa de ATeG do Senar, tem como objetivo de impulsionar o crescimento da ATeG, o FIP Paisagens Rurais que implementa práticas de gestão de paisagens em propriedades rurais do Bioma Cerrado, bem como os projetos das Administrações Regionais do Senar.

A área da aquicultura também será destaque, com o projeto Aquicultura Brasil, em cooperação com o Ministério da Pesca e Aquicultura, que promove o desenvolvimento da aquicultura no país.

Ampliando os resultados da ATeG, o Senar Serviços oferece ações especializadas em áreas como agroindústria, práticas ESG, mecanização e irrigação, que auxiliam os produtores a atenderem requisitos de mercado e a adotarem boas práticas. O Agente de Negócios agrega no fortalecimento e na comercialização dos produtos por meio de negociações coletivas, busca por novos mercados e levantamento de necessidades de consumidores aos produtores atendidos pela ATeG.



---

## Formação Técnica

A oferta dos cursos de educação profissional técnica de nível médio do Senar, nas modalidades de ensino presencial e a distância, representa um avanço no compromisso finalístico de proporcionar ao produtor, ao trabalhador rural e aos seus familiares a aquisição de novas competências profissionais requeridas pela natureza do trabalho no campo.

Além disso, a formação técnica traz como inovação o investimento em construção das unidades de ensino do Senar, dotadas de espaços físicos sustentáveis, com ambientes educacionais contemporâneos e equipamentos didáticos voltados à execução das atividades formativas.

Desde 2014, as ações da diretoria responsável pela gestão da formação técnica se concentraram nas estratégias de operação dos cursos técnicos e de construção das unidades de ensino, denominadas centros de excelência. Em razão disso, no segundo semestre de 2024, ocorre a reestruturação da Diretoria, com a mudança nominal para Diretoria de Educação Formal e Infraestrutura.

### BALANÇO 2024

O Senar oferece a formação profissional técnica, a partir da identificação dos novos perfis profissionais e das novas competências. Em 2024, ocorre o lançamento de mais um curso técnico, na modalidade a distância, para atender à demanda da produção agrícola em todas as regiões brasileiras. O técnico em agricultura amplia as oportunidades para jovens e adultos do campo obterem conhecimento técnico especializado.

O portfólio de cursos técnicos EaD passa a ser composto por cinco cursos: o Técnico em Agronegócio, o Técnico em Agricultura (novo), o Técnico em Florestas, o Técnico em Fruticultura e o Técnico em Zootecnia.

Neste ano tiveram destaque: as ações de lançamento do compêndio “Semeando saberes”, coletânea com as principais informações e documentos da formação técnica do Senar, nos formatos HTML interativo e PDF para impressão; e a realização da segunda pesquisa de avaliação de impacto dos egressos referente ao universo de formados em três cursos técnicos EaD (Técnico em Agronegócio, Técnico em Fruticultura e Técnico em Zootecnia).

Além disso, destaca-se a ação iniciada em 2024, de integração com a Assistência Técnica e Gerencial do Senar (ATeG), desde a identificação do perfil profissional e elaboração da organização curricular até a produção de conteúdos didáticos, de modo a garantir, no processo de formação técnica, as competências necessárias para atuação nessa área.

Em 2024, foram realizados dois processos seletivos (1º e 2º semestre) com a abertura de vagas para ingresso de novos estudantes nos cinco cursos técnicos EaD (Agronegócio, Agricultura, Florestas, Fruticultura e Zootecnia), num total de **6.955** vagas ofertadas em polos de ensino distribuídos nas cinco regiões brasileiras.

A soma dos ingressantes com os alunos das turmas em andamento resultou em **10.682** estudantes ativos nos cursos técnicos EaD do Senar.

No tocante aos egressos dos cursos técnicos, desde 2015, o somatório de estudantes que concluíram as qualificações técnicas e a habilitação alcançou o total de **10.892** formados.



**10.682** estudantes ativos nos cursos técnicos EaD do Senar.



**10.892** estudantes formados entre qualificações técnicas e a habilitação

## Perspectivas 2025

O planejamento das ações de formação técnica para o próximo ano envolve a consolidação do projeto com a ATeG do Senar, alcançando as etapas de revisões técnicas e de análise das execuções dos novos conteúdos elaborados com as contribuições efetivas da referida equipe.

Em 2025, a formação técnica do Senar completa dez anos de execução, oportunidade de apresentação dos principais resultados alcançados ao longo dessa década, e de lançamento do curso técnico em Agropecuária, a distância, ampliando o portfólio de cursos técnicos ofertados gratuitamente, em todo o país.

Ademais, o planejamento da educação formal envolve a elaboração de novos cursos, a partir da escuta qualificada das demandas, na qual as contribuições dos produtores e de mercado subsidiam a definição do perfil profissional para a oferta em todo país, considerando o modelo institucional de formação por competência.

A operação sistêmica dos cursos técnicos EaD e presencial, com a disponibilização dos sistemas informatizados de gestão escolar, de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e de processo seletivo.

Por fim, sobre a capacitação de agentes, em 2025 será realizada a oferta de dois cursos para os agentes envolvidos na formação técnica do Senar. Na sequência, segue tabela com os dados dos cursos e dos participantes.





Os Centros de Excelência em Formação Técnica Profissionalizante representam um marco na atuação formativa do Senar, com a edificação de unidades de ensino para o desenvolvimento de atividades educacionais, pesquisa e difusão de conhecimentos.

Os centros têm infraestruturas modernas projetadas para garantir conforto e acessibilidade a suas atividades, sendo dotados de tecnologias que permitem o uso de recursos renováveis sustentáveis e econômicos.

A infraestrutura envolve, também, a aquisição de mobiliário, equipamentos de informática e dos laboratórios didáticos para atender ao modelo estratégico das ofertas formativas de Educação Profissional Rural, Técnica de nível médio e Superior de Tecnologia, nas modalidades de ensino presencial e a distância.

A rede é composta pelos centros e pelos polos de ensino, espaços flexíveis para a realização das atividades de ensino dos cursos a distância.



## **BALANÇO 2024**

As principais ações de infraestrutura, em 2024, foram:

- 1.** Conclusão dos projetos executivos de engenharia e arquitetura para os Centros de Excelência em Cana-de-açúcar (Ribeirão-SP), em Zootecnia (Feira de Santana-BA) e em Grãos, Fibras e Oleaginosas (Tangará da Serra-MT);
- 2.** Elaboração do termo de referência e acompanhamento da licitação para contratar o serviço de obra de construção do Centro de Excelência em Cana-de-açúcar (Ribeirão-SP);
- 3.** Contratação do serviço de obra do Centro de Excelência em Cana-de-açúcar (Ribeirão-SP);
- 4.** Contratação e início do serviço de obra do Centro de Excelência em Zootecnia (Feira de Santana-BA);
- 5.** Contratação e início do serviço de obra do Centro de Excelência em Grãos, Fibras e Oleaginosas (Tangará da Serra-MT);
- 6.** Elaboração do termo de referência de aquisição dos mobiliários para o Centro de Excelência em Grãos, Fibras e Oleaginosas (Tangará da Serra-MT);
- 7.** Elaboração, juntamente com a equipe de TI, do termo de referência para aquisição dos equipamentos de informática do Centro de Excelência em Grãos, Fibras e Oleaginosas (Tangará da Serra-MT); e
- 8.** Ampliação do número de polos de ensino para 248, distribuídos nas cinco regiões brasileiras.

Na sequência é apresentada a descrição dos centros de excelência, em 2024, nas situações “em operação” e “em fase de implantação”, considerando a denominação da cadeia produtiva para a qual são voltados e a localização do município e do estado federativo.

<b>03 centros de excelência em operação</b>	
Unidade de Ensino	Localização
Centro de Excelência em Fruticultura	Juazeiro-BA
Centro de Excelência em Bovinocultura de Corte	Campo Grande-MS
Centro de Excelência em Cafeicultura	Varginha-MG

<b>03 centros de excelência em implantação</b>	
Unidade de Ensino	Localização
Centro de Excelência em Grãos, Fibras e Oleaginosas	Tangará da Serra-MT
Centro de Excelência em Zootecnia	Feira de Santana-BA
Centro de Excelência em Cana-de-Açúcar	Ribeirão Preto-SP

## Perspectivas 2025

As inovações nos processos se estendem aos projetos de infraestrutura das unidades de ensino do Senar, a exemplo da instalação de salas Google, espaços informatizados e interativos, com ambientes educativos que geram experiências de aprendizado envolventes e proporcionam ao estudante a formação para atuar nas atividades do futuro.

Além disso, o planejamento das ações para 2025 contempla o avanço da rede de ensino, ordenado pelas seguintes atividades:

- Conclusão da segunda etapa da obra do Centro de Excelência em Grãos, Fibras e Oleaginosas;
- Compra e instalação dos equipamentos e mobiliários para o Centro de Excelência em Grãos, Fibras e Oleaginosas;
- Execução da obra do Centro de Excelência em Cana-de-Açúcar;
- Elaboração do termo de referência para aquisição do mobiliário do Centro de Excelência em Cana-de-Açúcar-SP;
- Execução da obra do Centro de Excelência em Zootecnia;
- Compra e instalação dos equipamentos e do mobiliário para o Centro de Excelência em Zootecnia;
- Inauguração do Centro de Excelência em Grãos, Fibras e Oleaginosas no segundo trimestre;
- Inauguração do Centro de Excelência em Zootecnia no terceiro trimestre; e
- Implantação de três centros de inovação localizados nas cidades de Salvador-BA, Belo Horizonte-MG e São Paulo-SP.

As ações de Formação Profissional Rural a distância do Senar acompanham as tendências do setor educacional, proporcionando uma qualificação cada vez mais interativa, digital e personalizada. Os cursos na modalidade EaD têm como objetivo contemplar tanto as Administrações Regionais quanto o produtor e trabalhador rural, atendendo a diversas cadeias produtivas e oferecendo conteúdos em diversos formatos.

O aplicativo Senar Play foi criado para fortalecer a capacitação no meio rural, garantindo maior acessibilidade e facilidade. Disponível para dispositivos iOS e Android, o aplicativo permite que os alunos acessem gratuitamente os conteúdos da plataforma online, diretamente de seus celulares ou tablets, proporcionando flexibilidade para o aprendizado em qualquer lugar.

Atualmente, o Senar Play centraliza, em uma única plataforma, todas as soluções educacionais digitais do Senar: cursos a distância, cartilhas, vídeos, tour virtual 360°, séries, podcasts e web séries. Todos os conteúdos são gratuitos e os cursos emitem certificado.

## **BALANÇO 2024**

Em 2024, ocorreu a unificação das informações e do layout do Portal EaD e do Senar Play, acompanhada do lançamento de um aplicativo que facilitou ainda mais o acesso às soluções educacionais digitais. No mesmo ano, novos cursos a distância foram lançados, incluindo versões adaptadas para o WhatsApp, vídeos em 360° e cartilhas em formato digital dotadas de interatividade. Além disso, os vídeos vencedores do 4º Concurso de Vídeos enriqueceram o portfólio da plataforma.

As cartilhas receberam aprimoramentos com tecnologia de leitura em PDF e e-books interativos, proporcionando uma experiência mais imersiva ao leitor. A realidade aumentada, presente em algumas dessas cartilhas, foi elevada com técnicas de escaneamento avançadas, tornando a interação ainda mais realista e envolvente.

## Perspectivas 2025

Para 2025, estão previstas reformulações no Senar Play, incluindo melhorias na navegabilidade e no layout, com a meta de atingir 600 mil matrículas em cursos a distância, que serão acessíveis via ambiente virtual de aprendizagem, aplicativo e WhatsApp.

Há ainda a previsão de desenvolvimento e lançamento de 30 novos cursos, com carga horária variando entre 3 e 20 horas.

Serão lançados 10 novos títulos de cartilhas com previsão de atualização de cinco títulos já existentes. Em relação aos vídeos 360°, serão produzidos seis novos com temas relevantes para o setor agropecuário.



O CNA Jovem é um programa voltado a identificar, desenvolver competências e integrar jovens lideranças em todos os estados do Brasil e preparar uma nova geração de líderes empreendedores capazes de assegurar a sucessão e a inovação no setor agropecuário. A partir dessa iniciativa, busca-se fortalecer o Sistema CNA/Senar, suas federações e seus sindicatos, garantindo uma sucessão sólida e estratégica para o futuro do agronegócio brasileiro.

## BALANÇO 2024

Em 2024, o CNA Jovem passou por uma nova revisão em seu formato com a finalidade de atender às novas expectativas do Sistema CNA/Senar e acompanhar as transformações e demandas do setor e dos jovens.

Para garantir que o desenvolvimento de novas lideranças esteja alinhado ao atual perfil de liderança desejado pelo setor, um processo de revisão e mapeamento de competências e definição de perfil para uma nova liderança do agro foi ricamente conduzido.

Com isso, uma nova edição com muitas inovações em seu formato foi redesenhada de modo a tornar a jornada de desenvolvimento do líder totalmente alinhada à crescente demanda por lideranças que possam impulsionar a agropecuária brasileira para um patamar estratégico, inovador, eficiente e sustentável.

## Perspectivas 2025

Ao longo de 2025, o Programa CNA Jovem realizará sua 6ª edição. Após o encerramento das inscrições em janeiro, os participantes iniciarão uma jornada estruturada em três fases classificatórias: trilha seletiva e informativa, trilha estadual e trilha nacional. Durante o programa, eles participarão de avaliações, oficinas, encontros, mentorias e atividades práticas, desenvolvendo competências essenciais para a liderança no setor. Ao final da jornada, os jovens com maior potencial de liderança serão reconhecidos.



---

## Aprendizagem Profissional Rural

A aprendizagem profissional é uma política pública de inclusão produtiva de jovens de 14 a 24 anos. Promove a primeira experiência profissional por meio de um contrato formal de trabalho e de formação profissional. É uma política de grande relevância para as juventudes do meio rural, pois desenvolve oportunidade de trabalho dentro do que é permitido legalmente para os jovens.

O Senar desenvolve soluções de aprendizagem profissional rural que traduzem formação e trabalho em resultados para as empresas e em algo motivador, interessante e que faz diferença e sentido para a vida dos jovens.

### BALANÇO 2024

Em 2024, o Senar realizou turmas de Aprendizagem Profissional Rural, com matrícula de aprendizes nos moldes da Portaria MTP nº 671/2021, atendendo às demandas dos produtores rurais. As administrações Regionais do Senar ofertaram aprendizagem profissional em 2024 e seus resultados quanto ao número de concluintes variaram conforme a demanda de cada unidade federativa.

O Senar Central desenvolveu ações em articulação com as Administrações Regionais que resultaram, entre outras coisas, na criação do primeiro plano de curso nacional de Aprendizagem Profissional Rural em serviços administrativos.

## Perspectivas 2025

Para 2025, o Senar tem a previsão de formar 8.963 aprendizes em 313 turmas de Aprendizagem Profissional Rural. A oferta está programada por 14 Administrações Regionais: Alagoas, Bahia, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Roraima, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Sergipe.

Está prevista, ainda, a realização de encontros entre o Senar Central e as Administrações Regionais que ofertam Aprendizagem Profissional Rural com o intuito de compartilhar boas práticas, experiências e realizar formação profissional.





## Educação Corporativa

A Educação Corporativa do Senar celebrou, em 2024, seu primeiro ano, consolidando-se como uma plataforma essencial para o desenvolvimento contínuo dos colaboradores.

### BALANÇO 2024

Com uma identidade visual renovada e a inclusão de funcionalidades interativas, a plataforma facilitou a orientação e o acompanhamento do aprendizado, disponibilizando 84 cursos organizados em trilhas de aprendizagem, além de vídeos e podcasts. Eventos importantes – como a palestra Brevidade Inteligente e IA, o Workshop de Drones e o Seminário Agricultura 4.0 – marcaram o ano com sucesso, promovendo o desenvolvimento de habilidades técnicas e metodológicas. Foram mais de **11.676** usuários e **12.514** certificados emitidos.



**11.676** usuários



**12.514** certificados emitidos

## Perspectivas 2025

Para 2025, a expectativa é de ampliação, com o lançamento de 50 novos cursos, somando 134 ofertas na plataforma. A diversificação de formatos, como podcasts e vídeos, será fortalecida, além de ser dado um foco maior na personalização das trilhas de aprendizagem. A inovação tecnológica continuará como um pilar, com a incorporação de novas ferramentas e o uso ampliado do aplicativo da Educação Corporativa, visando maximizar o impacto das ações educacionais e reforçar a cultura de aprendizagem contínua.

**Boas-vindas ao Senar Educação Corporativa**

Este é um espaço no qual os nossos colaboradores têm a oportunidade de aprimorar sua qualificação técnica e atualizar seus conhecimentos em diversas temáticas.

Os cursos são organizados em trilhas de aprendizagem, voltadas para o desenvolvimento dos diversos cargos e funções.

### As Trilhas de Aprendizagem

As trilhas de aprendizagem são caminhos flexíveis para o desenvolvimento pessoal e profissional, visando a excelência dos membros da organização, com trilhas específicas e uma transversal, nas quais cada colaborador será matriculado conforme sua atuação no **Sistema CNA/SENAR**.

- Trilha **Técnica**
- Trilha **Liderança**
- Trilha **Agentes**
- Trilha **Transversal**



O Programa Saúde no Campo tem como objetivo promover a saúde dos produtores rurais, trabalhadores e seus familiares, assistidos pela ATeG, por meio de visitas domiciliares. O objetivo é ofertar a telessaúde no campo como estratégia para o cuidado.

O foco será na educação para a promoção da saúde e prevenção de doenças, com consultas por meio da telessaúde no campo, tendo o técnico em saúde rural como mediador para o acesso às tecnologias.

Haverá, ainda, um supervisor técnico de saúde no campo, que acompanhará até 15 técnicos de saúde rural.

Cada técnico atenderá até 30 propriedades, em média cinco pessoas por família, perfazendo um total de, no máximo, 150 pessoas. Um supervisor será responsável por 15 técnicos em saúde rural.

## Balanço 2024

Foi realizada uma capacitação presencial do Programa Saúde no Campo com 35 profissionais de saúde: técnicos de enfermagem, enfermeiros e os coordenadores de Promoção Social que atuarão em pilotos nos estados da Bahia, do Mato Grosso e do Tocantins, de acordo com o seguinte cronograma:

BA	25/10 a 30/10
TO	06/11 a 07/11
MT	18/11 a 22/11

Houve a elaboração de materiais instrucionais com as temáticas de menopausa e câncer de pênis para subsidiar o Programa Saúde no Campo.

## Perspectivas 2025

Serão analisados os pilotos que foram implantados nos estados da Bahia, do Mato Grosso e do Tocantins e ampliados para mais 20 estados a partir de fevereiro de 2025.

## Perspectivas 2025

Para 2025, a Faculdade CNA pretende se manter firme em sua missõ, consolidando parcerias e ampliando seu escopo de projetos acadêmicos, sobretudo com foco em novos cursos livres de extensõ. O objetivo é atender às necessidades do Sistema CNA/Senar como um todo.

Ainda em 2025, será lançada a terceira edição da capacitaçõ sobre seguros rurais, com foco em produtores rurais, corretores de seguros e peritos agrícolas.

Por fim, a Faculdade CNA desenvolverá novos projetos de extensõ para incentivar ainda mais a interaçõ dos polos locais com suas comunidades e lançará novos projetos de pesquisa no programa de pesquisa e iniciaçõ científica.





Saúde da  
Mulher Rural



Saúde do  
Homem Rural

Com o objetivo de criar oportunidades de educação e informação sobre prevenção de doenças e saúde para a mulher e o homem do campo, o Senar vem, desde 2016, ampliando as ações, buscando a melhoria na saúde integral dos produtores rurais, trabalhadores rurais e familiares. O intuito é sensibilizar, proporcionar autonomia para escolhas corretas e promover a saúde física e mental, bem como mudanças de comportamento que impactem a qualidade de vida individual e coletiva da população do meio rural.

Em 2024, os eventos de Saúde da Mulher e do Homem Rural tiveram a adesão de **21.115** pessoas, com incremento de ações de saúde bucal em alguns estados.

Foi realizada uma formação presencial do Programa Saúde do Adolescente (PSAR), capacitando 30 educadores para atuarem nos seus respectivos estados.

## Perspectivas 2025

Estão previstas novas parcerias para ampliação das ações dos Programas de Saúde do Homem e da Mulher Rural.

Planeja-se, ainda, a implantação de novas ações de oferta de serviços, com tratativas para parcerias com o objetivo de ofertar exames de mamografia, câncer de pele e de boca, como também exames de sangue para a saúde da mulher.

Outra meta é ampliar as ações com relação às doenças crônicas hipertensão, diabetes, colesterol alto e obesidade, com oficinas e palestras nos eventos de Saúde da Mulher e do Homem Rural. Haverá distribuição de material sobre essas doenças e ainda sobre menopausa e câncer de próstata durante as visitas domiciliares rurais do Programa Saúde no Campo.



O Programa de Rastreabilidade Animal do Sistema CNA/Senar/ICNA, conhecido como Agritrace Animal, agrega valor à produção pecuária por meio da certificação e da rastreabilidade, garantindo transparência da fazenda até o consumidor. O programa reúne protocolos de adesão voluntária (Decreto 7.623/2011) que abrangem raças, bem-estar animal, sustentabilidade e produção de laticínios. Isso beneficia pecuaristas com aumento de renda, frigoríficos com produtos diferenciados e o varejo com produtos certificados, de qualidade e procedência garantidas.

## BALANÇO 2024

Em 2024, o Programa Agritrace Animal modernizou e expandiu seu sistema de rastreabilidade e gestão de protocolos. A plataforma, relançada em um evento em junho, foi bem recebida pelos detentores de protocolos e hoje conta com **23** protocolos homologados nas áreas de sustentabilidade, raças, qualidade, ovinocultura, bovinocultura de corte e leite, equídeos, suínos e bem-estar animal, além de protocolos específicos para exportação.

## Perspectivas 2025

Em 2025, o Programa Agritrace Animal concentrar-se-á em ações estratégicas para aprimorar a gestão de seus protocolos, entre as quais destacam-se:

1. Na comunicação, uma série de iniciativas para fortalecer os protocolos homologados e suas marcas e informar o consumidor sobre protocolos de qualidade e rastreabilidade;
2. O lançamento de uma cartilha com orientações diretas aos detentores de protocolos para o enfrentamento de fraudes junto aos órgãos responsáveis; e
3. A ampliação da quantidade de protocolos homologados.



Desenvolvido pelo Instituto CNA, oferece suporte gratuito aos produtores de frutas e hortaliças para atender às normas de rastreabilidade da cadeia produtiva. Essa plataforma garante que produtos destinados à alimentação humana sejam identificados e monitorados do campo até o consumidor final, assegurando controle de resíduos de defensivos agrícolas em todo o Brasil.

## BALANÇO 2024

Em 2024, o Agritrace Vegetal apoiou quase **2 mil** produtores e **48** centros de distribuição, entre varejistas e atacadistas, com cerca de **17 mil** etiquetas e QR codes emitidos em todo o país. Com foco em praticidade e acessibilidade, a plataforma tem se destacado como solução confiável para a cadeia produtiva. Um marco foi a parceria com o CEASA Pernambuco, grande avanço para expandir e popularizar o sistema.

## Perspectivas 2025

O Agritrace Vegetal contará com uma nova plataforma, visando ampliar o atendimento aos diferentes usuários. Entre as metas estão:

1. O aprimoramento da usabilidade, a criação de painéis de inteligência, a geração de relatórios e o desenvolvimento de ferramentas para integração com notas fiscais, cadernos de campo e receituários agrônômicos;
2. O desenvolvimento de um perfil específico para CEASAs; e
3. A introdução de protocolos privados de produtos de origem vegetal (cacau, mel, queijos).

## BALANÇO 2024

O RetifiCAR foi criado em 2023, iniciando sua atuação em Minas Gerais e Rondônia. Em 2024, o projeto foi ampliado para Ceará, Goiás, Alagoas e iniciadas as tratativas com os estados de Tocantins e do Rio de Janeiro. Foram realizados mais de **1.300 atendimentos** no referido ano, resultando na retificação de mais de 700 cadastros e beneficiando produtores que, em maioria, buscaram o projeto para resolver problemas relacionados a crédito e aposentadoria rural.

O modelo de atendimento em mutirões envolvendo outras parcerias, como cooperativas de crédito, foi a estratégia que rendeu o significativo aumento de adesões ao RetifiCAR em 2024.

## PERSPECTIVAS 2025

Em 2025 será dada continuidade ao processo de retificação dos Cadastros Ambientais Rurais (CARs) dos produtores que passaram por atendimento em 2024 pelo RetifiCAR. Além disso, serão iniciados os atendimentos nos estados de Tocantins e do Rio de Janeiro.

A perspectiva é realizar mais **1.500 atendimentos** e concluir as retificações e validações dos **1.300 cadastros** dos produtores atendidos em 2024.

Considerando que o CAR é um instrumento que extrapola a fronteira da regularização ambiental, o RetifiCAR possibilitará, também, o acesso a outros benefícios, como crédito rural e cálculos precisos do ITR, já que o CAR será considerado, a partir de 2025, para fins de cálculo da área tributável.



Fruto de uma parceria inédita entre a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), o Instituto CNA (ICNA) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), a plataforma IG tem o objetivo de disponibilizar aos pequenos negócios e entidades requerentes das Indicações Geográficas (IGs) brasileiras de cafés, um sistema de gestão, controle e rastreabilidade, o qual assegure, aos consumidores, produtos de qualidade baseados em sua origem. O ICNA atua na concepção, gestão operacional e financeira do projeto.

## BALANÇO 2024

Desenvolvimento da plataforma finalizado, possibilitando, desse modo, a emissão dos primeiros selos de IGs (com código de resposta rápida ou QR Code) para cafés. O projeto contou com a adesão da mais nova IG registrada no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI): Café da Chapada Diamantina, totalizando **15** IGs aderentes ao projeto, **4.323** propriedades e **3.548** produtores de cafés cadastradas.

Lançamento da plataforma na Semana Internacional do Café (SIC) e no evento Origens Brasileiras – VI Evento Internacional de IGs e Marcas Coletivas, bem como do curso de Educação a Distância do Senar sobre IGs.

## Perspectivas 2025

Um novo acordo entre as entidade parceiras será formalizado para expandir a plataforma as cadeias de mel e de queijos, com a expectativa de incluir mais **12** entidades detentoras de Indicações Geográficas e de seus produtores associados.

Já para as Indicações Geográficas de cafés, a parceria será estendida para que todas as associações detentoras das IGs sejam capacitadas na plataforma. Além disso, toda a operação da plataforma será coordenada pelo Instituto CNA e parceiros.



Ambiente de inovação dedicado a mapear e tornar as soluções tecnológicas acessíveis aos produtores rurais. Com visão de desenvolvimento e consolidação de negócios inovadores, atua para transformar ideias disruptivas em soluções práticas e eficientes para o agro. Ao valorizar a inovação aberta, promove testes e validações de tecnologias das startups, sempre em linha com os desafios enfrentados no campo.

## BALANÇO 2024

Em 2024, o HUB CNA atuou em três linhas principais. Primeiro, em parceria com a ATeG Senar, realizou o estudo "Desafios Tecnológicos do Agro 2024". A pesquisa envolveu mais de **12 mil** produtores rurais e técnicos de campo de todas as regiões do país, abrangendo **13** cadeias produtivas. A iniciativa trouxe, ainda, um diagnóstico de desafios e oportunidades para a inovação na agropecuária brasileira.

Além disso, o HUB CNA promoveu o Programa de Impulsão de Startups, com resultados bastante significativos:

**268** Startups inscritas  
**160** Startups diagnosticadas  
**147** Startups trilhadas  
**127** Startups Certificadas



4 países

**14** encontros online  
**17** Mentores e facilitadores  
**40** horas de capacitação  
**+40** horas de consultorias individuais

Em 2024, **11** startups foram selecionadas para testes em campos, conhecidos como Provas de Conceito (POCs). Destas, três soluções já foram validadas; uma não atestada; quatro em fase de testes; e outras três, selecionadas no Programa de Impulsão.

Com o Programa de Impulsão e as Provas de Conceito, o portfólio de startups do HUB CNA chegou a **137** empresas.

## PERSPECTIVAS 2025

Espera-se consolidar o HUB CNA como referência em inovação aberta, reconhecido nacionalmente. O propósito é intensificar o mapeamento de soluções inovadoras e torná-las, efetivamente, disponíveis para os produtores rurais. Espera-se alcançar **160** startups apoiadas e executar, no mínimo, 15 Provas de Conceito (POCs). Cada uma dessas startups trará ideias e tecnologias inovadoras para contribuir com o desenvolvimento do setor rural. As POCs, por sua vez, possibilitarão validar essas soluções diretamente no campo, acelerando, assim, a sua adoção.





O sistema CNA/Senar/ICNA posiciona-se, mais uma vez, de forma evidente, no setor agropecuário, como um dos mais relevantes facilitadores de inovação. Somando-se a outras iniciativas existentes, a plataforma Inova + Campo busca fomentar e apoiar o desenvolvimento e os testes de tecnologias aplicáveis ao pequeno e médio produtor rural.

O objetivo é aproximar atores de diversos setores, dos desafios identificados diretamente junto aos produtores rurais. Complementa-se com a aplicação de recursos financeiros e intelectuais na busca por adaptar e/ou construir soluções adequadas, técnica e economicamente, para a realidade do campo.

## **BALANÇO 2024**

A provocação inicial do projeto nasce no início do ano de 2024, com a meta de ser lançado ainda no mesmo ano. O processo correu, simplificada, por modelagem de operação, seleção de fornecedores, aprovações internas e validação do primeiro desafio.

Em novembro de 2024, foi lançada, oficialmente, pelo Instituto CNA, a plataforma Inova + Campo para as 27 Administrações Regionais do Senar e as suas respectivas federações, além da divulgação abrangente para o público-alvo do primeiro desafio tecnológico proposto: Mecanização e Automação de Pequenas e Médias Propriedades Rurais.

## **Perspectivas 2025**

No primeiro trimestre de 2025, será executada a primeira seleção de projetos a serem apoiados pelo Inova + Campo, com aplicação de recursos financeiros e intelectuais voltados para o desenvolvimento, adaptação e testes de soluções aplicadas do desafio de mecanização e automação de pequenas e médias propriedades rurais.

Somando-se ao acompanhamento dos projetos selecionados, serão avaliados novos desafios aderentes às necessidades identificadas junto aos produtores.



Mecanismo de crédito ágil e menos burocrático para produtores rurais participantes da ATeG do Senar. O projeto visa constituir uma carteira de clientes atrativa ao mercado financeiro, o qual permitirá, no futuro, buscar condições diferenciadas para os produtores, promovendo, desse modo, o desenvolvimento sustentável no setor rural.

## BALANÇO 2024

Desde a primeira operação do Fiagro, em dezembro de 2023, até outubro de 2024, o CNA Fiagro desenvolveu-se amplamente e em diversas frentes:

- A originação de crédito passou do valor de R\$ 70 mil para R\$ 2,97 milhões, com 173 propostas analisadas e 48 Cédulas do Produtor Rural (CPRs) contratadas;
- O Ticket Médio das operações passou de 50 mil, em dez/23, para 62 mil em out/24;
- 13 Unidades da federação contempladas pelo programa: Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia e Tocantins;
- Ampliação do número de cadeias produtivas, em 2024, foram adicionadas: Cafeicultura, Piscicultura, Apicultura e Ovinocaprinocultura;
- 146 agentes de crédito contratados;
- Início do programa de busca ativa, com a ida de um analista crédito do ICNA Fiagro até os estados, visando auxiliar o processo de originação e capacitação dos técnicos locais;
- Integração do CNA Fiagro com o aplicativo Conecta Produtor, do Senar. Em três meses de funcionamento, foram registrados mais de **900** pedidos de crédito em todas as UFs, nas quais o aplicativo foi disponibilizado;

- Desenvolvimento do Curso de Crédito para Produtores Rurais, na plataforma de EaD do Senar; e
- Conclusão do ciclo de Educação Corporativa do CNA Fiagro. Um curso de três módulos: i) Curso de Vendas; ii) Preenchimento do Relatório de Análise de Risco da Operação (RARO); e iii) Curso sobre o CNA Fiagro. São 20 horas de vídeos para serem disponibilizados aos técnicos do Senar, que possuem interesse em ofertar o crédito do CNA Fiagro aos produtores da ATeG.

## Perspectivas 2025

Espera-se ampliar a originação de crédito, com a participação de novos estados. A expectativa é alcançar uma média de valor concedido em torno de R\$ 600 mil a 900 mil por mês. Com isso, é possível chegar-se à totalidade da cota CNA do fundo (10 milhões), dando início aos aportes dos cotistas sêniores.





Parceria entre CNA e Embrapa, coordenada pelo Instituto CNA, tem como objetivo avaliar o potencial produtivo de plantas forrageiras utilizadas em sistemas pecuários – bovinos de corte e leite e ovinos de corte – nas condições de clima e solo da região Semiárida.

## **BALANÇO 2024**

Finalização do 1 ciclo experimental em 100% das Unidades de Referência Tecnológicas (URTs):

- Início do 2º ciclo experimental em 83,3% das URTs;
- Experimentação de uma nanopartícula inovadora em 3 URTs, em parceria com o HUB CNA;
- 23 visitas técnicas com 644 participantes;
- 13 Dias de campo com 1.481 participantes e entrega de kits do projeto; e
- 54 participações em eventos, e palestras com cerca de 2.490 participantes.

Produtos do projeto "Óculos de realidade virtual", disponibilizado pelo Senar e lançamento do primeiro e-book da iniciativa durante a Expofeira-BA.

## **Perspectivas 2025**

- Entrega dos boletins técnicos finais pela Embrapa;
- Entrega dos boletins técnicos pela AZ Consultoria;
- Promoção de dias de campo e visitas técnicas visando ao aumento na difusão de tecnologias;
- Elaboração e divulgação de vídeos curtos com resultados do projeto;
- Lançamento do aplicativo de cálculo para forrageiras; e
- Incorporação de novas tecnologias no projeto.



A Carreta Agro pelo Brasil traz uma proposta multiuso para apresentar o trabalho do Sistema CNA/Senar/ICNA nos principais eventos do agronegócio, que ocorrem no país.

O espaço é destinado à realização de palestras, reuniões, oficinas, exibição de vídeos, possuindo, ainda, uma cozinha experimental equipada para harmonizações e degustações de alimentos e bebidas, proporcionando, assim, aos visitantes, experiências únicas, imersivas e impactantes.

O equipamento dispõe de um estúdio completo para a realização de entrevistas, lives e podcasts, com transmissão em tempo real, via internet.

Em alguns eventos, o visitante acessa uma feira de produtos artesanais e tradicionais montada no ambiente externo. A vitrine itinerante valoriza a divulgação do trabalho realizado pelo Sistema CNA/Senar/ICNA, disponibilizando, para o produtor rural de cada região, o acesso ao conhecimento por meio de uma estrutura inovadora e tecnológica.

## BALANÇO 2024

Em 2024, a Carreta Agro pelo Brasil esteve presente em **17** grandes eventos do setor agropecuário, em 13 estados brasileiros, de norte ao sul, contabilizando, aproximadamente, 34 mil visitantes presenciais.

Entre os eventos, destaque para a Expofeira, em Feira de Santana-BA; Expozebu, em Uberaba-MG; InovaMeat, em Toledo-PR; Sealba Show, em Itabaiana-SE; Festa do Boi de Parnamirim-RN; Expoari, em Ariquemes-RO; Mega Leite, em Belo Horizonte-MG; AgroTins, em Palmas-TO; Tecnoeste, em Concórdia-SC; Expomara, em Maracaju-MS; Paraíba Agronegócio, em João Pessoa-PB; ExpoPec, em Porangatú-GO, AgriNordeste, em Olinda-PE; ExpoApi, em Teresina-PI; entre outras.

## PERSPECTIVAS 2025

Para 2025, está prevista a continuidade da ação, com participação nos eventos mais significativos do setor agropecuário.





A Plataforma Nacional de Registro e Gestão de Tratores e Equipamentos Agrícolas, conhecida como ID AGRO, é um sistema multifuncional, disponível em Android, iOS e web. Conecta fabricantes, revendedoras autorizadas, proprietários de equipamentos agrícolas, além do Sistema CNA/Senar, e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). É essencial para o registro de propriedade de tratores e outros veículos motorizados usados na agricultura, cumprindo as exigências da Lei nº 13.154/2015 e do Decreto nº 11.014/2022.

## BALANÇO 2024

O ID Agro foi, significativamente, aprimorado com atualizações na sua estrutura interna, permitindo a implementação de registro remoto de máquinas. A Polícia Rodoviária Federal obteve acesso ao sistema e iniciou, em outubro de 2024, a orientação aos produtores sobre o registro de máquinas utilizadas em vias públicas. A fiscalização está programada para começar em 2025. Até o momento, o sistema já conta com mais de dois mil registros com informações de quase **200** mil máquinas de todos os fabricantes de tratores agrícolas do mercado brasileiro.

## PERSPECTIVAS 2025

Desenvolvimento do recurso de registro de pulverizadores agrícolas.

Criação da funcionalidade –“Uso Compartilhado da Máquina” –, permitindo que proprietários autorizem outras pessoas a utilizar as suas máquinas, uma característica especialmente benéfica para empresas agropecuárias e produtores de médio a grande porte.

Implementação da funcionalidade “Baixa da Máquina”, análoga à existente para veículos urbanos, facilitando a gestão de maquinário fora de operação.

O Instituto CNA (ICNA) tem atuado na frente de conectividade rural, intensificando, nos últimos anos, os esforços com testes avançados de antenas Starlink. Essa etapa é crucial para superar barreiras de acesso à internet em regiões remotas, otimizando, desse modo, a produtividade e a competitividade do setor agropecuário brasileiro, por meio de soluções tecnológicas inovadoras.

## BALANÇO 2024

O ano de 2024 foi marcado pela atuação do ICNA no Rio Grande do Sul, apoiando, com solução de conectividade, as áreas atingidas pela catástrofe no estado. Foram enviadas **30** antenas, sendo a metade adaptada para uso em veículos, e a outra utilizada em pontos fixos de apoio.

Foram mantidos os testes de velocidade da internet Starlink, nas cinco regiões do país, e realizada a implantação de sistemas de expansão do sinal wi-fi da Starlink, com a produção de material de orientação aos produtores rurais.

## PERSPECTIVAS 2025

Expandir ainda mais a conectividade nas zonas rurais, com a ampliação do suporte aos produtores interessados e o mapeamento de novas tecnologias, que facilitem o acesso à internet de qualidade nas propriedades rurais.

Desenvolvido para prover atendimento técnico digital a produtores rurais, o aplicativo permite que os produtores rurais disponham de acesso a consultas especializadas por meio de chat e videochamada, além de oferecer uma significativa variedade de recursos educativos, como artigos, cartilhas e vídeos.

## BALANÇO 2024

Os esforços foram empreendidos no aprimoramento do aplicativo, com a realização de evoluções significativas baseadas nos feedbacks obtidos em 2023, como:

- Melhorias na interface do usuário;
- Otimização de performance;
- Disponibilização de novas funcionalidades; e
- capacitação dos usuários.

Essas melhorias resultaram em um aumento significativo na satisfação dos produtores rurais e na expansão da base de usuários do App CNA Digital.

## PERSPECTIVAS 2025

Finalizar a integração com o app Conecta Produtor Rural, disponibilizado pela ATeG do Senar, como forma de ampliar o número de usuários do aplicativo.



O projeto tem o objetivo de reunir e organizar os dados de interesse estratégico, tanto públicos quanto privados, para subsidiar as tomadas de decisão e o acompanhamento das ações estratégicas do Instituto e da casa.

## BALANÇO 2024

Os principais resultados do ano de 2024 estão relacionados à criação de painéis estratégicos, que subsidiaram os gestores da casa nas tomadas de decisão, assim como o acompanhamento das ações e projetos internos.

Até o momento, foram criados seis painéis de dados nos seguintes temas: Análise de Queimadas, Análise de Desmatamento (PRODES), Análise de Desmatamento BA, Análise de Desmatamento SP, Superação Agro RS e Terras Indígenas.

Com relação aos dados, foram geradas mais de **100** tabelas e camadas, em **30** bases de dados, estruturadas em dois sistemas gerenciadores de banco de dados.

## **Perspectivas 2025**

Para o ano de 2025, pretende-se tanto agregar outras bases de dados quanto trabalhar com o seu compartilhamento entre as áreas.

Com o objetivo de alcançar o aumento da eficiência em gestão e o uso dos dados, serão trabalhados os processos de automatização da atualização dos dados e dos painéis.



Plataforma de dados que sistematiza, integra e disponibiliza um gigantesco conjunto de dados e informações da agricultura e pecuária do país, provendo subsídios aos processos de tomada de decisão e de formulação de políticas públicas.

## BALANÇO 2024

Os principais resultados desse ano de 2024 estão relacionados aos projetos de Inteligência Artificial. São eles:

Tendências tecnológicas: ferramenta de apoio na descoberta de novas tecnologias, que estão sendo desenvolvidas em outras partes do mundo, para, assim, antecipar as ações, principalmente no que tange à formação profissional.

Assistente virtual: ferramenta que facilitará o acesso aos dados contidos nos mais de **300** bancos de dados do Observatório. Por meio de linguagem natural, o usuário poderá interagir com a plataforma e obter o acesso rápido e assertivo às informações requeridas.

## Perspectivas 2025

Melhorar o acesso aos dados por meio de ferramentas de download e integração com o portal de dados abertos do Mapa.

Finalizar e disponibilizar, para os parceiros, as plataformas de Inteligência Artificial do Observatório.



---

## Serviços Estratégicos de RH

A oferta de serviços estratégicos de Recursos humanos foi iniciada em 2020 com objetivo de auxiliar o Sistema CNA/Senar no Nivelamento das Regionais do Senar e recentemente no Programa de Fortalecimento das Federações. O intuito é o de auxiliar as demandas dos Processos Seletivos (um dos primeiros serviços prestados pelo ICNA), além de outras ações como:

- Avaliação de Desempenho;
- DFT- Dimensionamento a Força de Trabalho;
- PCCR – Plano de Cargos Carreiras e Remunerações;
- Mapeamento dos Processos;
- Pesquisa Salarial de Mercado; e
- Pesquisa de Clima Organizacional.

### BALANÇO 2024

Foram iniciados os atendimentos das demandas de cinco Administrações Regionais do Senar dos estados do AP, CE, RN, PE e SE, finalizados em três: AL, ES, PA.

### PERSPECTIVAS 2025

Continuar contemplando as Regionais do Senar e Federações, além de apresentar o programa de assessorias às áreas estratégicas de pessoal, visando ao alinhamento organizacional.



---

## Processos Seletivos

Desde 2017, o Instituto CNA promove os Processos Seletivos do Sistema CNA/Senar no Programa de Nivelamento das Administrações Regionais do Senar, consolidando um banco de talentos que atende a todas as Regionais. Desde então, o Instituto é responsável pela publicação de editais, agendamento e aplicação de provas e entrevistas, garantindo um processo seletivo ágil e padronizado. Em 2023, o Instituto expandiu as suas responsabilidades ao incorporar a gestão dos processos seletivos das federações, contribuindo, diretamente, para o Programa de Fortalecimento institucional dessas entidades e ampliando a sua capacidade de atração e de retenção de talentos qualificados.

### BALANÇO 2024

Com o uso de inteligência artificial, o processo de avaliação da dissertação tornou-se, significativamente, mais ágil e preciso, alinhando-se a critérios rigorosamente parametrizados. Essa inovação não apenas reduz o tempo de correção, mas também assegura uma análise mais objetiva e consistente, com menor interferência humana, bem como aprimoramento da experiência e transparência no processo de avaliação.

Foram lançados oito novos editais de processos seletivos no âmbito das Administrações do Senar, abrangendo as Regionais do Acre, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pará, São Paulo e administração central, e 4 editais para seleções no âmbito das Federações de Agricultura e Pecuária dos Estados do Acre, Amapá, Sergipe e Tocantins.

### PERSPECTIVAS 2025

Em 2025, nos processos seletivos, fortaleceremos o nosso compromisso em atender às crescentes demandas das Administrações Regionais do Senar e das federações de Agricultura, com foco na seleção de profissionais qualificados e alinhados às inovações do setor.

Serão testadas e implementadas novas ferramentas tecnológicas, sobretudo com uso de inteligência artificial, além de metodologias de avaliação mais ágeis e precisas.



**NÚCLEO DE  
INTEGRAÇÃO  
PROFISSIONAL - RURAL**  
INSTITUTO CNA

O NIP Rural foi criado em 2017 com o intuito de atender às demandas de estágios ofertadas pelo Sistema CNA/Senar e pela Faculdade CNA.

Como Agente Integrador de estágio, o ICNA tem o objetivo de vincular estudantes, instituições de ensino e empresas concedentes de estágio.

Atualmente, atuamos como Agente Integrador oficial do Programa ATeG Universitária, que visa ofertar estágio para estudantes das áreas de ciências agrárias e afins, preparando-os para atuar na ATeG nas Regionais do Senar. O objetivo é prepará-los e capacitá-los para serem futuros técnicos de campo.

## BALANÇO 2024

Atualmente, somos mais de **105** instituições de ensino conveniadas, entre públicas e privadas, e de **25** empresas concedentes e estamos chegando ao número de **190** estagiários, já credenciados.

## **PERSPECTIVAS 2025**

Implantar uma nova plataforma para gestão de contratos de estágio, divulgação de site direcionado para tais demandas, para que, assim, possamos ofertar novas modalidades de estágios.



A Faculdade CNA é a primeira faculdade voltada exclusivamente para o agronegócio. Foi criada pela CNA para formar profissionais de nível superior à altura da inovação e da tecnologia presentes na agropecuária brasileira, setor que lidera o crescimento na economia nacional. A instituição atua com cursos de extensão, graduação e pós-graduação.

Com metodologias de educação a distância, as atividades são todas direcionadas, guiadas e enviadas pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). A missão da instituição é formar profissionais qualificados com visão integrada das cadeias produtivas agropecuárias.

## **BALANÇO 2024**

A Faculdade CNA ofereceu quatro cursos de graduação, em 57 polos de apoio presencial, e quatro cursos de pós-graduação com foco em gestão e responsabilidade socioambiental. A comunidade acadêmica teve a oportunidade de integrar ações de ensino, pesquisa e extensão.

Neste ano, cerca de 300 novos gestores concluíram a graduação pela Faculdade CNA. Foram 1.150 estudantes matriculados nos cursos de graduação e 230 nos de pós-graduação. Além disso, 760 profissionais concluíram o curso de extensão sobre Assistência Técnica e Gerencial (ATeG).



**CNA  
SENAR  
ICNA**

SGAN, 601, Módulo K, Asa Norte  
Brasília/Distrito Federal



Sistema CNA



[cnabrasil.org.br](http://cnabrasil.org.br)

